

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Helberty Vinícios Coelho

ÉTICA E ECONOMIA NA FILOSOFIA DE ADAM SMITH E AMARTYA SEN:
UM DIÁLOGO POSSÍVEL APLICADO NOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Governador Valadares

2014

HELBERTY VINÍCIOS COELHO

**ÉTICA E ECONOMIA NA FILOSOFIA DE ADAM SMITH E AMARTYA SEN:
UM DIÁLOGO POSSÍVEL APLICADO NOS ESTUDOS TERRITORIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda

Governador Valadares

2014

HELBERTY VINÍCIOS COELHO

ÉTICA E ECONOMIA NA FILOSOFIA DE ADAM SMITH E AMARTYA SEN:
UM DIÁLOGO POSSÍVEL APLICADO NOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Governador Valadares, ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda - Orientador
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Haruf Salmen Espíndola
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza - Examinador Convidado
Universidade Federal de Juiz de Fora

Aos
Estudiosos em território, economistas, gestores,
administradores e pensadores.

AGRADECIMENTO

Quando se sai à procura de um sonho, você envereda por caminhos diferentes, encontra lugares desconhecidos e compartilha com velhas e novas pessoas ideias até então não pensadas.

Foi assim quando iniciei esse trabalho - levei comigo um sonho luminoso. Lugares, pessoas, ideias e saberes permitiram transformar o sonho em realidade. Agora este trabalho é uma pequena parte desse sonho vivido.

O traço fundamental dessa vida/sonho/procura foi impulsionado pela vontade de ser uma pessoa melhor, e para tanto algumas pessoas foram importantes e fundamentais para que tudo isso ocorresse.

Logo, agradeço:

“Por tanto amor e por tanta emoção” a minha esposa Cristina e ao meu amado Vinícios por entender que alguns momentos de ausência do marido e pai; eram importantes para que ele sonhasse esse sonho.

Ao meu orientador Doutor Rosângelo que me conduziu para “longe do meu lugar”, onde pude compreender que o conhecimento é algo muito mais além do que meus sonhos podiam ir, e por ajudar-me a “fugir às armadilhas da mata escura”.

Enquanto sonhava, a realidade dura e fria sempre tentava me despertar, contudo uma “flor” desabrochou para me ajudar a permanecer nesse sonho. Assim, você Aryne, que não poderia ser esquecida nesta página.

Aos meus irmãos, amigos, professores e tantas pessoas que não posso relacionar aqui, pois seria injusto caso esquecesse alguém, mas, que de uma forma muito especial, ajudaram a esse “eu, caçador de mim, (...) a ir longe demais sonhando assim”.

A todos, o meu muito obrigado.

“Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade dos olhos de um pai
Quero a alegria, muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país.

Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser a amizade, quero o amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver”

Milton Nascimento e Fernando Brandi

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	17
2 A VISÃO CONTEMPORÂNEA DE TERRITÓRIO	17
2.1 O TERRITÓRIO NA INTERPRETAÇÃO DE RAFFESTIN	21
2.1.1 Intróito	21
2.1.2 As concepções de Raffestin	22
2.1.3 A renovação dos valores	24
2.1.4 As contribuições raffestianas	26
2.2 O PONTO DE VISTA DE MILTON SANTOS SOBRE O TERRITÓRIO	28
2.2.1 Intróito	28
2.2.2 As concepções miltonianas	29
2.2.2.1 Paisagem	30
2.2.2.2 Espaço	31
2.2.2.3 Território	32
2.2.3 Das verticalidades e horizontalidades territoriais	34
2.2.4 As contribuições de Milton Santos	34
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
CAPÍTULO II	37
3 A ÉTICA ECONÔMICA NA CONCEPÇÃO DE ADAM SMITH	37
3.1 O HOMEM ADAM SMITH E A VIGÊNCIA DE SEU PENSAMENTO	41
3.2 SUAS OBRAS E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS	45
3.2.1 Conceitos na Teoria dos Sentimentos Morais	47
3.2.2 Conceitos na a Riqueza das Nações	52
3.2.3 A continuidade do pensamento smithiano em suas obras	60
3.3 NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SMITHIANO.....	62
CAPÍTULO III	64
4 A ÓTICA DE AMARTYA SEN SOBRE A ECONOMIA E A ÉTICA	64
4.1 INTRÓITO	65
4.2 OS CONCEITOS EM AMARTYA SEN.....	70
4.3 ESTUDOS DE CASOS SEGUNDO AMARTYA SEN.....	77
4.4 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA FRENTE AO PENSAMENTO SENIANO.....	80
4.5 DIÁLOGO DE AMARTYA SEN E ADAM SMITH SOBRE ÉTICA E ECONOMIA.....	82
CAPÍTULO IV	86
5 ÉTICA E ECONOMIA NOS ESTUDOS TERRITORIAIS	86
5.1 A ECONOMIA E A ÉTICA EM RAFFESTIN	87
5.2 MILTON SANTOS E SUA CONCEPÇÃO DE ÉTICA E ECONOMIA	90
5.3 O DIÁLOGO DE ADAM SMITH E AMARTYA SEN NOS ESTUDOS TERRITORIAIS.....	95
6 CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	108

RESUMO

O trabalho propõe resgatar os conceitos de ética e economia existentes nos escritos de Adam Smith e Amartya Sen, verificando a forma como os autores tecem suas redes conceituais, a fim de aplicá-los aos estudos territoriais. Na dissertação, a discussão foi precedida pela apresentação de teóricos territoriais, passando pela reconstrução histórica do pensamento econômico com o objetivo de considerar o ambiente intelectual em que brotou a intenção de Adam Smith, para só então extrair os conceitos de ética e economia. Daí surgiram subjacentes as concepções de justiça e liberdade, sendo todas comparadas na atualidade com as idéias de Amartya Sen. Tal situação revelou que, ao longo da história os ensinamentos smithianos foram corrompidos, e com o advento da globalização da economia, manifestaram-se injustiças, o que não coaduna com o que fora por ele pensado. Portanto, cabe agora ao gestor do território estar atento a essas novas perversidades do capital e construir visões estratégicas que visem buscar a conciliação da ética com a economia, a fim de revelar a justiça e a liberdade, e assim livrar o ser humano da privação da fome, do não acesso à saúde, à educação, à política e ao trabalho. Afinal, o mundo não é só o capitalismo economicista, existe virtudes que foram esquecidas, e a sua retomada pode se reverter em benefícios para as pessoas. Logo, compete ao gestor do território fazer novas leituras dos problemas sociais existentes no presente tempo, primando sobretudo a instituição do bem comum, qual seja, colocando as pessoas em primeiro lugar.

Palavras chaves: Adam Smith, Amartya Sen, ética, economia, território

ABSTRACT

This work purposes to rescue the ethics and economical concepts that exist in Adam Smith and Amartya Sen books, verifying the way how the authors develop their conceptual nets to put them into effect in territorial studies. In dissertation, the discussion was preceded by territorial theoric presentation, going through historical reconstruction of economical thought with the objective of considering the intellectual environment that emerged Adam Smith intention to only then, extract the economical and ethics concept. From this moment on, it appeared, subsequently, the conceptions of justice and freedom. All of them are compared to up-date ideas by Amartya Sen. Such situation revealed that through the history the smithians' teachings were corrupted, and to the globalization event of economy, it happened injustices, but this doesn't agree to what he thought. However, it depends on the territory manager to pay close attention to these new perversities of capital and build strategic visions of the capital to the goal of conciliating ethics and economy to reveal justice and freedom, and this way to release the human beings of hunger, and lack of health, education, politics and work. After all, the world is not only the economical capitalism. There are virtues that were forgotten and its return can revert into benefits for people. So, it is the manager's responsibility to have new points of view of social problems nowadays, prioritizing, above all, the institution of everyday good life, putting people in first place.

Key words: Adam Smith, Amartya Sen, ethnic, economy, territory

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu dentro da sala de aula, no momento que os alunos estudavam os escritos de Amartya Sen, quando ele postulava o retorno da ética para o sistema econômico. No primeiro momento, perguntou-se como pode haver o regresso de algo que nunca existiu?

Muitos atribuem que Adam Smith foi quem organizou o pensamento do liberalismo econômico, a não intervenção do Estado bem como o interesse próprio, fatores econômicos que interpretados erroneamente trazem consigo profundos problemas de ordem social e moral; entendimento que foi alçado à convalidação no campo científico com a visão marxista.

Instigada pelo professor Dr. Rosângelo Rodrigues de Miranda, titular da cadeira de *Ética, direito e justiça na contemporaneidade*, iniciou-se uma jornada de estudos dos escritos do século XVIII que combinados com os ensinamentos das aulas dos estudos territoriais, quando Raffestin apresenta a possibilidade de um território econômico, e Milton Santos denuncia a perversidade da globalização da economia, motivaram a origem desta pesquisa.

A necessidade de se compreender corretamente os principais conceitos de Smith ao organizar o sistema econômico, juntamente com a busca da literatura paralela sobre seus escritos, com a aplicação dos Protocolos de Leituras, revelaram-se importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Pelas razões expostas, a investigação tem como assunto cerne a ser pesquisado a ética na economia, segundo as obras: *A Riqueza das Nações* e *Teoria dos Sentimentos Morais* de Adam Smith; bem como, *A Idéia de Justiça* e *Sobre Ética e Economia* de Amartya Sen, e sua aplicação aos estudos territoriais.

Dada a abrangência do assunto, a pesquisa se limitará a uma análise dos conceitos e valores de ética e economia nas obras citadas acima. Nelas serão verificados pormenores e como os autores tecem suas redes conceituais, com o

objetivo de aplicá-las nos estudos territoriais, segundo a visão de Claude Raffestin na obra *Por Uma Geografia do Poder* e de Milton Santos, em suas obras *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, e *A natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção*. Contudo, não foram desprezadas as demais obras e artigos dos autores.

Para tanto, buscar-se-á responder a seguinte problemática: Qual a conexão entre o pensamento de Adam Smith e Amartya Sen em relação à ética e economia, e sua ligação com os estudos territoriais?

Nesse sentido, o objetivo geral a ser perseguido é investigar, segundo a ótica dos estudos territoriais, a conexão entre o pensamento de Adam Smith e Amartya Sen em relação à ética e à economia, a fim de manter um possível diálogo com os estudos territoriais, como ferramenta conceitual capaz de fazer novas leituras dos problemas sociais existentes na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, há dois objetivos específicos. O primeiro, identificar nas obras de Adam Smith e Amartya Sen os conceitos de ética e relacioná-los com a economia atual; e o segundo, relacionar os conceitos acima com a concepção materialista dos estudos territoriais.

O trabalho possui uma relevância a ser considerada, pois, passados mais de 250 anos da organização do pensamento econômico exposto por Adam Smith, torna-se importante a releitura de suas obras. Ademais, os casos práticos apresentados por Amartya Sen, na atualidade, que consegue conciliar o pensamento ético-econômico tanto do oriente como do ocidente, são bons referenciais para decodificar o nosso tempo.

Logo, a pesquisa de caráter interdisciplinar tem como seu fim extrair a essência dos pensamentos dos autores sob a ótica dos estudos territoriais, a fim de ser uma ferramenta conceitual capaz de fazer novas leituras dos problemas sociais na economia contemporânea e apresentar à comunidade científica outro olhar sobre o tema.

Nesse sentido, torna-se necessário expor que a pesquisa é totalmente pertinente ao Programa de Gestão Integrada do Território, pois está atrelada à linha

“Território, Trabalho e Artefato”, uma vez que as reflexões no campo econômico são de extrema relevância, pois é nessa seara que também se dão as relações de poder, segundo a visão raffestiniana. Assim, o repensar do capitalismo e sua essência no mercado contemporâneo está em sintonia com a área de vinculação e concentração proposta pelo mestrado da Universidade Vale do Rio Doce.

Vale ressaltar que, dado o caráter estritamente teórico, a pesquisa lançará mão de uma abordagem qualitativa. Como metodologia, adotará a Pesquisa Bibliográfica, que consiste na reunião de todo material bibliográfico publicado nas mais várias formas como: livros, teses, dissertações, revistas e artigos científicos, a fim de deixar o pesquisador em contato direto com todo material escrito sobre o assunto, para subsidiá-lo na análise das informações sobre o tema (MARCONI e LAKATOS, 1992, p.43 e 44).

Na sequência dos trabalhos, para análise e interpretação dos dados coletados, a fim de afastar qualquer subjetividade e evitar que se chegue a falsas certezas, encontram-se consubstanciados no corpo da dissertação os Protocolos de Leituras, de modo a refletir tanto a história da filosofia, quanto a história do pensamento econômico, registrando os fatos mais relevantes.

É necessário deter-se um pouco mais quanto aos Protocolos de Leituras, mais especificamente quanto às obras de Adam Smith. Essa metodologia tem oscilado em dois extremos: o primeiro, a reconstrução racional, e o segundo, reconstrução histórica. Para os historiadores do pensamento econômico prevalece o primeiro, pois o trabalho consiste em compreender e analisar as obras do autor à luz da teoria atual. Contudo existe uma corrente crítica a essa metodologia, pois esse mecanismo levaria a desconsiderar a maioria dos conceitos e a intenção do pensamento smithiano. Entre os adeptos dessa corrente, podem-se citar os trabalhos de Vivienne Brown¹, Keith Tribe² e Ricardo Tolipan³.

¹ BROWN, Vivienne. ‘Mere inventions of the imagination’: a survey of recent literature on Adam Smith. 1997. *Economics and philosophy*, v13(2): 281-312

² TRIBE, Keith. 1999. Adam Smith: critical theorist? *Journal of economic literature*, v 37(2): 609-632.

³ A ironia na história do pensamento econômico. 1990. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.

Em relação à reconstrução histórica, parte-se da constatação de que *a priori* os sentidos de proposições e conceitos empregados no passado não são imediatamente acessíveis na atualidade. A compreensão de um texto exige que consideremos o ambiente intelectual em que brotou e as intenções do autor ao escrever, e esse, sim, é o melhor método a ser seguido, conforme os estudiosos da “Escola de Cambridge”, dos quais destacam-se, Quentin Skinner, John Pocock, John Dunn, Richard Tuck e James Tully. (CERQUEIRA, 2005, p.190)

Dessa forma, acerca do Protocolo de Leitura como ferramenta metodológica desse trabalho, segundo o Dr. Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira, atualmente um dos pesquisadores sobre Adam Smith no Brasil, “quaisquer que sejam os problemas envolvidos nesta metodologia, ela (a reconstrução histórica) ampliou o escopo da investigação, e os resultados iniciais são expressivos e animadores, sugerindo sua fecundidade” (2005. p.190).

Em razão do exposto é que se adotou o Protocolo de Leitura segundo a Reconstrução Histórica, para que não se apresentem na dissertação informações de forma desconexa e para afastar, ao máximo, possíveis subjetividades e falsas certezas já que a pesquisa qualitativa tem como fonte direta o ambiente natural, e o pesquisador tem como seu principal instrumento analisar os problemas sem qualquer manipulação intencional (Lüdke e André, 1986, p.11).

Para o fiel cumprimento da pesquisa proposta, apresenta-se a bibliografia base do conteúdo de seu cerne. Inicialmente serão trabalhados os dois volumes da obra *Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, de Adam Smith, da 6ª edição da Fundação Calouste Gulbenkian, no português de Portugal, traduzido por Teodora Cardoso e Luiz Cristóvão de Aguiar, originado do inglês de Londres de 1950, segundo os textos de Edwin Cannan. Esse economista e historiador britânico, a princípio, era crítico da economia clássica e posteriormente a ela se converteu a ponto de traduzir os originais de Adam Smith.

Com o pensamento europeu, também serão avaliados os dois volumes de *Investigación sobre la Naturaleza y Causas de la Riqueza de las Naciones*, dos editores R. H. Campbell y A. S. Skinner, tendo como editor literário W. B. Todd, da Editora Oikos-tau S/A, em Barcelona na Espanha.

Do Brasil *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, com duas interpretações, os dois volumes da 2ª tiragem da 2ª edição, traduzidos por Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky, da Editora Martins Fontes, bem como os volumes da Editora Juruá, com a tradução de Maria Teresa Lemos de Lima, na 4ª reimpressão da 1ª edição.

Será verificado também no inglês de Londres, *The Wealth of Nations Books*, 35ª reimpressão de 1999, da publicação do Grupo Empresarial Penguin, que detém os direitos autorais em boa parte do mundo.

Essa diversidade de versões da mesma obra em vários idiomas se justifica para estabelecer uma comparação adequada do trabalho que, segundo a literatura, é o trabalho mais conflituoso nos dias atuais, o que não se observa na *Teoria dos Sentimentos Morais*. Essa, por sua vez, será trabalhada no português do Brasil na tradução de Lya Luft e revisão de Eunice Ostrensky, da 2ª tiragem da 1ª edição, da Editora Martins Fontes.

Por suas particularidades, os artigos científicos, panfletos e capítulos de livros publicados pelo professor Raul Cristóvão dos Santos, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, são importantíssimos para entender o pensamento de Adam Smith. Utilizam-se *ainda* as colocações de Hugo Eduardo Gama Cerqueira, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, que em seus artigos científicos faz ponderações importantes em como ler as abordagens do “pai da economia”.

Convém salientar que o artigo científico *O significado de a “Riqueza das Nações” para o desenvolvimento da ciência econômica* de Octavio Gouvêa de Bulhões e a obra *A Ironia na História do Pensamento Econômico* do professor Ricardo Tolipan ajudaram na compreensão do contexto histórico em que se encontrava inserido Adam Smith.

Feita a análise das referidas obras, também serão analisados o território, as territorialidades, as tessituras, as malhas e nós, segundo o pensamento de Rafestein, bem como sua conexão com os trabalhos do território econômico, segundo a visão do geógrafo brasileiro Milton Santos.

Dando continuidade ao enfoque pretendido pela pesquisa, Amartya Sen servirá como referencial teórico a ser seguido, principalmente em suas obras: *Sobre Ética e Economia* e *A Idéia de Justiça*; sem deixar de lado os seus demais trabalhos como *Desenvolvimento Como Liberdade* e *As Pessoas em Primeiro Lugar*, textos úteis também para a reflexão de nossos dias.

Tendo sido apresentada a bibliografia básica, é interessante assinalar que o trabalho não se limitou apenas a essas obras. Ao pesquisar o assunto, o pesquisador entrou em contato com uma vastidão de artigos, trabalhos, obras e demais escritos abundantes que foram importantes para desenvolver o trabalho e também como fontes de pesquisas futuras.

Assim, feitas tais considerações sobre a ordem metodológica, importa salientar que o cerne da pesquisa, atualmente, é pouco debatido no Brasil, como se observou nas pesquisas em sítios eletrônicos de periódicos científicos nacionais. Bem como em visitas presenciais, ao longo do mês de novembro do ano de 2013, nas bibliotecas de Universidades tidas como “referência” dos Estados de São Paulo⁴, Espírito Santo⁵ e Minas Gerais⁶.

Somente na Universidade Federal de Minas achou-se material compatível com a proposta aqui apresentada, o que demonstra a relevância da contribuição científica deste trabalho. Principalmente quanto ao enfoque dos estudos territoriais, deve-se ressaltar há indícios de que se trata de um trabalho pioneiro, pelo menos no Brasil.

A partir dessa introdução, para que o leitor possa ter uma melhor visão do conteúdo detalhado, a pesquisa apresenta-se dividida em 04 capítulos.

No capítulo primeiro, é feita uma explanação acerca dos estudos territoriais, segundo a visão de teóricos contemporâneos como Claude Raffestin e Milton

⁴ Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e Universidade Presbiteriana Mackenzie.

⁵ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Fucape Business School e Universidade de Vila Velha (UVV).

⁶ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pontifícia Universidade Católica (PUC/MINAS).

Santos, onde se apresentaram sua evolução nos estudos e nos conceitos, suas principais categorias e as contribuições desses teóricos.

O segundo capítulo apresenta Adam Smith e sua relevância para compreensão da ética econômica, bem como a vigência do seu pensamento, suas obras com seus principais conceitos e o diálogo interdisciplinar entre seus conceitos e os estudos territoriais. Nesse capítulo, há a preocupação de demonstrar as novas formas de se ler o autor, bem como a metodologia utilizada para a compreensão de seus escritos, segundo a proposta do trabalho.

Já no terceiro capítulo, demonstra-se a importância do economista contemporâneo Amartya Sen para concepção da economia ética; seus principais conceitos, os estudos de casos, segundo sua visão, e por fim o diálogo entre o autor e Adam Smith.

Em relação ao quarto, evidencia-se a correlação de ética e economia frente aos estudos territoriais, quando é proposto um diálogo de Raffestin e Milton Santos sobre os conceitos de ética e economia, e as contribuições de Adam Smith e Amartya Sen sobre os estudos territoriais.

Por fim, nas considerações finais da dissertação, serão tecidos os esclarecimentos pertinentes, respondendo à problemática – fulcro da pesquisa, além de reunir e organizar todos os capítulos a fim de atender aos objetivos estabelecidos.

CAPÍTULO I

2 A VISÃO CONTEMPORÂNEA DE TERRITÓRIO

Os dicionários da língua portuguesa no Brasil definem território como uma expressão “originada do latim *territoriu*,” (HOUAISS, 2009, p. 1835) que significa “uma extensão considerável de *terra*” (FERREIRA, 2009, p.1941). Juridicamente, “exprime toda extensão da *superfície terrestre* ocupada por um povo”, e, politicamente, a “coletividade fixada nas *terras* que, devidamente limitadas ou definidas, compõem a extensão geográfica”. (SILVA, 2006, 1389).

Contudo esse termo primado pelos limites físicos terrestres não mais é válido para os estudos territoriais contemporâneos. Afinal, “vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade, que se demonstra incompleta, legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (SANTOS, 2005, p.255). E assim, não mais existe uma abordagem com ênfase na superfície terrestre, mas sim no seu todo, inclusive em seu interior, principalmente porque, ali, os sujeitos, também chamados de atores, exercem no seu cotidiano atividades heterogêneas que alteram as características desse lugar.

Dessa feita, a contribuição disciplinar da geografia clássica torna-se insuficiente para estudar, analisar, entender e fazer proposições que possam apontar possíveis soluções para os complexos conflitos das atividades sociais desses atores (SANTOS, 1996, p.72-77). É justamente nesse ponto que surgem os estudos territoriais, como meio de ajudar a refletir sobre os novos processos sociais.

É indispensável aduzir que os estudos territoriais, iniciados por volta de 1950, renovaram o pensamento geográfico e, a partir de 1970, lançaram mão da interdisciplinaridade, que busca responder aos “problemas gerados pelo próprio avanço da ciência moderna disciplinar, quando esta se caracteriza como fragmentadora e simplificadora do real” (ALVARENGA, *et all*, 2011, p.21). Agregase a isso sua apresentação como meio capaz de compreender a complexidade dos fenômenos sócio-espaciais que marcam esse novo conceito de território.

Interessantemente, esses estudos surgiram por meio de publicações no exterior, entre as décadas de 1950 a 1970, sendo oportuno destacar a França e a

Itália, pois influenciaram o Brasil principalmente nos anos oitenta. Contudo as efervescências desses pensamentos se deram a partir de 1990, quando se destacaram os pensadores Claude Raffestin, Henri Lefebvre, G. Dematteis, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Arnaldo Bagnasco, Robert Sack, Angelo Turco, Eugenio Turri, Milton Santos e vários outros.

Com efeito, qual seria o real conceito de território para os nossos dias? A fim de ajudar na correta compreensão desse questionamento, é bom recorrer à literatura brasileira de Marcos Aurelio Saquet, um dos estudiosos dessa seara, a fim de deixar esse ponto esclarecido,

O território é natureza e sociedade: não há separação; é economia, política e cultura; edificações e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc.. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (*objetiva e subjetivamente*). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente. (SAQUET, 2006, p.83)

Observa-se no texto acima que, atualmente, até os autores nacionais, como Saquet, fazem um grande esforço teórico-metodológico para apresentar um conceito amplíssimo e de difícil delimitação, a fim de desconstruir a rasa definição de território presente nos dicionários e nas literaturas convencionais, buscando ao mesmo tempo apresentar sua complexa realidade, sua evolução conceitual utilizada por diversas áreas das ciências humanas atuais.

Esse conceito de território é originado de um movimento chamado Nova Geografia, pois “emerge da Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas” (TERRA, 2009, p. 22) em escalas internacionais, em meio ao século XX, com o advento da globalização. Para uma melhor compreensão desse termo há trabalhos científicos que fazem várias classificações, dentre elas destacam-se a cultural e a materialidade.

A categoria cultural ou simbólica é constituída de certos símbolos e/ou identidades. E nessa perspectiva tem-se Gilles Deleuze e Félix Guattari que, sem desprezar os pensamentos de Marx e Freud, rompem os dogmas destes e criam a obra *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*, publicada em 05 tomos, divididos em “platôs” que podem ser lidos separadamente. Nela, há várias apresentações de

dicotomias nos campos social e político que, ao final, frustram qualquer aplicação direta de simples fórmulas políticas. Suas questões como desterritorialização e reterritorialização são categorias que são aplicadas nos estudos territoriais. Em relação ao território para Deleuze e Guatarri, a literatura aduz que

não é apenas compreendido como uma construção social, mas é natural e também psicossocial, o qual condiciona novos elementos culturais, políticos e econômicos a todo instante. A movimentação e inclusão destes elementos materiais e imateriais favorecem a criação de outras territorialidades, de novos sentidos ao território. (MONDANESE, 2009, p.19)

Da rápida exposição que se acaba de fazer, é possível compreender que o território segundo essa visão está atrelado a certa subjetividade envolvendo as relações sociais que dizem respeito à desterritorialização e reterritorialização, no tempo e no espaço. (MODANESE, 2009, p.20)

A desterritorialização pode ser entendida como o movimento pelo qual se abandona o território, o que se dá de duas formas, a relativa, que se sustenta na reterritorialização e reduz as linhas de fuga; e a absoluta, que é trabalhada a partir de uma nova terra (NATÁLIO, 2013, p.201). Situação que é pertinente como se verifica na transcrição da obra

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. (...) que pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada. (...) permanece relativa, pois a linha de fuga que traça está segmentarizada, dividida em "processos" sucessivos, precipita-se em buracos negros, ou até desemboca num buraco negro generalizado (catástrofe). (...) Existe uma D absoluta, e o que quer dizer "absoluto"? o ponto de se poder nomear a criadora da terra – uma nova terra, um universo. (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.197,198) (nosso grifo)

Observe que a reterritorialização é o complemento do movimento de desterritorialização, e andam concomitantes. Trata-se da retomada do território sem o pensamento original e com uma nova perspectiva de que não podem ser separados, pois existem continuamente em si mesmos. É um constante movimento que, ao mesmo tempo em que está presente na parte, se faz conhecido no todo das relações. Esse movimento faz com que se territorialize, desterritorialize e reterritorialize, segundo o ambiente e o comportamento em que está inserido, sem por fim ao território.

Nesse sentido, são correlatas e indissociáveis as categorias: território, desterritorialização e reterritorializações. Tal afirmação se sustenta nas palavras dos próprios autores, ao aduzirem:

Em primeiro lugar, o próprio território é inseparável de vetores de desterritorialização que (...) por sua vez, é inseparável de reterritorializações correlativas. É que a D nunca é simples, mas sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo de formas diversas, mas porque faz convergirem velocidades e movimentos distintos. DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.198

Com esses movimentos de desconstrução e construção, de encontros e desencontros, é que os autores entendem a dinâmica do capitalismo, pois as territorialidades pré-capitalistas criam outras relações com a terra e fazem surgir novos territórios. O exercício do Capitalismo termina por regular códigos e fluxos sociais, em função de uma economia dos desejos e das riquezas e, assim, cria uma sociedade essencialmente esquizofrênica (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 21).

Do que se acaba de expor, esses pensamentos dos autores franceses ficaram conhecidos como esquizo-análise, que consiste numa interpretação diferenciada da abordagem do Édipo de Freud. Logo, a esquizofrenia como processo é simultaneamente, a parede, a abertura da parede e os possíveis fracassos dessa abertura na construção dos territórios, e até mesmo nas desterritorializações.

As contribuições deleuze-guattarian, no que se refere às categorias territorialização, desterritorialização e reterritorialização, abrem espaço para novos conceitos, constroem novos territórios e além disso adicionam os aspectos culturais nesse campo de estudos.

Haesbaert e Bruce (2002, p.13) entendem que Deleuze e Guattari, na riqueza de seus conceitos, apresentam uma nova forma de se abordar a geografia: a “geografia do *socius*, a geografia do pensamento”. Qual seja: uma geografia que não fixe a visão em lugares contínuos e limitados, mas que analise por meio de rizomas, de lugares móveis e seja pensada de forma inclusive híbrida. Assim, teríamos uma “geografia dos lugares nômades”.

Dessa forma, os conceitos de desterritorialização e reterritorialização ajudam na compreensão das práticas sociais, de um capitalismo que gera uma esquizofrenia na sociedade atual, sendo importante elaborar formas de se compreender e alterar esses processos de continuidade, descontinuidades feitas pela força do capital.

Feitos tais apontamentos é pertinente apresentar a categoria materialista do território, fundamentada no movimento Nova Geografia, que num olhar crítico se

sustenta na concepção marxista em meio ao cenário global, em que os agentes se apropriam de determinado espaço e usam o poder para se chegar a certo objetivo, vez que a mão de obra do trabalhado possui o seu valor. Nessa classe pode-se utilizar como exemplo Claude Raffestin e Milton Santos. É justamente nessa concepção que o trabalho se sustentará, quando seus pormenores serão conhecidos ao longo da trajetória das visões de seus referenciais teóricos.

Contudo, não é o propósito deste estudo elaborar uma teoria geral sobre o assunto, nem fixar critérios por meio dos quais se possam escalonar os fenômenos de acordo com a sua fundamentalidade social. Será importante, entretanto, realizar algumas indagações, tais como: qual o conceito de território a ser utilizado nesta pesquisa para atingir o seu fim? E, dentre os escritores apresentados, quais possuem afinidade com o objetivo a que se propõem?

Nessa perspectiva, adentrar-se-á no cerne deste capítulo, como forma didática para o correto processo de abstração e compreensão de seus aspectos, o que se faz à luz dos ensinamentos de Raffestin e Milton Santos, dos quais se lançará mão este trabalho.

2.1 O TERRITÓRIO NA INTERPRETAÇÃO DE RAFFESTIN

2.1.1 Intróito

A obra *Por Uma Geografia do Poder* é um ensaio teórico do geógrafo francês Claude Raffestin, escrito durante os anos de 1976 a 1980, que trata de um tema central para os estudos territoriais - o caráter político do território e suas territorialidades.

Nos relatos de Saquet (2007), o autor da obra em questão – Claude Raffestin conviveu com a geografia suíça e estudou na França conjuntamente com Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Henri Lefebvre, que se propuseram a dar uma nova abordagem à geografia clássica.

Seu trabalho de cunho materialista não é um manual, para que não seja considerado um conjunto de idéias fundamentais; inexistem na obra exemplos para

que o leitor não se limite aos escritos esparsos; e as colocações existentes não estão concluídas, para que haja novas reflexões e questionamentos, para a propagação do conhecimento.

Ainda ancorado no entendimento de Saquet (2007, p.75) o autor tinha como questão principal, no momento de sua escrita, a necessidade de propor uma abordagem renovada, interdisciplinar e material do território e da territorialidade, porém incorporando aspectos semiológicos.

Assim, feita esta digressão introdutória, buscar-se-á neste tópico extrair da amplitude da obra do autor as suas concepções teóricas acerca dos estudos territoriais que influenciaram fortemente o Brasil na década de 1990, e ainda contribuem validamente para com as pesquisas de cunho interdisciplinar em nossa contemporaneidade.

2.1.2 As concepções de Raffestin

Logo no início da obra o autor faz duas constatações. A primeira, “o século XX foi marcado pela geografia do Estado, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado”. E assim, caminha para sua segunda constatação, quando renova a abordagem clássica do estudo ao afirmar que “uma verdadeira geografia só pode ser uma geografia do poder ou dos poderes.” (RAFFESTIN, 1993, p.22,17)

No que tange à primeira constatação, elementos em torno da organização do Estado foram o objeto da geografia até Ratzel, tendo sido deixado de examinar as organizações dotadas de poder político. A fim de resolver esse problema, Raffestin criou argumentos para estudar a problemática relacional, com o intuito de revelar a investida do poder político nas relações espaciais. (GALVÃO *et all*, 2009, p.35).

A problemática relacional proposta pelo autor é tríade e consiste em: “querer existir, saber existir, poder existir”, e essas questões são ainda maiores, cujo enfoque está na participação direta das inquietações sociais. Diferentemente da

problemática morfofuncional, fundada no “querer ver, saber ver, poder ver”, que está ligada apenas na contemplação.

Diante de tais argumentos, o autor alerta para uma relação que está presente no dia-a-dia das pessoas, em paralelo à problemática relacional, seja na troca material, na lingüística, e até no resultado do trabalho humano. Os elementos constitutivos dessa relação são os “atores” (sujeitos) com suas finalidades e estratégias para atingirem os fins almejados; e neste processo existem códigos constituídos por articulações econômicas, políticas e culturais, onde o poder está presente, e faz parte de todo o processo relacional. (RAFFESTIN, 1993, p.37-38).

Em se tratando da segunda constatação: “a geografia do poder”, sua existência está atrelada ao processo relacional que emana o poder em duas vertentes. O primeiro, o Poder com letra maiúscula, diz respeito ao Estado e suas manifestações complexas, e até mesmo às empresas, pois encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Na segunda vertente, o poder, letra minúscula, existe em toda relação, em todo lugar, não engloba tudo, mas vem de todos os lugares. Ambas as constatações visam ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas, e são denominados por “trunfo do poder”, local onde se revela o “território do poder”, espaço político por excelência. (RAFFESTIN, 1993, pg.52,58,60)

Considerando ainda a segunda constatação, chave central das relações cotidianas, o poder é exercido por atores sintagmáticos em detrimento dos atores paradigmáticos, o que resulta em múltiplas significações. Assim, a “geografia do poder”, manifesta-se em três elementos: 1) a população, lugar que resulta a ação do poder; 2) território, o espaço político, e 3) recursos, meio para atingirem a ação desejada. O que pode resultar em relações simétricas ou dissimétricas, o que irá variar segundo a intenção pretendida pelos atores.

Nesse intento, os argumentos concernentes à abordagem relacional existente no território são marcados pela multidimensionalidade do poder, sendo as territorialidades o resultado de tais relações. Por sua vez, Raffestin apoiando-se na idéia da geografia política do Estado de Friedrich Ratzel, constrói uma identidade própria e rompe com o clássico pensamento do alemão.

2.1.3 A renovação dos valores

Uma vez rompido o conceito de território com o pensamento clássico e apresentada a contextualização das dimensões sociais, há indícios que apontam para uma nova ressignificação dos valores do mesmo e também das territorialidades. Para os novos significados Raffestin utilizou como referenciais teóricos vários autores como Lefebvre, Deleuze, Soja, Foucault e até Marx.

Essas ressignificações também podem ser tratadas como renovação de valores, com as quais Raffestin delimita claramente o novo sentido de espaço, território e territorialidade, quando se fazem necessárias algumas citações longas, para ser fiel ao preceito do autor.

Na visão materialista de Raffestin, o espaço geográfico é

a matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um 'dato', pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.223)

Não obstante, o entendimento de Saquet acerca do espaço é algo antes do território, ele não é apenas palco ou receptor de ações dos atores, tem um valor de uso e um valor de troca, de distintos significados e por fim é elemento constituinte do território, uma vez que são indissociáveis. (SAQUET, 2010, p.77)

Ora, se o espaço e território ao mesmo tempo são distintos e indissociáveis, o que vem a ser o território? Vejamos o próprio autor:

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator 'territorializa' o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144) (nosso grifo)

No que tange à territorialidade, existe uma dificuldade de delimitar seus valores em face de seu nascedouro, sua dinâmica e amplitude. Para o autor ela,

reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Assim sendo, nessa esteira tem-se ainda que,

a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (RAFFESTIN, 1993, p.160)

Nesse contexto existe a possibilidade de se abstrair que a territorialidade se constitui das relações sociais que se dão dentro de um determinado espaço ou até no território. Contudo Raffestin (1993) afirma que “tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou comunicação” (p.161). Dessa forma estariam as bases da territorialidade construídas sob relações simétricas ou dissemétricas que, segundo a ciência voltada para o ser humano, estariam inclusas no “quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”. (p.161)

E, por mais que se delimite esse “conceito”, ficará em aberto

eis por que pensamos que a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal. (...) Não é possível compreender essa territorialidade se não considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. (RAFFESTIN, 1993, p.161)

No sistema territorial, os atores em suas relações vão produzindo as “tessituras, nosidades e redes que criam acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir” (p.161). E dessa divisão surgem as tessituras, sobre as quais o autor aponta a seguinte informação

a tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há os poderes que podem intervir em todas as escaladas e aqueles que estão limitados às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes. (RAFFESTIN, 1993, p.154) (nosso grifo)

Assim, as tessituras criam fronteiras, limites ainda que não físicos, com o objetivo de apontar a identidade de um grupo manifesto pelo poder, e podem ser inclusive de ordem econômica e cultural, podendo até sofrer alterações à procura de uma malha.

A malha não possui uma característica uniforme, e sim dados que se complementam, dos quais se destacam os nós, a sede do poder, que são interdependentes e, portanto, precisam circular e se comunicar, por meio de seus atores através de suas redes, entendidas como:

a rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força do espaço e no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder. Circulação e comunicação procedem de estratégias e estão a serviço dela. (RAFFESTIN, 1993, p.204)

Em se tratando das redes do poder, o ideal é que este circule em tempo real, observando tudo sem ser visto. Nessa concepção panóptica de Michel Foucault, a comunicação pode ser dissimulada, o poder pode controlar, vigiar e interceptar, praticamente sem ser visto. E “um dos trunfos do poder hoje é informacional, e a informática é um dos meios” (p.203).

Tudo isso feito pelos atores com suas estratégias, por meio de seus recursos que são voláteis, em termos de poder, e podem ser identificados como correntes ou de pouco uso. Tudo dependerá de sua eficiência diante do caso concreto.

Da exposição que se acaba de fazer, *a priori* pode parecer que se está diante de um emaranhado de dados desconexos e confusos, no entanto, não é assim, as territorialidades, segundo a visão de Saquet (2010), devem ser entendidas como multidimensionais e inerentes à vida em sociedade. Afinal o ser humano vive em relações sociais, numa contínua construção do território por meio das interações e das relações de poder, e se revela na construção das malhas, nós e redes que resultam em um novo território.

Por fim, é importante observar que, como fora anteriormente demonstrado, Raffestin não conceitua os termos propostos, ele se preocupa em apenas descrever esses elementos. Desse modo, há indícios de que os conceitos estão em aberto aos estudiosos, e podem ser aplicados no caso concreto a fim de dar vida ao território e suas territorialidades.

2.1.4 As contribuições raffestianianas

Dentre as contribuições científicas de Claude Raffestin, serão abordados apenas sete aspectos, demonstrados em tópicos para melhor evidenciação.

- a) O rompimento do entendimento clássico da geografia política do Estado, pois em Ratzel o termo território é sinônimo para determinar ora solo, ora Estado-Nação;
- b) A apresentação de uma geografia humana e política do poder multidimensional, quando as relações estão marcadas pelo poder, através da problemática relacional;
- c) A proposição do território, assim como das territorialidades, nas dimensões políticas e econômicas.
- d) A explicitação de que existem práticas simétricas e dessimétricas que circundam as relações sociais;
- e) A identificação da população como trunfo na geografia política;
- f) A clarividência de “quer se trate de relações com os homens, com os territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas, cuja finalidade é aumentar a eficácia do controle da gestão dos seres e coisas” (p.268).
- g) A geografia política está ligada a quase tudo, expressão que o autor denomina “produção do mundo” e, para melhor evidência, é necessário haver um diálogo entre vários ramos do conhecimento.

Apesar de o autor trabalhar com os aspectos materiais do território, Saquet (2010, p.76) um dos estudiosos do assunto, aponta para a possibilidade de se aplicarem os ensinamentos raffestonianos em várias áreas, por meio da ciência dos símbolos humanos - semiologia. Isto porque o território se manifesta na linguagem, na comunicação, no sagrado e profano, nos signos e até nas diferenças raciais e étnicas.

Ante tais constatações é pertinente apontar que existem variações das territorialidades imateriais e ideológicas, nos três mundos: 1) real, 2) das sensações e 3) da representação social. Não obstante, há indícios de trabalhos científicos que defendem o território do corpo, e também as manifestações das territorialidades nas obras literárias.

Dessa forma, encerra-se a análise de *Por uma geografia do poder*, obra que teve três tempos. O primeiro que trata da geografia próxima a Ratzel; o segundo, na

construção das territorialidades e do poder; e o terceiro, que dá indícios da fragmentação do território apresentado teorias que influenciaram os nossos dias com uma visão da geografia contemporânea.

2.2 O PONTO DE VISTA DE MILTON SANTOS SOBRE O TERRITÓRIO

2.2.1 Intróito

A escolha de Milton Santos (1926–2001) se justifica para valorizar os trabalhos teóricos e metodológicos brasileiros, que têm se revelado valiosos em relação aos assuntos territoriais. Desde a década de 1970, as contribuições significativas do autor têm influenciado os estudos geográficos no mundo atual.

O cientista, conhecido como cidadão do mundo, nasceu na cidade de Brotas de Macaúbas no estado da Bahia. Graduou-se em direito no Brasil e doutorou em Geografia pela *Université de Strasbourg* na França. Em 1964 sai do Brasil por questões políticas da época e inicia uma trajetória acadêmica e de investigação científica pela França, Estados Unidos, Canadá e Venezuela.

Segundo Saquet e Silva (2008), Milton Santos, quando manteve carreira acadêmica na França, participou ativamente de uma transição importante da chamada geografia ativa para a radical-crítica. Processo ocorrido entre os anos de 1960-1980, quando se envolveu com vários pesquisadores, dentre eles: Pierre Deffontaines, Pierre George, Pierre Mombeig, Henri Lefebvre, David Harvey, Yves Lacoste, Jean Paul Sartre. O referido movimento também foi qualificado por outros pesquisadores como: Henri Lefebvre, Edward Soja, Manuel Castells, Francesco Indovina, Paul Claval e Massimo Quaini, que foram influenciados pelos pensamentos do brasileiro.

Milton Santos propõe ainda um diálogo da geografia com os demais ramos dos saberes, propagando as discussões interdisciplinares na América, Ásia e África,

a ponto de, em 1994, ganhar o Prêmio Internacional de Geografia *Vautrin Lud*, considera como “prêmio Nobel” dessa ciência.

Dentre seus vários trabalhos científicos publicados, destacam-se *Por Uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*, livro que lhe rendeu em 1997 o Prêmio Jabuti como a melhor obra em ciências humanas, e *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, considerada como leitura quase obrigatória nos cursos de geografia.

A presente etapa desta pesquisa buscará responder quais os conceitos de espaço, tempo e território, segundo a visão materialista de Milton Santos, que podem explicar os processos políticos e sociais da atualidade.

2.2.2 As concepções miltonianas

A Natureza do Espaço, obra considerada como a mais relevante da carreira de Milton Santos, é fruto de um longo percurso realizado por vários lugares e com diálogo com muitas pessoas distintas, movimento semelhante ao de Adam Smith antes de escrever a *Riqueza das Nações* no século XVIII.

Na premiada obra do autor brasileiro, antes de conceituar o espaço, tempo, paisagem e território, ele faz uma digressão acerca do objeto de estudo da geografia, para só depois se posicionar sobre esses termos. Então, qual é o objeto de estudo da geografia?

Tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. (SANTOS, 1996, p.72,73)

No que se refere aos objetos exteriores ao homem, cita-se a ação do mesmo que “não é um comportamento qualquer, mas um comportamento orientado” (1996, p.78), que é cada vez mais estranho aos seus próprios fins e lugar, e oscila entre o racional e o simbólico. Santos constata que

a ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também as empresas, e as instituições. (SANTOS, 1996, p.82)

Essas ações são frutos de necessidades, que “podem ser classificadas como materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, que conduzem os homens a agirem e os levam às funções (p.82)”. Ações estas que estão atreladas ao objeto da geografia, quando se chega aos sistemas de objetos e os sistemas de ações, os quais são inseparáveis, e dessa inseparabilidade nasce o espaço que se difere da paisagem. (1996, p.100)

É importante ressaltar esse ponto. Qual era a intenção do autor ao explicar o objeto de estudo da geografia? É bem verdade que como geógrafo conhecia o seu campo de atuação, logo, era desnecessário que fosse explicado o objeto de estudo dessa ciência. O que nos leva a intuir que Milton Santos procura construir uma linha de raciocínio e tenta superar os conceitos da geografia física, para uma geografia humana; e o faz de forma delicada, inserindo os elementos naturais e sociais no território, que está implicitamente alocado no conceito.

Feitos tais apontamentos, verifica-se que o autor caminha para a conceituação do espaço, tempo e território, que ainda é uma tarefa árdua de se fazer⁷ dado o caráter provisório dos conceitos, e por possuir significados de diferentes valores na complexa modificação da realidade humana.

2.2.2.1 Paisagem

Paisagem pode ser compreendida como o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

É a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. É também o conjunto de objetos reais-concretos providos de um conteúdo técnico específico, em condição imutável dado seu sistema material.

⁷ Contudo, Milton Santos faz de forma mais fluida uma vez que já trabalhou com esses conceitos em 1978.

Assim, é paisagem: transtemporal, cujas formas criadas em momentos distintos do passado, coexistem num momento atual. (SANTOS, 1996, p.103-104)

2.2.2.2 Espaço

No que tange ao espaço, esse dá vida à paisagem. Sempre é um presente, uma construção horizontal, uma situação única, que resulta na intrusão da sociedade no objeto. É um sistema de valores que se transforma permanentemente.

O espaço também é uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso; é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade tem num dado momento.

Além disso, o espaço é a sociedade, e a paisagem também o é, num acordo permanente, sem alcançar um determinado fim. Suas formas compõem a paisagem no momento atual, com respostas atuais, que são respostas da sociedade sobre diferentes necessidades. (SANTOS, 1996, p.103-104)

Essa conceituação amplíssima pode ser resultado de uma concepção feita na década de setenta, à qual o autor se manteve fiel. Observe:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Ante essa constatação depreende-se que esse conceito também congrega as relações sociais que se manifestam por meios dos processos e funções, que não se apresentam de igual forma em todos os lugares, pois adquirem outra concepção.

Assim

o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p. 145).

Dessa forma, o espaço em sua totalidade, além de refletir as relações sociais vividas pelo ser humano em vários momentos do tempo, também está atrelado à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia.

Saquet explica que o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, que representa o lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. Já no que tange ao espaço geográfico esse é organizado pelo homem vivendo em sociedade e cada sociedade, historicamente, produz o seu espaço como lugar de sua própria reprodução. (SAQUET e SILVA, 2010, p.8)

De toda sorte,

em sua concepção, o espaço era ao mesmo tempo *forma* (como as estruturas de uma imagem de satélite de nossa cidade) e *função* (o processo de ações humanas que constroem a paisagem). Esta noção do espaço como um conceito híbrido, em permanente mudança, está na base de sua síntese: “o espaço é um conjunto de objetos e um conjunto de ações”. Síntese magistral e de vastas consequências. (CÂMARA, 2001, p.3)

Nesse sentido, a fim de concluir esse raciocínio a obra sinaliza que o espaço pode ser pensado como uma vinculação envolvendo natureza, sociedade e trabalho. O ser humano é o elemento que os vincula e proporciona a dialética com todas as concepções pensadas pelo autor.

2.2.2.3 Território

Milton Santos possui uma visão materialista acerca do território que em seu cerne é tratado como “conjunto de lugares”. Na obra *Natureza do Espaço*, a expressão “território” aparece várias vezes, na sua maioria como força econômica, e em menor intensidade como norma, espaço-tempo e Estado-Nação, uma vez que

a materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico. Por isso, é possível

identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala do mundo. Ela é também possível à escala de um país, ao considerarmos o território nacional como um conjunto de lugares. (SANTOS, 2009, p.35) (nosso grifo)

Porém nessa mesma obra o autor amplia o seu olhar, sendo o território o lugar econômico, tanto que faz 120 referências sobre esse tema. Esse território, onde as forças produtivas, organizadas por meio de suas redes, transportam dados de seus atores hegemônicos, impõe à sociedade regras egoístas. E alega que

o território é a arena da oposição entre o - mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 2009, p.175) (nosso grifo)

Ora, é a rede "técnico-científico-informacional", utilizada pelos atores hegemônicos para o exercício das forças econômicas da globalização, que indica a fragmentação do território, e aponta para uma desterritorialização face ao desaparecimento do espaço pelo tempo

eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional. Em tais condições, a noção de territorialidade é posta em xeque e não falta quem fale em desterritorialização (O. Ianni, 1992, p, 94; J. L. Margolin, 1991, p. 100) atribuindo-lhe alguns significados extremos, como o da supressão do espaço pelo tempo (Virilio, 1984) ou o da emergência do que chamam do "não-lugar" (M. Auge, 1992) (SANTOS, 2009, p.163)

Ao aplicar a inteligibilidade, verifica-se que o território é formado por lugares em que se encontram a Nação, a vida social das pessoas e o movimento global. Desse encontro, os atores exercem uma "inteligência maior, situada nos centros motores da informação" para obter o lucro. (SANTOS, 2009, p.35)

Em última análise o território é algo subentendido na obra alça diferentes formas. É nele que forças harmoniosas se juntam para orquestrar a peça chamada "globalização", com o objetivo de agradar os ouvidos de um pequeno grupo de atores. É importante que se levante um discurso não antiglobalização, pois não é possível voltar ao *status quo*, mas que se lute por "uma outra globalização".

2.2.3 Das verticalidades e horizontalidades territoriais

No que diz respeito às verticalidades miltonianas, são aquelas ações colocadas à disposição do capital, tal seja, os recursos econômicos que podem ser fornecidos a determinadas nações e/ou empresas, a fim de contribuir para o engrandecimento próprio, que culminará também na fomentação da “globalização perversa”.

Dessa forma, na verticalização os vetores de modernização são entrópicos, porque a ordem que criam é em benefício próprio, eles são exclusivistas, egoístas e tendem a corroer a coesão horizontal. (SANTOS, 2005, p.260)

Em se tratando das “uniões horizontais”, são humanas, voltadas para o serviço da economia local, permitindo a igualdade entre todos. São ações éticas

que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade. (SANTOS, 2005, p.260)

Dessa feita as uniões horizontais, quando ampliadas, beneficiam a todos os habitantes do local, permitindo que sua economia fomente e, por conseguinte, impede a verticalidade capitalista nesse cenário que a tudo destrói e desorganiza, sem olhar a essência do bem comum.

2.2.4 As contribuições de Milton Santos

Milton Santos reformula a noção para o território, até então herdado da modernidade, e constrói outra realidade. Antes quase todos os territórios eram definidos pelo Estado-Nação. Hoje na maioria desses lugares há uma nova noção dada pela pós-modernidade, valor que foi alterado pela “transnacionalização”.

Ademais, praticamente em todos os lugares, há lutas para se impor uma nova forma de se governar, em que o autor aponta o retorno para o território de origem.

As relações de poder, como fator determinante para o território segundo a visão de Claude Raffestin, foram um avanço para os estudos territoriais, contudo

é com a obra de Santos, no meu entendimento, que se dá um salto mais significativo, neste momento e lugar, sobre a temática em questão. Esse autor faz uma abordagem materialista dialética do espaço geográfico, como seu conceito principal, destacando a atuação dos agentes do capital e do Estado. Sua ênfase é econômica (...) agora, reconhece a política, a cultura, a natureza, no espaço e na *configuração territorial*. (SAQUET, 2010, 90-91)

Assim, as concepções teórico-metodológicas miltonianas acerca do território são relevantes para os estudos territoriais, visto que os seus conceitos de tempo, espaço e território numa visão econômica desvelam o interesse do capital e de uma globalização que propõem uma “outra globalização”, baseada na horizontalidade, “capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (SANTOS, 2005, p.260). Por fim, para além do capital, o território econômico precisa estar atento às complexidades relacionais existentes na vida humana como na sociedade.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui se trabalhou a apresentação do território, seus desdobramentos e suas constantes continuidades e descontinuidades, sob o enfoque material. Iniciou-se com uma abordagem em Raffestin, um dos teóricos que influenciou consideravelmente os estudos territoriais, caminhando para Milton Santos que efervesceu essa temática no Brasil.

O objetivo foi a apresentação dos dois referenciais teóricos que de alguma forma, marcam os estudos territoriais. Assim, de forma singela demonstra a amplitude da temática em suas duas perspectivas, materialista e humanística, e por sua vez revela a importância da interdisciplinaridade como mecanismo de diálogo entre as ciências atuais.

A interdisciplinaridade é o campo de conhecimento em construção que, ao lado de outras ciências, discute os diferentes desafios teóricos que se impõem aos pesquisadores na atualidade e assim busca responder os problemas gerados pela ciência moderna. (ALVARENGA *et all*, 2011, p.4, 21)

Conclui-se esse tópico lembrando que o esforço até aqui feito para apresentar os estudos territoriais ainda é preliminar, dada a riqueza do assunto, mas podem ser aplicados praticamente em todas as áreas do conhecimento, frente a sua característica marcante, a interdisciplinaridade - vetor do diálogo com os demais ramos das ciências, num mundo marcado pela complexidade das relações sociais que acontecem de forma veloz.

CAPÍTULO II

3 A ÉTICA ECONÔMICA NA CONCEPÇÃO DE ADAM SMITH

Adam Smith foi uma pessoa intensamente criticada, seja pelos que leram suas duas obras, e também pelos que não leram.

Apontado pelos economistas alemães Adam Muller, Friedrich List, Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e outros, como socialista, comunista, fascista, absolutista, estatista, intervencionista, idealista, utilitarista, individualista, negativista, irrealista, cosmopolita, internacionalista, protecionista, livre-cambialista, atomístico, sem muita lógica, e até por ser cidadão britânico ou escocês (FONSECA *et all*, 1978, p.17). Se não bastasse, a partir da visão de Karl Marx, os leitores apontam-no como quem idealizou a burguesia capitalista. Que acusação falta a esse escritor?

Ora, se duas obras publicadas lhe renderam tamanha revolta, por que simplesmente não deixaram de lado suas considerações, ao invés de desferir copiosas críticas?

Contudo, conforme se observa na história, não lhe foi conferido o ostracismo, ao contrário, houve a dedicação de muitos para a reconstrução de seus pensamentos. Ao longo do último século, muitas descobertas foram feitas. Documentos, partes de sua biblioteca, anotações de suas aulas e vários registros históricos, foram reunidos num único local, e nos anos oitenta, ou seja, passados mais de dois séculos da edição de suas obras, foi lançado o *Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*.

Nesse contexto, como duas obras têm o poder de influenciar pessoas com diferentes pontos de vista? Deveriam tais movimentos serem esquecidos pelos estudos territoriais?

Tais questionamentos são pertinentes, pois suas idéias são amplas. Existe também um vasto material literário paralelo que trata de seus pensamentos - biografias, metáforas, indicações, críticas, proposições, contexto histórico e tantos

outros assuntos, que levaram a posicionamentos distintos, dependendo do olhar de cada pesquisador, dada a abrangência do diálogo proposto pelo autor.

Assim, o objetivo deste capítulo é apossar dos conceitos de ética, economia, justiça e liberdade, apresentar algumas considerações com enfoque nos estudos territoriais. Para tanto, serão apresentados uma pequena biografia, suas obras, e seu diálogo com nossa contemporaneidade.

Contudo, antes de se adentrar em tais considerações, é pertinente compreender acerca das várias formas de se ler Adam Smith, colocações que se fazem parafraseando as considerações de Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira (2005) ancorado em Keith Tribe (1999).

Atualmente há uma preocupação em se estudar as obras lançadas em vida por Adam Smith - a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e a *Riqueza das Nações* (RN), que apontam para um novo cenário, contrariando as leituras anteriores. Apesar de serem independentes, não podem ser lidas isoladamente, mas como seqüência de um único raciocínio⁸.

Por um lado, há os que insistem que, em nenhum momento, a obra econômica influencia o tratado moral smithiano ao afirmar que elas não fazem menção uma à outra. Há de se verificar, também, que nelas o seu autor não faz indicação de que eram independentes, e sequer mudou o seu posicionamento filosófico. Questiona-se, como interpretar o trabalho escrito pelo Sr. Smith?

Para responder a essa questão é importante destacar as cinco formas de se ler o seu trabalho, pensadas por Tribe e Cerqueira.

A primeira: lê-se a partir da visão marxista. Smith é visto como quem postula uma economia liberal com base no interesse natural do homem, ficando a moral num segundo plano. Assim, os problemas sociais que decorressem desse liberalismo econômico, seriam esquecidos ou até legitimados pela nova ordem econômica pretendida.

⁸ Entendimento com o qual coaduna Cerqueira (2005) e Sales (2000).

O segundo método, destaca o Sr. Smith como “economista moral”, ou seja, um homem que implementa a sociedade comercial livre que busca o interesse individual, quando o próprio mercado iria proporcionar a criação de regras legais para se obterem as normas morais.

Em se tratando da terceira forma, ela apresenta o Sr. Smith próximo aos valores dos liberais. Um filósofo moral que, em meio a uma sociedade com problemas econômicos, propõe políticas que direcionam as ações individuais para o aperfeiçoamento moral da sociedade.

A quarta modalidade apresenta uma teoria smithiana dualista, em que suas concepções econômicas são instáveis e dão margem para serem interpretadas sob os aspectos favoráveis ou não favoráveis da exploração comercial; o que o professor Cerqueira (2005, p.190) trata de “flutuação teórica” em lugar de uma “debilidade da argumentação”.

A quinta revela-se atual - é o pensamento que persiste entre os historiadores do pensamento econômico. Esses o leem como um pensador que aborda as questões econômicas, sem levar em consideração suas idéias filosóficas. Situação que difere das quatro primeiras que, de alguma forma, envolvem as questão éticas.

Para o professor Hugo Cerqueira, as diferentes formas de se ler as obras de Adam Smith de fato geram conflitos de idéias entre historiadores e economistas, além de ser o “testemunho da perspectiva limitada que caracteriza a economia contemporânea” (2005, p.198).

Então, qual a melhor forma de se ler Adam Smith? Segundo o professor Cerqueira (2005, 199), devem ser as formas mais abrangentes, que possam apresentá-lo como um “pensador preocupado em refletir sobre as maneiras como o auto-interesse e a sociabilidade podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera e virtuosa” (*id.*). Essa é a proposta deste trabalho - um novo olhar de diferente lugar, que pode resultar em uma tentativa de entender a filosofia econômica que marcou a história do mundo ocidental.

Ante essa mudança de paradigma, quais seriam então os desafios a serem enfrentados por tais formas abrangentes de ler Adam Smith?

Para Cerqueira (2005, p.199), isso levaria a duas situações.

A primeira resulta em pesquisar sobre a filosofia moral de Smith, principalmente no que diz respeito a liberdade e justiça. Seria necessário reconstruir o contexto histórico e invocar novos teóricos contemporâneos, como Amartya Sen dentre outros, no intento de aclarar a TSM, em meio à RN. Situação a ser desenvolvida com critério específico, pois várias publicações internacionais apresentaram a contextualização do pensamento smithiano com Hume, Kant e Aristóteles⁹ que, apesar de sua “importância”, segundo as críticas, mostram-se insuficientes para o tempo presente.

Já o segundo desafio, consiste em “reinterrogar a verdadeira natureza de sua economia política e o modo como foi possível operar e justificar a separação dessa disciplina no interior da filosofia moral” (CERQUEIRA, 2005, p.199), uma vez que a RN e TSM, apesar de serem autônomas, “formam juntas um todo coerente” (*id*).

Nesse sentido, um dos objetivos desta dissertação consiste em focar na primeira problemática, que é conhecer a filosofia moral em meio ao cenário econômico. Essa abordagem revela-se importante para a ciência atual, não só para entender as sociedades capitalistas, decodificar situações no presente tempo, mas também como ferramenta conceitual capaz de fazer novas leituras dos problemas sociais na economia contemporânea, e para apresentar à comunidade científica outro olhar sobre o tema.

Por sua vez, em meio à complexidade do mundo contemporâneo como esses dois grandes desafios podem ser enfrentados? Ora, é justamente por meio da interdisciplinaridade que

Se apresenta, a partir dos anos de 1960, como uma importante precursora não somente na crítica, mas, sobretudo, na busca de resposta aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar da ciência moderna ou clássica. (ALVARENGA, *et all*, 2011, p.20)

⁹ Segundo Cerqueira, respectivamente: em 1981 - Haakonssen; 1997 – Tufendhat; 1994-Berns.

Desta forma, aos estudos territoriais é dado esse encargo, pois neles esse compartilhar de idéias, visões e valores leva a pesquisa científica para o centro da excelência e da confiabilidade que lhe assiste.

3.1 O HOMEM ADAM SMITH E A VIGÊNCIA DE SEU PENSAMENTO

Adam Smith¹⁰, filósofo moral, professor, economista, teórico e pensador, que nasceu em 05/06/1723 na cidade portuária de *Kirkcaldy* ao lado norte de Edimburgo na Escócia¹¹. Bolsista na *Snell Foudation* para o *Baliol College* de *Oxford*. Em 1750-51 leciona, na Universidade de *Glasgow*, Economia Política, depois Lógica e em 1752 Filosofia Moral, que abrangia ética, retórica, direito (jurisprudência), política comercial e finanças públicas.

Em 1763, pede demissão do cargo de professor e vai ser tutor do jovem Duque de *Buccleuch*, a convite de *Charles Townshed*¹², acompanhando-o em viagens por toda a Europa. Nessas andanças esteve com *Voltaire* na Suíça, *Quesnay* em Paris, *Turgot* em Versalhes, além de freqüentar vários outros lugares com figuras ilustres de sua contemporaneidade, como o filósofo e matemático *D'Alembert*, o intelectual *Rochefoucauld* e *Benjamin Franklin* - pessoas com as quais experimentou extensas conversas, inclusive sobre a relação da Grã-Bretanha com suas colônias norte-americanas. Ocasão em que pôde também corrigir e ampliar suas informações acerca da política francesa, haja vista o seu contato com o Parlamento da época.

¹⁰ Os relatos foram extraídos das Memórias de *Dugald Stewart*, amigo pessoal de Adam Smith, e estão nas notas introdutórias do livro *Teoria dos Sentimentos Morais*, traduzidas para o português por Lya Luft com revisão de Eunice Ostrensky, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2002.

¹¹ A cidade portuária de *Kirkcaldy*, apesar de ter em torno de 23 mil habitantes, era o centro mercantil da Escócia e seus cidadãos eram considerados cultos na época, logo o local propício para a formação dos escritos morais, econômicos e políticos da época.

¹² Charles Townshed, político que mais tarde, como Ministro da Fazenda, seria o responsável pelo imposto do chá que ajudaria a causar a Revolução Americana.

É justamente nesse período que Sr. Smith começa a escrever a *Riqueza das Nações*, tanto que sua obra possui colocações de uma visão cosmopolita e informações precisas, provenientes de além das fronteiras escocesas e inglesas. Trabalha por dez anos a fio, e termina o livro já em na sua terra natal, após as viagens com seu pupilo.

O senhor de espírito reflexivo, ao voltar para Escócia, tem o estado de sua saúde agravada depois da morte de sua mãe, debilitação que o leva a óbito em 17/07/1790, aos 67 anos em *Kirkcaldy* sua terra natal. O seu túmulo foi marcado pelo epitáfio “*Aqui repousa Adam Smith, autor da Riqueza das Nações*”.

Seja como for, voltando os olhos para nossa contemporaneidade, faz-se necessário apontar aqui as considerações do celebrado economista norte-americano do século XX, Emery Kay Hunt, ao aduzir que

Smith se distingue de todos os economistas que o antecederam, não só por sua formação acadêmica e pela vastidão de seus conhecimentos, como também porque foi o primeiro a elaborar um modelo abstrato e relativamente coerente da natureza, da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista. [...] Ele foi o primeiro a exercer influência no moderno pensamento econômico [...] muitas idéias e conceitos importantes foram formuladas sistematicamente, pela primeira vez por Smith, em *A Riqueza das Nações*. (HUNT, 1982, p.60)

Observe que um dos maiores ícones de nossos dias aponta para a importância do Sr. Smith, não só em sua época, mas também em nossa contemporaneidade. A obra a que ele se refere consagrou o autor como um dos pioneiros da “ciência econômica moderna” (FUSFELD, 2001, 35). Entregue ao editor em 1773 e publicada em março de 1776, conseguiu retirar a economia da política e da moral, lugares até então onde tudo era debatido.

Compensa deter-se um pouco na colocação “ciência econômica moderna”. Indaga-se se de fato a obra de Smith inaugurou a ciência econômica: a *Riqueza das Nações* em nenhum momento chama a atenção para a criação de um novo campo do saber. Ao contrário, observa-se que existem colocações argumentativas que são feitas sobre uma área já conhecida para um determinado público. Dessa forma uma nota de rodapé de das publicações do professor Raul Cristovão dos Santos (2005, p.4) chama a atenção, “se o campo já existia, então ele não o fundou.” O que há, de fato, é a reunião de dados até então soltos no espaço, que foram sintetizados pelo

Sr. Smith, bem como a inovação de uma proposição de um sistema econômico construído na liberdade natural e na adequação do papel do Estado (*id*, 2005, p.5). Assim, fica desmitificado que Sr. Smith tenha construído a ciência econômica¹³.

Feita essa digressão e dando seqüência ao raciocínio sobre a importância do Sr. Smith, tem-se outro ilustre membro da comunidade econômica da América do Norte, John Kenneth Galbraith, (1987, p.54) que afirma “se ele foi o profeta do novo, foi ainda mais certamente um inimigo do velho”. Por esse espeque é que o autor confirma que o Sr. Smith ajudou a ordenar o novo mundo da economia com suas idéias, ao destruir o antigo regime econômico que visava uma política para os “bem-de-vida”, construindo a correta compreensão da riqueza.

Feita essa incursão histórica, tem-se um homem de vida simples que escreveu a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e depois *A Riqueza das Nações* (RN), sendo que para muitos a última obra marca a história do pensamento econômico.

Deve-se ressaltar, porém, que desde o Século XIX a análise isolada da RN, principalmente no livre comércio e a adoção do *laissez-faire* forjam um Smith caricato, criador da economia baseada no individualismo em detrimento do bem-estar da coletividade. O que os estudos de nossos dias revelam é a limitação de tais interpretações centradas exclusivamente na leitura do tratado econômico do século XVIII, e rompem com aquele entendimento. Sendo assim, pergunta-se o que representa a retomada do pensamento de ética e economia em Adam Smith para os nossos dias.

Sobre essa questão, o professor Hugo Eduardo Gama Cerqueira responde de forma categórica que

não há exagero em afirmar que as novas tentativas de abordar a obra de Smith a partir de uma perspectiva abrangente, representam um passo importante no sentido de superar o abismo criado entre as duas disciplinas. (CERQUEIRA, 2005, p.198)

¹³ “o mérito de um trabalho como o do Sr. Smith deve ser avaliado não tanto pela novidade dos princípios que contém, mas pelos raciocínios empregados para sustentar estes princípios e pela maneira científica pela qual eles são expostos em sua ordem e conexão apropriadas” (STEWART, 1982: 322-3, *apud*, CERQUEIRA, 2004, p.503).

Em abono a tais considerações, deve-se ressaltar ainda que os conceitos como prudência e auto-interesse foram desvirtuados no passado, e existem estudos que apontam que as teorias do valor e da distribuição de Smith foram esquecidas e distorcidas ao longo da história.

Sobre tal distorção, ainda o próprio Professor Cerqueira (*id*) apresenta que somente após a morte do Sr. Smith, já na última década do século XVIII, em meio aos debates da Revolução Industrial, a idéia da liberdade econômica contida na RN fora retomada para combater o antigo regime político na França e na Inglaterra. Tema que foi controlado pelos intérpretes, pois não era possível associar os argumentos da liberdade econômica com a reforma constitucional. No meio do século XIX, David Ricardo e Thomas Malthus se apropriam das idéias smithianas na tentativa de explicar certas teorias. De forma que, já na metade daquele século, o livre comércio e a adoção do *laissez-faire* foram aclamados como a maior importância de sua obra. (*id*)

O referido professor (*id*) ensina que, nessa mesma ocasião, homens como Cliffe Leslie¹⁴ e Santley Jevons¹⁵, na tentativa de fundar uma nova abordagem teórica, apropriaram-se das idéias do Sr. Smith e romperam com seus ensinamentos. Desse ponto, a história assistiu à “marginalização na teoria econômica”, considerada não como fundamento, mas parte do passado de uma disciplina.

Com efeito a história aponta-nos que houve distorção dos valores apregoados pelo Sr. Smith, e que os novos intérpretes tentam resgatar sua legitimidade e sua autoridade sobre o assunto. Quando das comemorações do bicentenário da publicação de a *Riqueza das Nações*, houve no Brasil uma série de conferências na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre os dias 13 a 17/09/1978, quando professores e especialistas¹⁶, das mais variadas áreas dos

¹⁴ Thomas Edward Cliffe Leslie (1825-1882), economista e jurista irlandês nascido em Wexford. Seus escritos foram divididos em dois grandes grupos, o primeiro diz respeito a economia política, e segundo o método filosófico da ciência.

¹⁵ William Stanley Jevons (1835-1882) economista inglês e professor de lógico e filosofia. Possivelmente o criador da teoria da utilidade que de certa forma impactou a economia política.

¹⁶ Como Andrew Skinner, Donald Winch, Ralph Lindgren, Jurgen Donges dentre outros.

saberes, tais como, economia, política, e história apresentaram suas considerações, chegando à conclusão sobre a prevalência do pensamento político e econômico do Sr. Smith para os nossos dias.

E assim, apesar do esforço disciplinar da análise das obras smithianas, revela-se agora importante a retomada dessa discussão, porém com o enfoque dos Estudos Territoriais, a fim de contribuir com mais um olhar para decodificar a construção das representações sociais dos países capitalistas contemporâneos.

3.2 SUAS OBRAS E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS

As publicações do Sr. Smith iniciaram-se em 1755, na revista *Edinburgh Review*, onde expôs seu posicionamento sobre a “Vida selvagem de Rousseau e o Dictionary do Dr. Samuel Johnson” (FONSECA, *et all*, 1978, p.14). Em 1776, quando da morte de Hume, escreveu uma carta onde elogiava as qualidades morais de seu amigo pessoal, o que trouxe uma ampla discussão nas Ilhas Britânicas. No que tange às obras literárias, em vida foram publicadas apenas duas - a primeira em 1759 intitulada, “Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmo”, conhecida comumente como Teoria dos Sentimentos Morais (TSM) e, em 1776, “Uma Investigação sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações”, reconhecida por a *Riqueza das Nações* (RN).

Registra-se na literatura de Dugald Stewart¹⁷ (1793), confirmado pelo escritor norte-americano O’Rourke (2008), que Sr. Smith pretendia publicar ainda em vida um

¹⁷ Memórias escritas em 1793: o mesmo cavalheiro [John Millar aluno e amigo de Smith], que me fez a gentileza de relatar as aulas do Sr. Smith em Glasgow, informou-me de tê-lo ouvido, algumas vezes, mencionar a intenção de escrever um tratado sobre as repúblicas grega e romana. “E depois de tudo o que tem sido publicado sobre esse assunto, estou convencido de que as posições do Sr.

tratado teórico-jurídico¹⁸, ou seja, uma obra que estabeleceria as conexões entre as leis e o governo. Aponta-se aqui a existência daqueles¹⁹ que presumem que a falta desse livro jurisprudencial justifica a divergência das leituras das duas obras ao longo desses dois últimos séculos.

Segundo Fonseca (1978, p.15), tem-se ainda a idéia de que seriam publicados outros ensaios, que abordariam as ciências e as artes. A obra “*Juvenil*”, um tratado sobre astronomia, teve sua publicação a cargo de Hume, contudo jamais a realizou, pois dias antes de sua morte, o autor pediu que todos os escritos fossem queimados; não se tem certeza do fim dos mesmos. Por fim, em 1795, após sua morte, é publicado *Essays on Philosophical Subjects*, tratado de filosofia que provavelmente contém os primeiros apontamentos de suas idéias.

Nesse ponto, é importante apresentarmos um pouco da história da época. Segundo Raul Cristovão dos Santos (2005, p.5), a Filosofia Moral no século XVIII estava subdividida em quatro ramos específicos, qual seja, Teologia, Ética ou Moral, Economia Pública e Jurisprudência. Esses quatro campos foram trabalhados pelo Sr. Smith na sala de aula, onde sua fama era retumbante. Mais tarde, em 1762, a Universidade de Glasgow lhe confere o grau de doutor em leis, o que também justificaria a intenção do Sr. Smith em querer publicar um tratado sobre o assunto jurisprudencial.

Assim, percebe-se o seu sublime propósito: responder questões fundamentais de ética que influenciam a ação humana; apresentar procedimentos que contribuíssem para com a prosperidade econômica nacional; e por fim, na jurisprudência, apresentar o meio legal e mais adequado para se atingir o propósito de suas obras anteriores, qual seja, “uma sociedade moral, justa e próspera”. (SALLES, 2000, p.79)

Smith teriam indicado novas e importantes abordagens sobre a situação interna e doméstica dessas nações, de modo que os vários sistemas de política seriam expostos numa luz muito menos artificial do que aquela em que têm aparecido até agora”.

¹⁸ O pai do Sr. Smith, antes de ser interventor na alfândega e Secretário Chefe de Estado e Chanceler de *Londoun*, na sua juventude, fora profissional do direito em Edimburgo e atuava junto à Corte Suprema da Escócia, onde pressupõe-se ter influenciado o gosto do filho para escrever o tratado sobre jurisprudência.

¹⁹ Sobre esse assunto, leia-se Carlos Alcides Salles, Relatório 11/2000 da FEA-USP

Como se verá adiante, a RN trata com mais ênfase sobre os aspectos econômicos, e a princípio induz a um pensamento exclusivamente pautado no interesse próprio. Em contrapartida, verifica-se que na TSM existe um processo simpático, que conduz o homem a obter o auto-controle de suas paixões, que podem ser conduzidas para o benefício público, sendo esse o ponto de igualdade entre as duas obras.

Na sequência, a ordem natural seria continuar a tratar desse assunto, todavia como elemento condicionante didático-metodológico, é feito um recorte do que se acaba de anunciar. Assim, serão extraídos das obras os conceitos ética, economia, justiça e liberdade, fazendo com que surjam alguns outros conceitos subjacentes, igualmente significativos para a correta compreensão de suas idéias, uma vez que existem assuntos grandiosos nas obras smithianas.

Porém esses conceitos não estão expressos de forma clara nos escritos do Sr. Smith. É importante que se compreenda tanto o contexto histórico, quanto o exercício de abstração da sua mentalidade filosófica, para só assim se chegar ao fim almejado.

3.2.1 Conceitos na *Teoria dos Sentimentos Morais*

No que diz respeito à *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), trata-se de uma obra fruto das aulas de ética, iniciadas em 1752 na Universidade de Glasgow e que, ao longo da vida do seu escritor, sofreu cinco alterações nos anos de 1761, 1767, 1774, 1781 e 1790.

A TSM, segundo Ricardo Luiz Chaves Feijó, foi influenciada por seu ex-professor Francis Hutcheson (1694-1746) que seguia a filosofia do direito, partindo

da premissa de que o ser humano é dotado de certo senso moral, que neutraliza as paixões egoístas e altruístas; e, recebeu influencia também do “iluminista cético” David Hume (1711-1776).

Apesar de Smith receber muito dos ensinamentos de Hume, esse fez uma nova abordagem da moral, fundada na “simpatia”, também conhecida como “solidariedade”, ou “senso de conveniência”, o que é diferente de benevolência. Sem embargos, dito de outra forma, para Sr. Smith o humano é dual, ou seja, apesar de ser dotado de paixões, também nele existe a capacidade de raciocinar, de se autorregular por meio da simpatia. Dessa forma,

por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a piedade, ou a compaixão, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo. É fato óbvio demais para precisar ser comprovado, que freqüentemente ficamos tristes com a tristeza alheia; pois esse sentimento, bem como todas as outras paixões originais da natureza humana, de modo algum se limita aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez a sintam com uma sensibilidade mais delicada. O maior rufião, o mais empedernido infrator das leis da sociedade, não é totalmente desprovido desse sentimento. (SMITH, 2002, p.5)

Logo, a imaginação de se colocar no lugar do outro “é fonte de nossa solidariedade” (SMITH, 2002, p.6) seja diante da alegria, da desgraça alheia, da paixão e principalmente da morte - local, em que consiste a essência da natureza humana, a preservação da vida. Sobre esse movimento de ver a tristeza, alegria e demais sentimentos, o autor faz a seguinte observação:

não soluçamos com o sofredor, nem exclamamos ou lamentamos sua sorte. Ao contrário, somos sensíveis à sua debilidade e à extravagância da sua paixão, mas ao mesmo tempo experimentamos uma preocupação muito sensata para com ele. Porém, se não participarmos inteiramente da alegria de um outro, se nem mesmo somos capazes de acompanhá-la, não sentimos por ela aquela espécie de consideração e solidariedade. (SMITH, 2002, p.52)

A esse respeito o professor Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira faz a seguinte consideração:

como não temos acesso direto aos sofrimentos dos outros homens, afirma Smith, só podemos formar uma idéia da maneira como eles se sentem ao imaginarmos como é que nos sentiríamos se estivéssemos em sua posição. Este sentimento de solidariedade (*fellow-feeling*), quer pela dor, quer por algum outro sentimento dos outros seres humanos é o que Smith denomina de simpatia (*sympathy*). (CERQUEIRA, 2008, p.75)

Ante essa situação, o conceito de simpatia deve ser entendido como um termo mais genérico, que não se restringe à compaixão ou piedade; não se confunde com a benevolência, deve ser entendido além da “dor ou prazer produzido por outra pessoa. É compartilhar de qualquer sentimento e, mais do que isso, não decorre de um ‘contágio’ de sentimentos, mas num ato de imaginação”. (*id*, p.76) Só assim, o agente pode formular suas avaliações morais, julgando se são ou não adequadas.

Dessa forma, a teoria moral do Sr. Smith está fundada na simpatia que consiste em compartilhar no imaginário: a dor, a felicidade ou qualquer outro sentimento da outra pessoa; ou seja, o sentimento deve ser olhado com olhar da pessoa que o vive, tal seja, sentir conjuntamente aquilo que o outro sente. Logo, deve-se afastar o sentido estóico que remonta à Antiguidade²⁰. Nesse exercício de agente, ele se torna cada vez mais autoconsciente de suas ações e exerce a moralidade segundo a visão smithiana.

Uma vez apresentado o conceito de simpatia, é importante que se apresente também o espectador imparcial e a justiça - valores importantes para a compreensão da teoria moral smithiana.

Partindo da idéia de que a pessoa observa o comportamento do outro e também é observada, nesse movimento o ser humano demonstra a capacidade de “autorregulação” de seus próprios sentimentos. Nesse exercício, a sociedade, segundo Cerqueira (2008, p.78), “constitui, por assim dizer, um *espelho* através do qual tomamos consciência de nós mesmos como *agentes morais*”. Os homens buscam a simpatia uns dos outros, o que faz surgir a figura do espectador imparcial. Figura em que “ele é o próprio eu, mas não na condição de agente, e sim na condição de observador de si mesmo” (*id*).

Na visão do Sr. Smith, a autorregulação dos sentimentos humanos é capaz de manter uma certa harmonia social, antes mesmo da intervenção do Estado, visto que as pessoas controlam seus sentimentos e necessitam da ajuda dos membros da sociedade, com o amor, a gratidão, a amizade, a caridade dente outros, para se

²⁰ Ancorado em Nicolgnano, CERQUEIRA (2008, p.75-76) aduz que o termo *simpatia* para filosofia remonta à Antiguidade, dos estóicos até o Renascimento, quando se referia a uma conexão orgânica entre o objeto do mundo físico e real, como uma espécie de magia. Contudo não se pode afirmar categoricamente que o conceito simpatia assuma essa característica na filosofia moral de Smith.

manterem estáveis em seu cotidiano. Ainda que as pessoas não sejam totalmente isentas em seus julgamentos ou inclinadas a determinados valores, é quando se manifesta o espectador imparcial, formando seus juízos a partir do reflexo de sua imagem no espelho em que se olha, para obter também os benefícios das relações sociais.

Infere-se portanto que existe o amor-próprio, ou seja, a tendência natural do homem em cuidar do corpo e da mente, além de obter “riqueza, poder, honra, respeito e a estima daqueles com os quais vivemos”, o que faz com que se rejeite a “pobreza, a falta de autoridade, o desprezo ou o ódio daqueles com os quais vivemos”. Essa tendência natural de cuidar de si, inerente à natureza humana, é uma “fria estima” que não dosada pode gerar um vício, e aliada com a “temperança” torna-se na virtude da prudência (SMITH, 2002, p.368,369).

No que tange à caridade, considerada uma virtude superior, ela é capaz de promover a felicidade do outro, e também faz com que as relações sociais subsistam e revelem a virtude da justiça, “a mais importante das virtudes” (SMITH, p.370), pois

perturbar a felicidade (de outra pessoa) tão somente porque está no caminho de nossa própria, tirar dele o que é de seu verdadeiro apenas porque pode ter igual ou maior uso para nós, ou permitir-nos, dessa maneira, (que) à causa de outras pessoas, (tenham) a preferência natural que todo homem tem por sua felicidade acima da dos outros, constitui algo ao qual nenhum espectador imparcial pode ceder. (SMITH, 2002, p.102) (nosso grifo)

Em suma, a justiça se dá pela simpatia do espectador imparcial. Desse modo, é importante que as pessoas exercitem sua capacidade de avaliar os efeitos de suas ações antes mesmo de promovê-las, a fim de não prejudicar o direito individual, tutelado pelo Estado. Esse respeito no convívio em sociedade consiste em não só “abster-se do que é de outro” (*id*, p.369), mas, principalmente, no exercício do agente em vivenciar antecipadamente, em seu imaginário, o sofrimento que sua atitude causaria no outro.

Apesar desse conceito/processo abstrato, quais são os fundamentos da justiça idealizada pelo Sr. Smith?

A esse respeito, a professora Laura Valladão de Mattos (2007, p.127) ensina que o processo de justiça tinha como centro a idéia da desigualdade, ou seja, uma

igualdade relativa. O Estado deveria assegurar o equilíbrio econômico de todos os cidadãos na busca do autointeresse, retirando os privilégios dos ricos e garantindo que os pobres não os prejudicassem em suas propriedades. Essa regra assegura a igualdade de oportunidades para os desiguais, não só em obrigações, mas principalmente em direitos e garantias.

É importante destacar ainda, que existe na teoria moral smithiana a possibilidade de se haver felicidade não só nos negócios públicos, mas também nos interesses privados, o que por sua vez é bastante louvável (2002, p.377). Logo, “desaprova-se universalmente a despreocupação ou falta de economia, todavia não porque procederia de falta de benevolência, mas de falta da atenção aos objetos de interesse próprio” (p.378).

Do que se acaba de expor, observa-se que a teoria moral perpassa o interesse privado e também a área econômica, sendo os elementos ética e economia indissociáveis, como afirma o professor europeu André Azevedo Alves (2010, p.1). Situação que contraria as afirmações absolutistas de Buckle e Dumont, que alegavam que a economia (RN) deveria ser tratada apenas no interesse pessoal, e a moralidade (TSM) nas ações públicas por meio da simpatia. Sobre tal consideração observa o Dr. Eduardo Cerqueira:

não há qualquer sentido em contrapor na obra de Smith a existência de uma esfera da economia movida pelo interesse pessoal e um domínio da moralidade em que as ações humanas são orientadas pela simpatia, como inúmeros intérpretes fizeram ao longo dos últimos dois séculos. (CERQUEIRA, 2008, p.81)

Para concluir a reflexão conceitual proposta pela pesquisa, tem-se que o processo simpático exercido pelo agente, leva-o a controlar suas ações, bem como a vivenciar o sentimento do outro por meio do espectador imparcial, a fim de revelar a justiça baseada na desigualdade que, por meio do Estado, assegura o equilíbrio das relações sociais. Assim, essa justiça, atravessa também o aspecto econômico, em que ética e economia demonstram ser inseparáveis. E, por fim, nas considerações de Salles (2000, p.87) essa situação rompe com o egoísmo hobbesiano que, fora do controle de uma autoridade central, levaria a uma guerra de todos contra todos. Assim, verifica-se que por meio da simpatia, consegue-se canalizar o egoísmo ou

amor próprio pela mediação das diversas instituições, a fim de construir uma ordem harmônica.

3.2.2 Conceitos na a *Riqueza das Nações*

A *Riqueza das Nações* foi produzida em 09/03/1776 e desde então sofreu quatro alterações 1778, 1784, 1786 e 1789. Seu título oficial é *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations (Da Investigação Sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações)*. É um trabalho escrito ao longo de dez anos, fruto da experiência de seu autor, bem como do diálogo com pessoas ilustres do iluminismo europeu somado a sua capacidade reflexiva e de sua observação. Tratado que, “juntamente com a *Bíblia* e o *Capital* de Marx, é um dos três livros que os eruditos sentem-se à vontade para citar sem nunca terem lido” (FUSFELD, 2011, p.56).

Em março de 1776, aparece nas vitrines das lojas de Londres um livro com dois volumes, vendido pela elevada quantia na época de £1.16.0 (uma libra esterlina e 16 shillings) que em 15 dias esgota sua primeira edição, e se consagra como um *best-seller* nos próximos 15 anos seguintes. Teve 5 edições em inglês, com tiragens sucessivamente grandes; e no final do século XVIII já estava traduzido em cinco outros idiomas (FUNDAÇÃO GULBENKIAN, 2010, p.I).

Como registrado, é útil salientar também o prefácio da RN da edição de Portugal que vem assinado pela Escola Econômica de Londres, onde o editor afirma que

não me propus criticar as teorias de Adam Smith à luz da análise moderna. Peço a quem quer que ache que tal deveria ter sido feito que considere seriamente o que isso significaria. (...) O livro é, indubitavelmente, um clássico de grande interesse econômico que não pode ser obscurecido pelas críticas de qualquer período subsequente – e muito menos por um editor qualquer. (FUNDAÇÃO GULBENKIAN, 2010, p.9).

Ora, observe o respeito da Escola Inglesa quando a própria citação já é suficiente para silenciar aqueles que, por ventura, tenham a intenção de criticar as teorias, como se tem observado em muitos escritos. Ademais, é muito importante salientar que a obra de Smith não é um tratado desatualizado, abstrato e longe das aplicações práticas na economia. Trata-se de um livro de combate comprometido com as grandes questões políticas e econômicas de seu tempo. Um trabalho inflexível, para com os mitos, as distorções que obstruem a propriedade, e os interesses estabelecidos à sombra dos privilégios ou das restrições individuais. (FUNDAÇÃO GULBENKIAN, 2010, p.V).

Em abono a esses apontamentos, é imperioso destacar que a obra em questão é um riquíssimo tratado de política econômica, escrito no século XVIII e que mudou a história da civilização ocidental. Seu cunho é filosófico e aborda os problemas fundamentais de ordem e caos na sociedade humana. É um produto acadêmico, que traz consigo a análise dos princípios que regem o funcionamento do sistema econômico (FUSFELD, 2001, p.50).

Os escritos da obra foram entregues ao editor em 1773, e há relatos prováveis de que só fora lançada quando o mundo estava então preparado para receber seus ensinamentos. Tudo porque o Sr. Smith arquitetou as questões de economia a partir da política e da moral, âmbito, até então, em que tudo era debatido. Não obstante, vale ressaltar que Aristóteles, Hobbes e Locke discutiram a economia em diversos textos de ética e política. Já o trabalho de Adam Smith difere, porque fundiu os mesmos assuntos, em um único texto.

Segundo o professor norteamericano Lawrence W. Reed²¹, a RN fora escrita pensando especificamente nos pobres e não nos ricos. O Sr. Smith parte do pressuposto de que todo homem é pobre em seu estado natural e mostra como elevar as condições sociais dos menos favorecidos. Assim, ele estava comprometido com os pobres na sociedade da época, e desse ponto deve-se observar que os pobres no século XVIII eram muito mais pobres do que se imagina hoje; sua

²¹ Discurso proferido pelo professor Lawrence W. Reed no verão de 2011, na sede da Foundation for Economic Education (FEE), onde é presidente oficial em Irvington-on-Hudson, New York, Atlanta e Georgia, lugar que ocupa desde 01/09/2008. A conferência fora assistida na biblioteca da USP e atualmente encontra-se disponível digitalmente no sítio eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=J85N9zozYz8>

situação beirava ao desespero, haja vista o contexto social da época, o mercantilismo.

Nessa linha, o professor Reed em sua manifestação aponta que o Sr. Smith ao escrever a RN estava preocupado em saber como aliviar os problemas da vida dos miseráveis. Ele não pergunta quais são os direitos naturais dos homens, como fez Locke, ao afirmar que temos o direito à propriedade. Por sua vez, Smith desejava saber como ajudar as pessoas em condições desiguais, apontando para o livre comércio, a liberdade de migração, a limitação do governo, e em como as políticas públicas poderiam proporcionar melhor condição de vida para as pessoas. Sua preocupação não estava centrada nas classes abastadas, afinal esses poderiam se cuidar.

Por tudo isso, RN tornou-se um sucesso na época, porque ia contrariamente ao sistema em vigor. Contudo necessita-se voltar ainda um pouco mais no tempo e lembrar que a Europa viveu, até o século XV, sob o sistema senhorial e após o rompimento desse regime, nasce o Mercantilismo, marcado pela forte presença do Estado nas relações econômicas, com medidas políticas que valorizavam o ouro, além de impedir a exportação de mercadorias (HUNT, 1982, p.41). Surgem, então, as duras críticas do Sr. Smith ao sistema. Dessa forma,

no campo da ciência social foi a Riqueza das Nações, sem dúvida, o livro que maior influência exerceu no mundo ocidental, direta ou indiretamente, nos dois últimos séculos. (...) Livro admirável, esse. Sempre estimulante, sempre atual como a sabedoria, que é de todos os tempos. Não seria homenagem imerecida tê-lo na galeria daqueles autores imortais que sempre se leem com renovado prazer. (FONSECA, 1978, p.27)

Somando-se a essas reflexões, para Carlos Salles (2000, p.83), A RN busca descrever a sociedade como “ela é” e não “como deveria ser”. Assim, seu autor utiliza o método de Newton e explica poucas variáveis: a propensão natural à troca e à barganha, o interesse próprio, a divisão do trabalho e a concorrência. O relacionamento dessas variáveis leva à opulência e ao desenvolvimento, isso se a liberdade individual de procurar seus próprios interesses não for restringida pelo Estado. Contudo há uma ordem natural que, sem influências externas, segue seu curso, apresentando uma invariável tendência de promover o bem-estar público, uma vez que os mecanismos citados em ação levam à redução dos preços e à melhoria da qualidade de vida de todos.

Por isso, o que deve ficar sublinhado é o “sistema de liberdade natural”, que se sustenta em torno do funcionamento do sistema econômico. Então qual o conceito de economia, ética e liberdade para o Sr. Smith?

Para responder a tal questionamento deve-se resgatar a informação prestada anteriormente - o Sr. Smith não inventou a ciência econômica. Sua originalidade consiste na sintetização, em uma única obra, dos elementos econômicos até então soltos e debatidos por vários ramos distintos. O conceito puro, acabado, delimitado e uniforme sob a expressão economia, é algo quase imperceptível dentro da obra da RN.

Por outro lado, existem, por meio de um sistema ordenado (newtoniano) e por uma lógica própria (que se assemelha ao cartesiano), indicativos ontológicos, sobre a economia. O que segundo Cerqueira (2004, p.424), “dá feições de uma ciência autônoma – *ciência*, em oposição ao caráter eminentemente prático”. Porém existe uma clara apresentação da economia política,

considerada como una rama de la ciencia del hombre del estado o del legislador, propone dos objetivos distintos: primero, proporcionar al pueblo un abundante ingreso y subsistencia o, más propiamente, capacitar a sus individuos para que lo puedan obtener por sí mismo y, segundo, proveer al estado o la república con un ingreso suficiente para los servicios públicos. Su objetivo es tanto el enriquecimiento del pueblo como del soberano. (SMITH, 1988, p.478)

Nessa descrição ontológica surge o sistema da liberdade natural, quando o comércio não mais pode sofrer com as grandes intervenções impostas pelo Estado, como aquelas regras mercantilistas. O enriquecimento, tanto do povo, quanto do Estado, consiste em um sistema de liberdade natural, que é a base da economia que por sua vez trataria o bem estar da coletividade. Tudo isso, sem se opor à moralidade.

Essa liberdade natural do comércio reporta ao que o Sr. Smith denomina por mão invisível²². Essa metáfora não pode ser “interpretada de forma canonizada,

²² (9) Pero el ingreso anual de toda sociedad siempre es precisamente igual al valor de cambio del producto total de su industria o, mejor, es la misma cosa que ese valor de cambio. Por tanto, puesto que cada individuo trata de emplear su capital en apoyo de la actividad doméstica y de dirigir tal actividad de forma que su producto tenga el mayor valor, cada individuo intenta que el ingreso anual de la sociedad sea tan grande como pueda. Por regla general, no intenta promover el bienestar público ni sabe cuánto está distribuyendo a ello. Preferiendo apoyar la actividad doméstica en vez de la

fazendo apologia ao capitalismo liberal” (MATTOS, 2007, p.109), ao contrário, deve ser interpretada como

o funcionamento eficiente e elegante do mercado como mecanismo de coordenação das decisões individuais dos produtores e consumidores, que impede que uma economia descentralizada e guiada apenas pelas motivações de inúmeros agentes degenerem no caos. (CERQUEIRA, 2004, p.424)

Pela mesma maneira como se tem até aqui demonstrado, o próprio Sr. Smith (2013, p.531) aduz que “trata-se do sistema moderno, e é possível compreendê-lo melhor no país e na época em que escrevo”. Da mesma forma, a professora Laura Valladão de Mattos (2007, p.127) leciona que evocar a mão invisível como forma de defender o liberalismo econômico, apesar de eficiente, “é prestar um desserviço”. Assim, essa metáfora só tem validade quando apresentado o contexto histórico de sua época, caso contrário, deve prevalecer o magistério anteriormente apresentado por Hugo Eduardo da Gama Cerqueira.

Assim, o contexto histórico é que sustenta aos estudiosos disciplinares conceituar a economia do Sr. Smith como sendo a ciência que trata da produção, circulação e consumo dos bens das riquezas (SILVA, 2006, p.506).

Avançando um pouco mais, deve-se apontar o conceito da liberdade smithiana. Essa, revela-se em meio ao contexto histórico da época e o exame geral da política comercial de então, o que se encontra consubstanciado no Livro IV da RN, onde são feitas pelo autor as críticas ao sistema mercantilista.

Segundo relata a literatura de Octavio Gouvêa de Bulhões (1977, p.6), o ministro francês Jean-Baptiste Colbert de Luiz XIV, apesar de sua idoneidade, fora levado pelo sistema mercantilista a regular sistematicamente a economia da época. Nesse propósito, favoreceu as atividades industriais urbanas por meio da concessão de privilégios; impôs limitações e exigiu elevados tributos da agricultura, de forma

foránea, sólo busca su propia seguridad, y dirigiendo esa actividad de forma que consiga el mayor valor, sólo busca su propia ganancia, y en este como en otros casos está conducido por una mano insibile que promueve un objetivo que nos entraba en sus propósitos. Tampoco es negativo para la sociedad que no sea parte de su intención, ya que persiguiendo su propio interés promueve el de la sociedad de forma más efetiva que si realmente intentase promoverlo. No son muchas las cosas buenas hechas por aquellos que dicen dedicarse al comercio en favor del bienestar público. También es verdad que esta es una actitud poco común entre los comerciantes, y unas pocas palabras bastan para disuadirlos de ella. (SMITH, 1988, p.503)

que desestimulou a produção nacional que ficou aquém do esperado, dada a combinação de solo fértil e clima próprio para o cultivo. Proibiu a exportação de trigo que naturalmente ficou mais barato para o consumo nacional; e tomou demais medidas para beneficiar uma classe de indivíduos, em detrimento de toda a comunidade.

Na lição do professor carioca em questão, a Holanda e Dinamarca tinham um rigoroso monopólio. Nesses países o comércio foi entregue a uma só empresa que atuava nas compras dos produtos das colônias por pequeno preço, e posteriormente revendia na metrópole por um elevado valor; diferente do comércio de Portugal que, apesar de estar sob as restrições mercantilistas, admitia que várias empresas vendessem na metrópole. E só poderiam comprar daqueles países. Situação parecida com aquela a que a Inglaterra submetia a sua colônia na América. Já a Grã-Bretanha estimulava a produção de ferro-gusa; proibia a edificação de fornos para produção de aço, e impedia as exportações de uma província para outra.

Percebe-se nitidamente que, com maior ou menor intensidade, existia a interferência política do Estado na iniciativa privada. Isso trazia consigo a limitação da liberdade comercial, a interferência na igualdade e fazia prevalecer a injustiça, sendo que poderia ter deixado que o sistema econômico, principalmente em relação aos produtores rurais, seguisse naturalmente o seu percurso. Razão pela qual o Sr. Smith faz duras críticas ao “sistema mercantilista” e inicia uma série de argumentos na construção do “sistema de liberdade natural”. Esse raciocínio fica bem explicitado na leitura da versão brasileira da RN, feita por Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky, e não na versão espanhola.

Assim, retirados os benefícios de determinadas empresas, bem como as restrições do sistema econômico imposto pelo mercantilismo, o homem aplicaria os seus recursos financeiros somente a seu favor. Ou seja, ele busca promover o seu interesse individual. Sendo assim

a consideração de seu próprio lucro é o único motivo que leva o detentor do capital a decidir se o emprega na agricultura, nas manufaturas ou em alguma atividade particular no comércio de atacado ou varejo. (SMITH, 2013, p.469)

Ante tal consideração, qual seja, o interesse exclusivo do homem pelo lucro, esse termina por beneficiar a sociedade em geral, pois

todo indivíduo empenha incessantemente seus esforços em descobrir o mais vantajoso emprego para o capital de que dispuser. De fato, é seu próprio benefício, e não o da sociedade, que tem em vista. Ora, a preocupação com seu próprio benefício naturalmente, ou melhor, necessariamente, leva-o a preferir o emprego que seja o mais vantajoso para a sociedade. (id, p.564)

Num primeiro momento pode parecer contraditório, porém, como o homem na busca de seu interesse pode beneficiar uma sociedade?

A resposta para essa questão é simples, O homem não investe em mercados dos quais ele não detenha controle ou conhecimento, ao contrário, ele aplica seus recursos em lugares onde possua maior conforto e possa ter consciência de que o seu capital esta seguro. Assim

o capital investido no mercado interno necessariamente põe em movimento uma quantidade de atividade nacional maior, e fornece rendimentos e emprego a um número maior de habitantes do país. (id, p.566)

Portanto, a chave central para o sistema de liberdade natural consiste no interesse próprio que, conseqüentemente, trará riqueza não só ao dono do capital, mas, também ao trabalhador, uma vez que o trabalho é uma das fontes de riqueza, como é apontado pelo Sr. Smith no Livro I da RN. Deve proporcionar, pois, qualidade de vida ao trabalhador.

Dessa forma, nas lições de Laura Valladão de Mattos (2007, p.125), o sistema de liberdade natural é preferível ao mercantil, além de ser o mais justo. Ao serem retirados os privilégios e as restrições, a igualdade de tratamento dos súditos seria estabelecida e as injustiças seriam grandemente minoradas. Sob esse sistema estariam garantidas a liberdade, a proteção à pessoa e também à propriedade, bem como a não discriminação dos cidadãos.

Contudo deve-se devotar zelo ao assunto. É sobretudo importante ressaltar que o “sistema de liberdade natural”, que se opõe ao mercantilismo, não deve ser entendido como isenção total da presença do Estado. Esse por sua vez, continuaria desempenhando seu papel, mas sem fazer interferências grandiosas ao sistema

econômico, como fora anteriormente mencionado. Ao governo caberia trabalhar pelo povo de forma a favorecer e maximizar a riqueza das nações.

Logo a liberdade smithiana consiste num livre comércio que, baseado no interesse próprio, com a mínima intervenção do Estado, resultaria em benefícios para toda uma comunidade. Esse interesse próprio, não vai contra a visão de ética do autor, ao contrário, faz parte do processo. Mesmo para aqueles que insistem em afirmar que o Sr. Smith rompeu com o moralismo na tradicional passagem da RN,

no obtenemos los alimentos de la benevolencia del carnicero, del cervecero o del panadero, sino de su preocupación por su propio interés. No nos dirigimos a sus sentimientos humanitarios, sino a su egoísmo, y nunca les hablamos de nuestras necesidades, sino de sus propias ventajas. Nadie, excepto los mendigos, elige ser dependiente de la benevolencia de sus conciudadanos. Incluso un mendigo no depende totalmente de ellos. Cierito que la caridad de la gente dadivosa le provee del fondo necesario para su subsistencia, pero, aunque dicho altruismo le satisfaga en último términos sus necesidades vitales. (SMITH, 1988, p.96-97)

“A frase (em destaque) é considerada como autoexplicativa. De uma só feita, o interesse aparece afirmativamente, e a simpatia, confundida com a benevolência, assume uma forma negativa e descartável” (GANEM, 2002, p.27). Tal constatação tem sua gênese no trabalho do filósofo francês Jean Pierre Dupuy, em sua obra *Le sacrifice et l'envie: le libéralisme aux prises de la justice* (1992, p.158), que utiliza sua habilidade como epistemólogo ao analisar minuciosamente o termo simpatia, que já fora anteriormente aqui apontado com o auspício de Hugo Cerqueira.

Assim, no caso do açougueiro, na citação acima, pode-se induzir que o egoísmo é o valor que rege a conduta humana, e que a ação desinteressada refletida no interesse da “felicidade dos outros” é inerente a qualquer ser humano, por pior que seja o seu caráter. Contudo, por meio do processo da simpatia, esse interesse humano é capaz de restringir a conduta que seria aplicada antes de sua ação, o que resultaria num processo de justiça.

Diante disso, não se pode ler as obras smithianas (TSM e RN) em contraposto e sequer em apartado. Ao contrário, essas devem ser lidas por continuidades, pois são parte de um todo/conteúdo organizado dentro de um determinado espaço, contrariando aquilo que no passado era considerado como *Das*

Adam Smith Problem, quando se era possível ou não ler as obras sob diferentes ângulos, situação superada com os novos olhares.

Isso posto, os vícios humanos podem ser contidos por meio da simpatia e fazer com que o homem seja político e social, utilizando dos seus interesses próprios para a sua satisfação e também para o bem comum da sociedade econômica.

3.2.3 A continuidade do pensamento smithiano em suas obras

Adam Smith, filósofo moral, economista, teórico, pensador, conhecedor das artes, professor de economia, lógica e filosofia moral que abrangia os campos da: ética, retórica, direito, política comercial e finanças públicas, foi chamado em vida de “o inesquecível”²³ por seus professores Robert Simon e Francis Hutcheson (Segundo Fonseca 1978, p.12). Como dito, escritor de a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*, as quais não podem ser lidas em separado, mas, como continuidade de seus pensamentos.

Em abono a tal consideração a literatura internacional²⁴ pacificou o assunto, desde a década de oitenta do século XX, situação que também se dá em pensadores nacionais, dos quais se destacam também Ângela Ganem²⁵, Hugo

²³ E de fato é inesquecível sua habilidade interdisciplinar, que dialogava com vários saberes a todo instante, a ponto de influenciar o seu amigo James Watt na invenção do motor a vapor. Em seu tempo marcou a história da humanidade, ainda que muitos lhe tenham desferido copiosas críticas, outros tantos lhe romperam sublimes elogios.

²⁴ A literatura internacional cita Raphael e Macfie (1982:20-5) e Heilbroner (1982)

²⁵ Sobre tal assunto, destaca-se a publicação *Economia e Filosofia: Tensão e Solução na Obra de Adam Smith* (2002)

Eduardo Araújo da Gama Cerqueira²⁶ e Carlos Alcides Salles, dos quais se faz oportuno aduzir que,

acreditamos que tanto a “TSM” como a “WN” não constituem obras isoladas, mas complementares. Muito do que é considerado ambiguidade entre essas obras é, na realidade, a tentativa de resolver essa tensão entre motivações econômica e não econômica, que poderiam parecer excludentes ou contraditórias à primeira vista, mas que ele (Smith) achava possível uma conciliação. Esse processo se constituiria em uma nova etapa histórica humana de desenvolvimento que mostraria seus efeitos benéficos para à sociedade como um todo. (SALLES, 2000, p.79-80)

Desse pensamento surge o que se pode denominar por esse trabalho de “processos de exclusão e inclusão” (desterritorialização e reterritorialização²⁷), onde se exclui a economia de benefícios de poucos e se inclui, a economia do bem comum, uma vez que antes da RN, havia um sistema pautado por imposições limitantes, que exigia elevados tributos da agricultura, desestimulava a produção nacional, garantia o monopólio, fazia com que as empresas adquirissem produtos por pequenos valores no interior e os vendessem por elevada quantia nos grandes centros.

Vale referir ao momento em que o Sr. Smith postula o fim dos privilégios de certos grupos econômicos que deixavam os demais produtores em desigualdade de produção. Ele exclui esse tratamento favorecido, e inclui a justiça, que garante a todos os desiguais o tratamento de igualdade, em meio a este cenário econômico.

Na mesma linha, no momento em que se requer a não intervenção do Estado nas relações econômicas com imposições arbitrárias, que contrariam o bom funcionamento natural dos negócios, há uma exclusão desse preceito, e se restabelece uma inclusão da liberdade natural, capaz de satisfazer não só os interesses privados, mas sobretudo o da coletividade.

²⁶ A manifestação a que se refere trata-se da publicação feita na *Síntese*, em 2005, p.181-202.

²⁷ Se resgatar a visão de Deleuze e Guattari, que foram introduzidas no capítulo 1 deste trabalho, no que tange aos processos concomitantes de desterritorialização e reterritorialização - o primeiro entendido como o “abandono do território”; e o segundo como a tomada do novo território sem o pensamento do original. O que Haesbaert e Bruce (2002, p.13) entendem ser a “geografia do *socius*, a geografia do pensamento” e não uma geografia de lugares fixos, contínuos e limitados. Assentando-se em tais preceitos, aos pensamentos do Sr. Smith são totalmente aplicáveis as contribuições deleuze-guattarianas.

Nada obstante, observa-se que o Sr. Smith exorta acerca do não favorecimento das atividades industriais urbanas em detrimento da atividade agrícola. Há neste momento uma exclusão da imoralidade nos negócios, que resulta na inclusão da ética no território econômico, quando o espectador imparcial zela pelo tratamento digno para com as demais pessoas.

São esses encontros e desencontros, esses movimentos de desconstrução e construção, que permitem verificar, nas obras do Sr. Smith, a importância da continuidade das leituras da *Teoria dos Sentimentos Morais* juntamente com a *Riqueza das Nações*, as quais, se completam como mecanismos para apresentar soluções aos conflitos vislumbrados na dinâmica nas relações sociais, tão presentes na atualidade como o fora no passado.

3.3 NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SMITHIANO

Dirigindo-se para o fim deste capítulo, deve-se apontar os conceitos de ética, economia, justiça e liberdade, segundo a abstração das obras smithianas, levando em consideração que o Sr. Smith era um filósofo moral e não um mero analista econômico. Contudo os valores que serão colocados adiante, não têm qualquer pretensão de esgotar o assunto. O que se faz aqui é apenas a tentativa de contribuir com outro olhar sobre o tema.

Acerca da economia em Adam Smith, essa pode ser compreendida como uma ciência que versa sobre a produção, a circulação e o consumo dos bens de uma determinada nação, estabelecidos no interesse próprio, com o objetivo de promover o bem de uma coletividade.

A liberdade atrelada à economia consiste na livre iniciativa do emprego do capital nas práticas naturais do homem, cujo intento é satisfazer seus próprios

interesses, o que resulta em benefícios para toda a comunidade, sendo mínima a intervenção do Estado.

Já em relação à ética, ou norma moral, essa consiste na reflexão do espectador imparcial que, por meio da auto-regulação no desenvolvimento do interesse pessoal e econômico, zela no trato com as demais pessoas.

No exame da justiça, essa consiste em importante virtude consolidada pela igualdade de oportunidades entre os desiguais, quando o espectador imparcial vivencia antecipadamente o sentimento do outro para garantir a felicidade de todos.

Dessa forma, as considerações feitas aqui não são deterministas e sequer absolutistas. Afinal, não possuem o condão de negar ou excluir conceitos até então apresentados, apenas ampliam o foco, com novo olhar, a fim contribuir para com os estudos territoriais, valores que não estão explícitos nas obras do Sr. Smith.

Esse olhar se detém no presente tempo e pode ser superado a qualquer momento, como já alertava o poeta Jorge Luiz Borges (1987, p.42), “nossa consciência está continuamente passando de um estado a outro, e isto é o tempo: uma sucessão”. Talvez em outro momento, lugar e olhar, ter-se-á uma visão distinta a respeito das obras de Smith.

“Afinal o que é o livro? O livro é a voz do autor, a voz que chega até nós. O livro conserva um tipo de respeito, com o desejo de encontrar a felicidade, de encontrar sabedoria.” (BORGES, 1987, p.11). E é justamente o que o Sr. Smith revela em seus escritos, felicidade e sabedoria que vão além do dinheiro, dos bens, do consumo e da economia. Há algo de maior no homem, algo muito mais além do que essas trocas monetárias são valores como: ética, moral, liberdade, justiça, respeito e acima de tudo uma dignidade que são o pilar de toda uma sociedade, sem os quais tudo se torna efêmero, e resulta em injustiça que não é compatível com a essência das relações sociais.

CAPÍTULO III

4 A ÓTICA DE AMARTYA SEN SOBRE A ECONOMIA E A ÉTICA

O pensador Amartya Sen nasceu em 1933 em Santiniketan, atualmente conhecido como Bangladesh. Migrou em 1947 com sua família para a Índia, após a Partição de 1947²⁸. Doutorou-se em economia pelo Trinity College, em Cambridge no Reino Unido. No exercício do magistério, lecionou na Delhi School of Economics, na London School of Economics, na Universidade de Oxford e na Universidade de Harvard. Também atuou como Reitor da Universidade de Cambridge, além de ajudar na criação do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento, também conhecida como a Universidade da Organização das Nações Unidas (ONU).

Seu conhecimento tem chamado a atenção de economistas, educadores, estudiosos e vários pensadores do mundo. Tanto que, em 1990, juntamente com o seu colega de graduação paquistanês Mahbub ul Haq²⁹ criaram o Índice de Desenvolvimento Humano³⁰ (IDH) que vem sendo utilizado pelos relatórios da ONU desde 1993. Já em 1998, foi contemplado com o prêmio Nobel de Ciências Econômicas, por suas colaborações com a economia do bem-estar social (welfare state), ao avaliar que a população mundial vem sofrendo com a fome, não só pela falta de alimentos, mas também por outros fatores. Dessa forma melhorou a compreensão da teoria da decisão social.

Economista, no exercício de sua profissão trabalhou como membro da presidência do Banco Mundial em 1996, e depois como membro do conselho diretor do Institute for Advanced Study de Princeton. Até o momento, evita dar conselhos a “autoridades” e faz suas sugestões e críticas de forma pública e não dentro de algum governo, por sentir-se bem consigo mesmo e acreditar que “o poder de fazer

²⁸ Processo político que, em 14/08/1947 resultou a criação dos Estados Soberanos e concomitantemente, após a autorização do Reino Unido, na independência da Índia.

²⁹ A morte de seu amigo em 1998 foi um golpe que a vida lhe desferiu ao ponto de fazê-lo confessar “ainda não me recobrei”. (SEN, 2010, p.13)

³⁰ IDH métrica criada para classificar os países levando em consideração o desenvolvimento humano e a classificá-los como desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Essa estatística tem por base a expectativa de vida, a educação e a renda per capita, a fim de saber a qualidade de vida da população de uma nação, estado, cidade, aldeia e demais lugares.

o bem quase sempre anda junto a com possibilidade de fazer o oposto” (SEN, 2010, p.11).

Professor de nossos dias que possui trabalhos acadêmicos de extrema relevância para a atualidade. Dentre suas publicações destacam-se: *A Ideia de Justiça, Sobre Ética e Economia e Desenvolvimento Como Liberdade*, traduzidas para vários idiomas, inclusive para o português do Brasil. Considerado um dos grandes pensadores de atualidade, conforme o The Times, renovou a teoria de justiça criada em 1971 por John Rawls, e assim conseguiu trazer reflexões importantes nos últimos vinte anos. No centro de seu debate estão as pessoas, a justiça, a economia e a ética em meio ao mundo globalizado.

Nesse propósito, seus trabalhos são destinados a tratar graves problemas de ordem social e econômica, não se preocupando em estruturar um Estado idealmente justo, mas em como refletir acerca da efetivação da justiça por intermédio da comparação. Ademais, o autor intenta conciliar a ética e o sistema econômico atual, tendo como objetivo maior o atendimento das necessidades primordiais do ser humano.

Apresentado o autor, o capítulo tratará sobre os conceitos de ética e economia, fazendo surgir também outros de forma subjacentes como justiça e liberdade, para que o olhar territorial aconteça.

4.1 INTRÓITO

Desde os escritos científicos de Adam Smith, em 1776, que conseguiu reunir a ciência econômica em uma única obra, muito da economia clássica se modificou ao longo da história³¹. Com o fim do mercantilismo, vieram novas estruturas

³¹ Não cabe aqui enveredar para o exame dos escritos nesse período. O recorte feito por essa pesquisa traz a discussão para a contemporaneidade, especificamente para Amartya Sen, como forma didática no intento de melhorar a compreensão e atender ao objetivo do trabalho. Todavia é salutar contextualizar os fatos, segundo a visão de Diva Benevides Pinho (2011, p.36), antes de se adentrar no cerne de sua proposta.

econômicas, frente ao capitalismo, que tomaram grande proporção no início do século XIX.

Assim, surgiram várias abordagens dos princípios básicos da Ciência Econômica, que consideraram as transformações nas estruturas das nações industriais. Já na quarta parte do mesmo século, o capitalismo ganhou novo formato, quando havia concentrações econômicas de forte tendência monopolista. Assim o Estado adentrou ainda mais no campo econômico, só que dessa vez protegeu os salários dos trabalhadores que obtiveram sensíveis melhoras, ao invés de se deteriorar; ocasião em que também se iniciou o surgimento de sindicatos na busca dos interesses dos trabalhadores, o que frustrou as previsões pessimistas de Malthus e Marx.

Essas novas abordagens da ciência econômica foram registradas no início de 1870; nos dez anos seguintes surgiu a análise econômica moderna. Tais economistas estavam preocupados com a alocação dos escassos recursos alternativos e tinham o propósito de aumentar a satisfação dos consumidores. No mesmo período, a economia adquiriu caráter internacional e seus estudos não mais estavam restritos aos ingleses e franceses, além de se tornar um curso acadêmico.

Entre os anos de 1870 a 1929 apareceram vários teóricos econômicos, alguns apaixonados pelos ensinamentos clássicos, outros contrários a tal metodologia. Na ocasião surge Schmoller, concluindo que ambos os métodos eram necessários para a reflexão econômica. Por fim, nasce o Neoclassicismo ou Marginalismo, que procurou integrar a teoria da utilidade do valor com a teoria do custo de produção dos clássicos, além de explicar os preços dos bens e dos fatores, e ainda a alocação dos recursos.

Já no final de 1929, período conhecido pela história como a “Grande Depressão³²”, houve um repensar sobre a ciência clássica. Os estudiosos se preocuparam em analisar integralmente a expansão das atividades econômicas em vários países, e com a elaboração de políticas econômicas adequadas, a fim de se verificarem algumas teorias como a do retorno automático até na própria moeda.

³² A grande depressão, recessão econômica que perdurou ao longo da década de 30, foi considerada pela história como a pior crise financeira do século XX. Esse problema causou elevada taxa de desemprego, uma queda na produção industrial e conseqüentemente no Produto Interno Bruto (PIB), que só veio melhorar após a segunda guerra mundial.

Retomando o pensamento da análise dos neoclassicistas, esse movimento mudou significativamente a orientação dos estudos econômicos. Suas explicações, para alocação dos escassos recursos entre os usos correntes, foram rapidamente difundidas para se chegar a ótimos resultados. Dessa forma o “homem racional” deveria estar empenhado em equilibrar seus gastos com seus ganhos. Assim, influenciaram escolas, destacando-se a Escola de Viena (ou Escola Psicológica Austríaca), a Escola de Lausanne (ou Escola Matemática), a Escola de Cambridge e a Escola Sueca, o que resultou na criação do Institucionalismo e na Economia do bem-estar.

A Escola Institucionalista progrediu principalmente nos Estados Unidos e teve como fundamento a História, a Sociologia e as Ciências Sociais em Geral. Opôs-se à metodologia das Escolas Clássicas e Neoclássicas, com o intuito de tirar a economia do “laboratório” e conduzi-la para a realidade. Com efeito, seu líder Thorstein Veblen (1857-1929), de formação complexa e variada, influenciado por John Dewey, rejeitou o pensamento de que o homem racional possui habilidade para calcular os ganhos e as perdas econômicas associadas a escolas alternativas. Logo, os padrões de consumo não são frutos do resultado de um cálculo racional e sim do hábito de imitar os padrões de consumo da classe rica. A política de *laissez-faire*³³ não aumentava o bem-estar do consumidor, portanto o Estado deveria intervir no mercado e tributar esse típico consumo, a fim de diminuir tal situação.

Em outra vertente, a economia do bem-estar liderada por Arthur C. Pigou (1877-1959), sucessor de Marshall na Universidade de Cambridge, combateu a tradição neoclássica em se tratando da esfera econômica. Segundo essa concepção, desde Adam Smith, o sistema econômico já reconhecia que certos empreendimentos não lucrativos para os empresários privados são necessários para a comunidade. Dessa forma a presença do Estado justificaria a manutenção de determinados bens e serviços, e as indústrias teriam um significado também de cunho social. O Estado poderia, por meio dos tributos, regular a produção a fim de se evitar a concentração de capital, e também subsidiar seus custos, com o objetivo de corrigir as divergências entre os produtos marginais e os de uso social.

³³ Laissez-faire, etimologicamente faz parte do francês, que numa tradução livre expressa “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. Há indícios de que tenha sido utilizado provavelmente em 1751 pelo Marquês Argenson. Sua expressão está atrelada ao liberalismo econômico, que representa um mercado livre sem a interferência do Estado, exceção permitida nos casos de proteção à propriedade.

Prosseguindo com o entendimento da professora emérita da USP, Dra. Diva Benevides Pinho (2011, p.41), os debates entre Pigou e Veblan “revelam, no fundo, a insuficiência da teoria neoclássica para explicar os problemas de atividade econômica”. Seja como for, a partir de 1930 surgiram novas teorias de concorrência imperfeita, o que reativou o ataque contra os neoclássicos que se relacionam com as questões da macroeconomia em níveis de emprego e produção.

Em continuidade aos relatos de 1929, os debates econômicos se acirraram ainda mais, com o impacto da crise econômica iniciada pela Bolsa de Valores de Nova York. Para os teóricos da época a solução dos problemas gerados pela situação econômica, estaria na própria economia. Assim, os governantes, na tentativa de minorar os problemas, tomaram diversas medidas, dentre elas destacam-se a restrição das importações, o aumento das tarifas, a desvalorização da moeda, a realização de obras públicas para o fomento do emprego e o estímulo à economia.

Anos depois, John Maynard Keynes, economista britânico, rompe de vez com os pensamentos neoclássicos e apresenta um programa de ação governamental para a promoção do pleno emprego, a estabilidade internacional das moedas, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). E tamanha fora sua atuação que seu trabalho ficou conhecido como a Revolução Keynesiana.

Keynes preocupou-se com os problemas gerados pela instabilidade econômica e por isso procurou determinar as causas das flutuações econômicas, os níveis de renda e de emprego nas economias industriais. Começou a trabalhar focado em soluções de curto prazo, pois, caso direcionasse seu esforço pensando no longo prazo “todos estariam mortos” (*id.* p.43). Sob muita crítica e pouca ação de seus pares, seus trabalhos estimularam o desenvolvimento econômico e também as demais áreas a ele atreladas. Todavia, enquanto ele trabalhava para reabilitar o capitalismo, o socialismo implantado pela primeira vez em 1917 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passou a ser modelo para as demais nações como China, Vietnã, Cuba e tantas outras.

Interessante é que, nesse tempo, tanto a ciência como a tecnologia cresceram intensamente, o que levou ao progresso e superou as expectativas da ficção científica. No campo político a ruptura de determinados valores foram desconstruídos como mostra o fracasso do socialismo na União Soviética, onde Estado abriu-se para o capitalismo intenso que reabilitou a competição individual e a exploração do lucro que agravaram a globalização econômica. Dessa forma, tanto o comunismo quanto o capitalismo revelaram-se insuficientes na promoção do desenvolvimento humano e cultural. Assim,

a globalização econômica assimétrica aumentou as desigualdades entre os países. Reforçada pela revolução da informática, sobretudo pelas novas tecnologias de comunicação planetária, passou a ser considerada um jogo para poucos eleitos ao eliminar as barreiras ente os Estados, favorecendo os países industrialmente mais avançados. Outros afirmam que a globalização e a mundialização do capitalismo selvagem confundem-se, ampliando a competição desenfreada de todos contra todos, em busca de maximização de ganhos. (PINHO, 2011, p.45)

Nessa incursão história, verifica-se que a questão é complexa. Desde a Revolução Keynesiana até a atualidade muito se tem escrito e existem debates sobre: a revolução matematizante da ciência econômica; a oposição econométricas versus economistas institucionalistas; os grandes modelos macroeconômicos; a divulgação didática da teoria econômica matematizada; as controvérsias dos anos 1970/80 sobre a prática da economia; o vitorioso e longo intervencionismo keynesiano; as principais heterodoxias; o neoliberalismo contestado. Esses pontos de vista na realidade se interpenetrem e se completam (*id*, p.50).

O conjunto teórico acima, em meio a essa celeuma de autores disciplinares da ciência econômica, com suas publicações de obras, *papers* e demais instrumentos científicos, não chega a um consenso sobre o rumo da economia atual. Contudo se esquecem que essa ciência tomou forma a partir da filosofia moral de Adam Smith. Portanto é salutar que seja analisada sob o prisma da reflexão filosófica, sob o ponto de vista da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, ou seja, não existe um absolutismo no atual mundo complexo, todos podem opinar em questões políticas sociais e econômicas. O processo dialético entre locutor e interlocutor consiste num fortalecimento mútuo. Afinal, como controlar disciplinarmente uma sociedade hipercomplexa no mundo contemporâneo?

Isso posto, há indícios na literatura de preocupação com os efeitos da globalização econômica, que atingiu um *status* muito alto, levando o Estado a se encolher e a se destacarem organismos corporativos surgidos para auxiliá-lo no atendimento das demandas sociais, como o caso das Organizações Não Governamentais. Ante esse cenário, indaga-se como minorar os efeitos dessa economia de todos contra todos?

4.2 OS CONCEITOS EM AMARTYA SEN

É nesse contexto conflituoso que se apresenta Amartya Sen, que vem contribuindo para com o seu tempo, a ponto de ser laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1998. Sua intensa participação no cenário internacional tem influenciado várias autoridades mundiais. Sua intrepidez de denunciar questões, até então veladas deixa-o na vanguarda; o não envolvimento com partidos políticos demonstra sua lisura. A origem oriental e formação multifacetada capacitam-no a apresentar respostas concretas para problemas atuais, tendo como prioridade as pessoas e o meio-ambiente.

Sua concepção sobre economia é algo amplo. Entende-a como uma ciência social que estuda a produção, o mercado, o lucro e a riqueza, que devem ser pautados por valores éticos e voltados para o ser humano. Logo, ela tem seus fundamentos na contenção da fome coletiva, na produção de alimentos, na liberdade, na defesa de direitos políticos, na promoção da cultura, no exercício da justiça, e também na proteção do meio ambiente que coloca em risco a vida humana na terra.

No seu magistério “não há margem para dissociar o estudo da economia do estudo da ética e da filosofia política”. (SEN, 1999, p.19) O que suprime cabalmente a afirmação de Lionel Robbins na obra *An essay on the nature and significance of*

economic science (1930), ao aduzir que “não parece logicamente possível associar os dois estudos (ética e economia)”.

O que se observa no fragmento acima é que houve a dissociação, o rompimento da economia com a ética, e não a falta de aproximação. A concepção e a evolução da economia moderna se deram de forma restrita, uma vez que ela se ocupa de pessoas reais. Faltaram aos estudiosos a sensibilidade e a preocupação em relação ao autoexame socrático em questionar “como devemos viver?”. Para Sen, há indicativos de que os estudiosos disciplinares em economia se ativeram exclusivamente à imparcialidade rudimentar atribuída à economia moderna, e se esqueceram do compromisso com o bem-estar das pessoas.

Para o autor Amartya Sen, a economia teve duas origens. A primeira relacionada com a ética, e a segunda com a “engenharia”, quando ambas comungam com a política e perpassam pela ética. A segunda abordagem freqüentemente foi proveitosa com a maioria de suas teorias, ao demonstrar sua importância e sua capacidade técnica para resolver os problemas práticos do mercado. A exemplo tem-se a “teoria do equilíbrio geral” que trata das relações mercadológicas (produção e troca).

No que diz respeito à ética, presente nas duas origens da economia, o autor lembra que desde Aristóteles já se discutia a economia sob o manto ético. O termo “economia” estava atrelado à riqueza que, conjuntamente com as demais ciências, deveria ter por finalidade o bem para o ser humano.

Já em relação à economia denominada por “engenharia”, essa consiste na avaliação da realização social, com a finalidade mais abrangente: o “bem”. Essas economias estavam intrinsecamente relacionadas com a ética, como fora defendido também por Adam Smith, John Stuart Mil, Karl Marx, Francis Edgeworth, William Petty, François Quesnay, David Ricardo, Augustine Cournot e Leon Walras, mas foram esquecidas pelos estudos modernos. Afinal

pode-se dizer que a importância da abordagem ética diminuiu substancialmente com a evolução da economia moderna. A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as

proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real. (SEN, 1999, p.23)

Segundo a visão seniana, a teoria do bem-estar (Pigou 1877-1959), que utiliza as técnicas da microeconomia para verificar a eficiência da alocação de recursos dentro da economia a fim de avaliar a satisfação das pessoas, foi empobrecida com a influência utilitarista. Logo, confinaram-na em um compartimento exíguo, e ao separá-la do restante da economia só se permitiu que a “economia preditiva” a influenciasse não permitindo o contrário. Assim, seus critérios de avaliação tornaram-se inadequados e fez com que se distanciasse da ética. (SEN, 1999, p.45,67)

Essa nova metodologia enfatiza apenas as análises econométricas que têm como objetivo maior o comportamento humano do autointeresse baseado na escolha racional (id, p.28). Para Sen, essa abordagem foi atribuída a Adam Smith, mas há poucos indícios de que o próprio Smith não acreditava nisso (id, p.37). O que de fato aconteceu foi que as análises éticas foram se distanciando das práticas econômicas, e sua retomada implicará um impacto com as práticas fora desse viés. Contudo haverá um ganho real, principalmente na economia do bem-estar.

Todavia, o bem-estar não é a única vantagem mais valiosa e útil no campo econômico, pois

pode-se dizer que a vantagem pode ser mais bem representada pela liberdade que a pessoa tem, e não pelo que a pessoa realiza com base nessa liberdade. Esse tipo de consideração nos conduzirá em direção aos direitos, liberdades e oportunidades reais. (SEN, 1999, p.63)

Já em relação às demais teorias econômicas, não cabe aqui enveredar pela exploração e conceituação analítica³⁴. O centro do pensamento seniano consiste em apontar que houve o distanciamento dessas teorias econômicas da ética, o que leva à seguinte pergunta: uma vez que é impossível “dissociar o estudo da economia do estudo da ética” (id, p.19), o que deve ser entendido como ética?

³⁴ Para os profissionais e estudiosos que queiram investigar pormenores e em níveis mais aprofundados, Amartya Sen apesar de não aprofundar o assunto, indica a seguinte bibliografia, Racionalidade econômica: BROOME 1978; ARFIT 1984; SEN 1985e; SEN 1984c; Auto Interesse: WILLIAMS 1985, pp.11-5, SEN 1966, 1973^a, 1974, 1977c; HIRSCHMANN 1970, 1982, 1984; NAGEL 1970; KORNAL 1971; HOLLIS & NELL 1975; LEIBENSTEIN 1976; SCTOVKSY 1976, 1985; BAILER 1977 e demais existe na nota de rodapé constantes nas página 32, 33, 34, 35, 36, 38 da obra *Sobre Ética e Economia*.

Etimologicamente a expressão ética é um adjetivo originado do grego, *ethos*, relacionado a moral e/ou caráter do ser (HOUAISS, 2009, p.847). Trata-se da reunião das práticas morais de um determinado grupo. Dessa forma, ela está atrelada a uma reflexão interna que analisa, critica ou legitima ações práticas da vida do homem que, sob a ótica de Ponchirolli, são

a reflexão sobre a ação humana, para extrair dela o conjunto excelente de ações. É uma ciência que tem por objeto a moral e a lei, e pretende aprimorar suas atividades realizadoras desenvolvidas pelos indivíduos, pela busca do bem em função do conteúdo de justiça; é aquela que pode dar oportunidade. A ética propõe rumos possíveis para o aperfeiçoamento da moral e da lei. (PONCHIROLLI, 2007, p.19)

Para o autor indiano é “correto afirmar que um contato mais próximo entre ética e economia pode ser benéfico não apenas para a economia mas para a ética.” A economia denominada “engenharia” tem de fato apresentado alguns problemas com suas técnicas absolutas, e tem levado o profissional econômico a não raciocinar em sua abrangência sobre as questões éticas frente ao caso concreto.

Com relação à execução prática da ética na economia, hoje distanciadas, não compete a Amartya Sen criar regulamentos, o que não seria útil, pois ele deveria levar em considerações uma série de variáveis e complexidades que tornariam esse conjunto normativo inócuo. Seu “objetivo é entender, explicar e prever o comportamento humano, de modo que as relações econômicas possam ser proveitosas, estudadas e usadas para a descrição e predição nas políticas econômicas”. (SEN, 1999, 95)

Atualmente o ser humano em seu dia-a-dia está adestrado a agir com os valores vigentes. Por isso, agir de forma diferente e correta é a meta desafiadora que se espera das pessoas e das empresas no atual cenário econômico. O que pode parecer utópico, mas

só quando superamos a visão da realidade existente em algo como inquestionável e absoluto é que podemos imaginar, sonhar e pensar sobre uma outra realidade diferente e melhor. Somente assim poderemos pensar em mudança real e verdadeira. (PONCHIROLLI, 2007, p.19)

Se assim não o for, como a humanidade poderá continuar a existir? A busca pelo equilíbrio da razão econômica para a ética é sinônimo de harmonia, mas acima de tudo, uma virtude suprema, a sabedoria, que redundará na felicidade de todos, e em liberdade.

Já em relação à liberdade Sen salienta que o mundo contemporâneo é primado pela “opulência” sem precedentes históricos. Entretanto, existem vários problemas que circundam a vida humana, tais como: a fome, a desnutrição, a falta da satisfação básica das pessoas e o registro da “miséria revelou-se mais complicado do que a viagem à lua ou a produção da bomba atômica.”³⁵ A solução desses problemas para os economistas clássicos seria o desenvolvimento da economia, contudo o pensamento indiano é desenvolvimento da liberdade.

A liberdade é perseguida no mundo ocidental ao longo da história da humanidade, a ponto de ser um dos lemas na Revolução Francesa. Ela é freqüentemente discutida nos debates políticos, acadêmicos e pela população de uma forma geral, dado o fascínio que exerce nas pessoas. Desde os escritos de Adam Smith, pressupunha-se a liberdade em razão de que o Estado não poderia intervir de forma perniciosa no sistema econômico; até nos países totalitários, a liberdade é algo que se postula continuamente.

Para Amartya Sen a liberdade está atrelada ao desenvolvimento. Esse último surge como um conceito subjacente, que pode ser definido provisoriamente³⁶ “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p.16). É algo para além do crescimento do PIB, da industrialização e das rendas, incluindo outros elementos à disposição do povo, como: a educação, a saúde, e a participação de discussões públicas; além de ser removerem a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social, a negligência dos serviços públicos, e a intolerância de Estados repressivos.

A ausência da liberdade seniana “relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade (direito) de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis” (*id.* p.17) e tantos outros pontos ligados à saúde, à educação e à política. Tudo isso, prioritariamente, deve ser resolvido pelo Estado o que levaria certa harmonia à liberdade de trocas, aquisição de bens e consumo no mundo econômico. Porém, isso não quer dizer que

³⁵ Informação retirada da nota de divulgação da obra Desenvolvimento como liberdade da Editora Almedina.

³⁶ Esse conceito provisório se dá pela dificuldade que o Sen tem em apresentar o desenvolvimento como algo sendo acabado, pronto, o que no mundo atual não o é.

a liberdade econômica deve ser deixada de lado, ao contrário, como já “observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão em valorizar” (*id*; p.20).

Ao mundo moderno é dada a incumbência de criar novas oportunidades de inclusão. “O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como saúde, educação e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” (*id*, p.18). Se assim não for,

privação de liberdade econômica na forma de pobreza extrema, pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade. A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar privação de liberdade econômica. (SEN, 2010, p.23)

O que se acaba de expor é um círculo vicioso onde as privações das liberdades se retroalimentam e levam a carências de outros direitos do ser humano. Essas colocações do professor indiano precisam ser ampliadas, para que o debate possa influenciar políticas em prol da proteção de direitos humanitários.

E também uma forma de reaproximar a economia da ética, até então distanciada ao longo da história dada sua aproximação do utilitarismo, que empobreceu suas bases. Ética econômica já era difundida nos dias de Aristóteles e fora convalidada nos escritos de Adam Smith.

Essa economia que tem sua confluência com a filosofia moral e com a liberdade também passa pelo viés da justiça. E a justiça, para Amartya Sen, consiste não em idealizar instituições plenamente perfeitas, como fez John Rawls. É necessário que se verifiquem os “seres humanos, com suas diversas identidades plurais, suas múltiplas filiações e suas diversas associações; são criaturas essencialmente sociais, com diferentes tipos de interações sociais” (SEN, 2011, p.282), das quais devem ser respeitadas tanto suas vidas, suas liberdades, como suas capacidades sociais e econômicas com tratamento igualitário e liberto, resultante de uma argumentação racional pública e democrática.

Assim, a visão contemporânea de Sen, está direcionada para “assimetrias produtoras dessas injustiças na vida das pessoas reais” (WERLE, 2013, p.153). Trata-se de uma imersão do autor no campo da filosofia política, que discute

que tanto a igualdade como a liberdade devem ser vistas como multidimensionais dentro de seus amplos conteúdos. Temos razão para evitar a adoção de uma visão estreita e unifocal da igualdade ou liberdade, que ignora todas as outras considerações que esses valores exigem. Essa pluralidade tem de ser parte de uma teoria da justiça, que necessita estar atenta a vários aspectos diferentes que cada uma dessas grandes ideias – liberdade e igualdade – invocam. (id, p.351)

Essa visão ampla de justiça, que não está focada em como deve funcionar a justiça, mas em que ela se baseia, é o início de uma caminhada para um diálogo franco e aberto, em meio a tantas injustiças, tiranias que violam a capacidade do ser humano por meio de instituições autoritárias.

Sen, revela em outra obra que

a verdadeira “essência” de uma teoria de justiça pode, em grande medida, ser compreendida a partir de sua base informacional: que informações são – ou não – consideradas diretamente relevantes. O utilitarismo clássico por exemplo, tenta usar as informações sobre as felicidades ou prazeres de diferentes pessoas, enquanto o libertarismo requer obediência a certas regras de liberdade formal e conduta correta, avaliando a situação por meio de informações sobre essa obediência. As duas visões seguem direções diferentes, em grande parte governada pelas informações que consideram fundamentais para julgar a justiça ou a aceitabilidade de diferentes cenários sociais. A base informacional das teorias normativas em geral, e das teorias de justiça em particular, tem importância decisiva, e pode ser o ponto de enfoque crucial em muitos debates sobre políticas práticas. (SEN, 2010, 82-83)

Assim, é preciso concluir para que se possa avançar. O pensamento de Sen até aqui demonstrado revela um autor inovador que se desvencilha em meio a tantas colocações restritivas de instituições ideologicamente perfeitas. O papel por ele desenvolvido se inicia com o diálogo participativo que a política e academia devem priorizar no atual momento. Não são pensamentos utópicos, a serem pensados no futuro, são colocações lúcidas que apontam exemplos práticos que podem ser utilizados no presente momento. Dessa forma verifica-se que o autor se preocupa com situações prementes no atual momento em que os estudos territoriais têm discutido essas e outras questões com sua capacidade interdisciplinar.

4.3 ESTUDOS DE CASOS SEGUNDO AMARTYA SEN

Inicia-se esse tópico sobre um diálogo incomum de um casal sobre ganhar ou não mais dinheiro, ocorrido por volta do século VIII a.C., que é contado por Amartya Sen em sua obra *Desenvolvimento Como Liberdade*, originado de um texto escrito em sânscrito denominado *Bribadaranyaka Upanishad*:

uma mulher chamada Maitreyee e seu marido, Yajnavalkya, logo passam para uma questão maior do que os caminhos e modos de se tornarem mais ricos: em que medida a riqueza os ajudaria a obter o que eles desejavam? Maitreyee quer saber se, caso “o mundo inteiro, repleto de riquezas”, pertencesse só a ela, isso lhe daria a imortalidade. “Não”, responde Yajnavalkya, “a sua vida seria como a vida das pessoas ricas. Não há, no entanto, esperança de imortalidade pela riqueza.” Maitreyee comenta: “De que serve isso, se não me torna imortal?”. (SEN, 2010, p.27)

Segundo o autor, esse diálogo é frequentemente utilizado pelas religiões na Índia, a fim de demonstrar as limitações materiais desse mundo e os problemas enfrentados pela humanidade. Apesar de haver uma relação entre riqueza e realização, ela não é fator preponderante, há um paradoxo que precisa ser refletido: o que adianta levar uma vida de trabalho para obter riqueza e morrer na flor da idade sem poder desfrutar da riqueza obtida? E, de que adianta ser abastado de dinheiro e não poder gozar das realizações que teoricamente a riqueza lhe proporcionaria?

Observe que, diante desse diálogo, a riqueza não é o bem maior que as pessoas procuram, mas a liberdade de vida que a riqueza pode proporcionar. “A utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer – as liberdades substantivas que ela nos ajuda a obter.” (id. 28) É importante levar em consideração a renda, o PIB, e também o desenvolvimento. Tudo

tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010, p.29)

O mundo atual é repleto de privações de liberdade. Mesmo em países desenvolvidos é comum haver pessoas com fome, subnutrição, falta de acesso à saúde, saneamento básico ou água tratada, o que as levam à morte prematura.

“Mesmo em países muito ricos, às vezes a longevidade de grupos substanciais não é mais elevada do que em muitas economias mais pobres do chamado Terceiro Mundo.” (id., p.29)

Uma vida longa com qualidade é aquilo a que todo ser humano aspira. Não só porque a vida é o estado do ser que tem valor em si mesma, mas também porque nela há requisitos para realização dos planos e projetos dos quais existem motivos para valorizar. (SEN e KLIKSBURG, 2010, p.99). Muitos acreditam que a mortalidade precoce continua a acontecer pelo mundo afora, frustrando a longevidade da vida, por estar atrelada à pobreza, como também pelo não acesso a uma renda econômica adequada. Contudo esse fator não é determinante, pois

os cidadãos do Gabão, África do Sul, Namíbia ou Brasil podem ser muito mais ricos em termos de PNB (Produto Nacional Bruto) *per capita* do que os de Sri Lanka, China ou do Estado do Kerala, na Índia, contudo o segundo grupo de nações possui pessoas com expectativas de vida substancialmente mais elevadas do que o primeiro. (SEN, 2010, p.19)

Outro caso clássico também apresentado por Sen trata da discriminação racial que, em meio ao Século XXI, ainda insiste em permanecer.

Nos Estados Unidos, os afro-americanos são relativamente pobres em comparação com os americanos brancos, porém são muito mais ricos do que os habitantes do Terceiro Mundo. No entanto, é importante reconhecer que os afro-americanos têm uma chance absolutamente menor de chegar à idade madura do que as pessoas que vivem em muitas sociedades do Terceiro Mundo, como a China, Sri Lanka ou partes da Índia (com diferentes sistemas de saúde, educação e relação comunitária). (SEN, 2010, p.19)

Para Sen, as desigualdades econômicas e os índices de mortalidade entre a classe branca e a negra nos Estados Unidos é algo surpreendente. A chance de sobrevivência dos afro-americanos, principalmente para os que residem em Harlem, quando comparada à dos brancos, é algo que chama atenção, dado o elevado percentual que supera o índice de mortalidade infantil em Bangladesh. Então, o que justifica esse grande índice de mortalidade de homens negros em um dos países considerados dos mais ricos do planeta? Para o autor,

“há falta de políticas públicas que se estendam muito além da mera criação de oportunidades de renda para a população negra. É necessário abordar questões tais como serviços de saúde, educação, risco da vida urbana e outros parâmetros sociais e econômicos que influenciam as chances de sobrevivência” (SEN e KLIKSBURG, 2010, p.115)

Esse contraste racial de longevidade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos é uma medida que demonstra que a liberdade de direitos, inclusive educacional, é fator marcante no desenvolvimento, contudo o dinheiro não é a solução determinante para a vida das pessoas, uma vez que

o desenvolvimento requer que se removam as principais privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância. (SEN, 2010, p.16)

Para contextualizar o que se acaba de expor, há um caso interessante na Índia, em que se parafraseia Amartya Sen a fim de respaldar a importância dos direitos e das liberdades. O grande estado do Kerala possui uma população com mais de 29 milhões de habitantes, ou seja, um número superior ao de todo o Canadá e de muitos países do mundo. O PNB e o PIB de Kerela são inferiores, se comparados com o de toda a Índia, contudo há uma questão social e econômica que chama a atenção no que diz respeito ao pequeno índice de mortalidade naquele lugar.

Para Sen o sucesso de Kerela se dá pela elevada taxa de alfabetização das mulheres adultas que estão em torno de 86%, e entre as jovens mulheres a taxa se aproxima de 100%. Resulta, pois, num elevado índice de mulheres ativas no mercado de trabalho remunerado, o que contribui para diminuir a mortalidade significativamente, haja vista a política educacional auxiliada pela proatividade das políticas públicas nesse Estado, mais do que em outros lugares na Índia. Logo,

a experiência de Kerela sugere que o “preconceito de gênero” contra as mulheres pode ser radicalmente mudado pela ação pública, envolvendo tanto o governo quanto o próprio público – especialmente através da educação feminina, de oportunidades para as mulheres obterem empregos de responsabilidade, de direitos legais sobre a propriedade para as mulheres e de políticas igualitárias esclarecidas. De forma correspondente, o problema das “mulheres faltantes” pode também ser amplamente solucionado por meio de programas sociais de radicalismo político. (SEN e KLIKSBURG, 2010, p.115)

É importante que haja a conciliação da ética com a economia, por meio de políticas públicas efetivas que incluam as pessoas independente de gênero, raça, credo e qualquer outra limitação que resulte na privação de direitos e no desenvolvimento das pessoas.

4.4 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA FRENTE AO PENSAMENTO SENIANO

Em se tratando da globalização da economia, há na literatura a seguinte afirmação:

na época contemporânea, tornam-se cada vez mais evidente as grandes rachaduras de instituições básicas – Nações-Estados, igrejas, lares, escolas, hospitais, instituições econômicas, financeiras, políticas e outras. Ao mesmo tempo, ao desemprego tecnológico soma-se o desemprego causado pela recessão econômica que atinge simultaneamente Estados Unidos, União Européia e o Japão. Daí, o perverso aumento dos excluídos, extracomunitários, “sem teto”, desempregados, inclusive nos países mais ricos do mundo. (PINHO, 2011, p.45)

Contudo, Amartya Sen questiona “será que a globalização é mesmo uma nova maldição do Ocidente? Na verdade, ela nem é nova nem necessariamente ocidental; e não é nenhuma maldição.” (SEN e KLIKSBURG, 2010, p.18).

Para o professor indiano, o progresso da tecnologia global não é um fenômeno exclusivamente dirigido pelo ocidente, pois já aconteceram situações globais sem essa parte do mundo ficasse sabendo. Para se ter ideia, tem-se o primeiro livro impresso no mundo, em 868 d.C. Foi um evento globalizado, que utilizou a tecnologia chinesa, ao publicar a obra *Vajracchedika Prajnaparamitasutra* (*Sutra diamante*), um tratado budista indiano originalmente escrito em sânscrito e traduzido para o chinês através de um turco, e que mais tarde chegou à China, Turquia e Índia. “É com certeza globalização, mas o Ocidente não estava nem mesmo à vista”. (id., p.21)

Nesse compasso, o autor alerta para o incorreto diagnóstico sobre a origem da globalização para o mundo ocidental. Assim, “entender a globalização meramente como imperialismo de ideias e crenças ocidentais seria um erro grave e custoso. (...) Ela é muito maior – mais grandiosa – do que isso.” (id., p.22).

O mesmo autor faz uma constatação surpreendente:

há evidência significativa de que a economia global tem levado prosperidade a muitas áreas diferentes do globo. Uma pobreza generalizada dominava o mundo alguns séculos atrás, havia apenas alguns raros bolsões de riqueza. Para superar essa penúria, interrelações econômicas extensivas e tecnologia

moderna foram e continuam sendo uma influência crucial. O que tem ocorrido na Europa, América, Japão e Extremo Oriente é uma mensagem importante para todas as regiões do planeta, e não podemos ir muito longe na compreensão da natureza da globalização hoje, sem antes reconhecer os frutos positivos dos contratos econômicos globais. (*id.*, p.23)

Há grande preocupação para o autor em tratar da desigualdade não só dentro de uma nação, mas do globo. Nessa desigualdade, estão as disparidades do poder e as oportunidades políticas, sociais, e econômicas. E para tal se faz necessário ter maior clareza nas questões distributivas, para que não continue o ciclo de que “os ricos estão ficando mais ricos e os pobres, mais pobres. (...) Ainda que os pobres se tornem apenas um pouco mais ricos, isso não significa necessariamente que estivessem recebendo uma parte justa dos benefícios potencialmente enormes”. (*id.* p.24) E nesse ponto há concordância de Sen com a professora brasileira Dra. Diva Benevides Pinho já citada anteriormente, mas, sobretudo com Milton Santos.

Na visão do economista indiano, é preciso fazer uma alteração nos arranjos sociais globais, a fim de se conseguir uma parcela melhor dos recursos econômicos e sociais para todos, o que é possível. Basta discutir franca e abertamente, sobre políticas globais que venham

ajudar a desenvolver instituições nacionais (por exemplo, na defesa da democracia e na manutenção de escolas e postos de saúde), mas também há a necessidade de reexaminar a adequação dos próprios arranjos institucionais globais. (...) Inclusive que se referem ao comércio justo, a iniciativas médicas, intercâmbios educacionais, locais para a disseminação tecnológica, restrições ecológicas e ambientais, e ao tratamento equitativo das dívidas acumuladas, que foram contraídas no passado por governantes militares irresponsáveis. (*id.* p.30)

Dada a não vinculação de Sen com nenhum partido político, ele faz uma colocação extremamente preocupante. Trata-se da necessidade da discussão e a promoção de ações globais sobre o comércio internacional de arma, que envolve potências econômicas mundiais, para além de só conter o terrorismo. Observe;

os países do G-8³⁷ venderam 87% do total de armas exportadas no mundo inteiro. Somente a parte dos Estados Unidos chegou a quase 50% do total de vendas no mundo. Além disso, chega a 68% o total das exportações americanas de armas que foram para países em desenvolvimento. Armas usadas com resultados sangrentos – efeitos devastadores sobre a economia, a política e a sociedade.

³⁷ Trata-se de um Grupo Internacional composto de oito nações democráticas consideradas as mais industrializadas e desenvolvidas do mundo atual. Onde seus fundadores são: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

De certo modo, essa é a continuação do nocivo papel desempenhado pelas potências mundiais na gênese e no florescimento do militarismo político na África, entre os anos de 1960 e 1980, quando o continente era disputado na Guerra Fria. (SEN e KLIKSBURG, 2010, p.31)

A pergunta que fica é: agiram essas nações eticamente em meio a essas negociações? A literatura denuncia que “o interesse por “empurrar” armamentos, garante às potências um papel contínuo na escalada dos conflitos militares hoje”. (id. p.31).

Ora, ainda que na primeira venda de armamentos se desconheça o propósito de seu uso, o que dizer a respeito das próximas comercializações? “A recusa dos Estados Unidos em participar de uma severa ação repressiva conjunta, até mesmo contra vendas ilícitas de armas de pequeno porte, ilustra as dificuldades envolvidas nestas questões” (id. p.31). E dessa forma revela que estamos em meio a um mercado onde a “competição de todos contra todos, busca a maximização de ganhos,” dissociando a economia da ética, em que até então tudo fora concebido.

A globalização para Amartya Sen é portanto um processo histórico, que no passado ofereceu uma série de benefícios, de oportunidades e atualmente pode continuar a fazê-lo. Contudo existem certos desequilíbrios que precisam ser colocados em debate, bem como a adoção de políticas públicas para um novo arranjo social em busca do equilíbrio sócioeconômico. Assim, cabe aos estudos territoriais essa nova incumbência: estudar, debater, e apresentar soluções práticas ao mundo contemporâneo.

4.5 DIÁLOGO DE AMARTYA SEN E ADAM SMITH SOBRE ÉTICA E ECONOMIA

Amartya Sen é um contemporâneo que está em voga e com isso há pouca literatura paralela sobre seus escritos, que são amplos. Existem pensadores que o defendem como o professor Hugo Gama Cerqueira sobre a aproximação da ética com a economia, e também o economista Thomas Kang ao concordar que a aproximação da economia do bem-estar com o utilitarismo desvirtuou a economia

em relação à ética. Contudo há quem lhe faça críticas, como é o caso do cientista político Pompilio Locks que anui o pensamento de Rawls.

A mesma situação é aplicada ao Sr. Smith. O pensador do século XVIII recebeu copiosas críticas ao longo da história, a ponto de ter suas idéias deturpadas para justificar a exploração do capitalismo a qualquer custo. Porém o ostracismo não lhe foi conferido ao longo do tempo, houve a dedicação de muitos estudiosos na reconstrução de seus pensamentos, tanto que em meio ao século XX foi lançado o *Glasgow edition onf the works and correspondence of Adam Smith* que ampliou seus ensinamentos e que hoje apresenta o autor como importante arauto da economia ética.

Por ora, a fim de caminhar para o desfecho deste momento do trabalho, são apresentados os conceitos existentes em Adam Smith e Amartya Sen, a fim de propor um diálogo entre o passado e o presente sobre o sistema econômico. No entanto salienta-se que não se trata dos resumos de suas obras, e sim de um fragmento de suas ideias como mecanismo didático para melhor evidenciação do recorte feito pela pesquisa.

No que diz respeito à economia, abstrai-se das obras do Sr. Smith que se trata de uma ciência que versa sobre a produção, a circulação e consumo dos bens de uma determinada nação, estabelecidos no interesse próprio, com o objetivo de promover o bem de uma coletividade, quando a ética é algo dela indissociável, o que se justifica dada a interferência perniciosa do Estado em meio ao sistema mercantilista do século XVIII. Logo, virtudes como justiça, liberdade e ética estão atreladas ao sistema econômico.

Para Amartya Sen, mediante seus estudos realizados desde os dias do Sr. Smith, e frente à demanda da contemporaneidade, apresenta ampla percepção da economia, pois entende que é uma ciência social que estuda a produção, o mercado, o lucro e a riqueza. Por tudo isso, com o objetivo de conter a “fome coletiva”; promover a liberdade, a defesa dos direitos políticos, a cultura, o exercício da justiça e a preservação do meio ambiente, onde o autor considera que a economia tem seus pilares fundados em valores éticos voltados para o ser humano.

O que se observa é que, apesar da distância histórica, ambos são uníssonos no que concerne ao assunto e advogam na economia, valores como, ética, liberdade e justiça. Virtudes que surgem de forma subjacente e que são postuladas em favor do contexto social de cada tempo.

A ética para o Sr. Smith é aquela norma moral, fundada na reflexão do espectador imparcial que, por meio da autoregulação no desenvolvimento do interesse pessoal e econômico, zela pelo trato com as demais pessoas. Para Amartya Sen, essa ação moral do homem deve ser analisada de forma indissociável da economia do bem-estar, diferente da economia convencional que trata do autointeresse e não do comprometimento com o outro. Contudo ambos postulam que a ética está intimamente ligada ao sistema econômico, sem o qual ele não existe em sua plenitude.

No que tange à concepção de justiça na visão do Sr. Smith, essa parte da igualdade de oportunidade para os desiguais, quando o espectador imparcial vivencia antecipadamente o sentimento do outro. Ultrapassada a história, muitos pensadores idealizaram instituições de justiça perfeitas, o que, para Sen, não cabe no presente tempo. A justiça seniana consiste em priorizar ações que coloquem as pessoas em primeiro lugar, respeitando a vida, a liberdade, a capacidade social e econômica, o tratamento igualitário e liberto, a fim de argumentar racionalmente por meio da democracia. Ou seja, defende a idéia de uma justiça premente, objetiva e eficaz, capaz de minorar de forma prática certas injustiças do mundo.

Em se tratando da liberdade, a visão smithiana consiste numa economia sem a interferência maléfica do Estado que prejudica os negócios em benefício de um pequeno grupo em detrimento do bem comum. Já em Sen, essa liberdade está intimamente ligada ao desenvolvimento, ou seja, é o caminho para a expansão das liberdades reais. É algo que vai para além do crescimento dos índices econômicos, da industrialização e das rendas. Consiste na acessibilidade da população à educação, à saúde, e em participação de discussões públicas relevantes para a promoção do bem comum, a fim de remover a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social, a negligência dos serviços públicos, e a intolerância de Estados repressivos.

Assim, pensava-se a economia de forma ética/moral, em meio ao século XVIII, quando o centro de todas as coisas era o bem comum da população, dado o contexto histórico de perversidade e pobreza em que estava mergulhada a população ocidental. Ultrapassados mais de 200 anos, a essência da visão continua a mesma, contudo é pensada por Amartya Sen de forma mais ampla, vez que os valores do Sr. Smith foram deturpados e as necessidades atuais são maiores, frente às injustiças imposta pela globalização da economia que Milton Santos denomina de “perversa”.

O que se acaba de expor é que tais conceitos estão intrinsecamente relacionados, e se retroalimentam na promoção do bem de todos, o que culmina numa sociedade economicamente ética, liberta e justa, sobre a qual todos podem opinar e participar, a fim de promover o debate contínuo que exclui as injustiças e inclui o bem-estar como sociedade. Afinal o centro de todas as coisas é o ser humano - e o humano com dignidade e com todas as suas necessidades básicas atendidas em meio à sociedade atual.

O poeta Jorge Luiz Borges, aduz que: não sei se ao fim de vinte ou trinta séculos de meditação avançamos muito na análise do problema do tempo, somos igualmente flutuantes. O problema do tempo é esse. É o problema do fugidio: o tempo passa. Em todo caso a memória permanece e somos feitos de boa parte da memória, e a memória em grande parte, é feita de esquecimento. Platão disse que o tempo é a imagem imóvel da eternidade. Contudo, o ser é mais do que o universo e o registro de nossas idéias conseguem parar o tempo. (BORGES, 1987, p.42)

É nessa esperança que a presente dissertação é escrita, no intento de resgatar pensamentos clássicos do bem-comum e registrá-los no tempo presente, para que a memória futura possa se lembrar de que economia, ética, justiça e liberdade, são determinantes para uma vida harmônica na terra. E aos estudos territoriais é dado ao mesmo tempo o encargo e o privilégio de resgatar essa grata memória e apresentar ao futuro o retorno para esse território, apesar da efemeridade do tempo e da concupiscência humana.

CAPÍTULO IV

5 ÉTICA E ECONOMIA NOS ESTUDOS TERRITORIAIS

Antes de adentrar no cerne da questão é bom apresentar a importância do diálogo na vida humana. Originado do grego *diálogos*, esse termo segundo o dicionário brasileiro Houaiss (2009, p.680) é a “fala em que há a interação entre dois ou mais indivíduos; colóquio, conversa.” Numa extensão, “é contato e discussão entre duas partes (p.ex., em busca de um acordo); troca de ideias”.

É o diálogo que permite a aproximação com o outro. Momento em que os vínculos se estabelecem por meio de perguntas e respostas, quando algo é revelado de forma espontânea. Contudo, é preciso um falar e outro estar em silêncio e assim, as trocas vão se construindo para que a reflexão aconteça.

Considerando a *Teoria do Agir Comunicativo*, de Jürgen Habermas essa parte do pressuposto de que não existe uma resposta simples e única para a ciência moderna, não há mais espaço para o absolutismo no mundo contemporâneo. Há sim uma negociação (relativismo não absoluto), que passa pelo mecanismo da comunicação por meio da razão, quando seus interlocutores são livres para argumentar diante de um problema num dado contexto.

Todos podem opinar nas questões políticas e práticas do cotidiano, pois os fatos não dependem de conhecimento tecnicista. Isso não quer dizer que não seja relevante o conhecimento estritamente disciplinar; ao contrário, ele é necessário.

Vive-se num contexto democrático quando o processo dialético entre locutor e interlocutor consiste num fortalecimento mútuo. Afinal, como controlar uma sociedade hipercomplexa no mundo contemporâneo?

A sociedade capitalista a princípio é desterritorializante, angustiante e provisória, pois muitas pessoas aspiram a um modelo utópico no mundo ambivalente. Há indícios na literatura de que a solução não está nas instituições “perfeitas”, até porque elas não existem. Nesse contexto, a solução encontra-se na comunicação racional onde todos devem estar desarmados de suas verdades,

tentando explicar os paradoxos da atualidade sob a perspectiva da argumentação racional. É a intenção desse capítulo.

5.1 A ECONOMIA E A ÉTICA EM RAFFESTIN

Raffestin, em sua obra *Por uma geografia do poder*, apresenta de forma abstrata a nova concepção do termo território dentro de uma visão materialista. Logo, ele não se preocupa em contextualizar suas ideias, a fim de não reduzir o seu tratado a um manual sobre determinado assunto. Esse tópico tem dois objetivos: o primeiro contextualizar suas ideias, seguindo o propósito dessa pesquisa, e o segundo, abstrair sobre ética.

Dito isso, a obra em questão apresenta uma nova abordagem do território. Esse lugar abstrato, visto sob a ótica materialista, pode ser enxergado também como um espaço econômico. Tal situação se sustenta na própria colocação de seu autor, Raffestin (1993, p.54), ao fazer “a incursão no domínio econômico” como forma de seu expediente metodológico.

Assim, segundo Eurípides Vieira e Marcelo Vieira (2003, p.19), esse território assume na contemporaneidade uma proeminência maior em relação ao cultural, político e direito individual e coletivo, mediante a nova ordem econômica mundial. Para Milton Santos, (2001) o responsável por isso é a globalização da economia, que passa a ser o processo pelo qual as empresas ampliam sua participação no mercado mundial, considerando as conexões com diversos países, via integração estratégica.

A nova compreensão sobre o termo território, combinada com essa realidade econômica virtual globalizada, geralmente dominada por grandes corporações multinacionais e pelo capital financeiro, quase sempre meramente especulativo, permite novos arranjos para as decisões no mundo dos negócios, uma vez que “a massa (variada) de produtos deve estar disponibilizada nos pontos internacionais de

alta rotatividade do consumo a custos baixos e em fluxos contínuos, alimentando uma retaguarda de renovação tecnológica e planejamento estratégico”. (VIEIRA EF; VIEIRA MMF, 2003, p.26).

Isso deu novos contornos à categoria “espaço-tempo” que subsiste na combinação de poder e saber, que é “relacional e organizada pela combinação de energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, p.54). Assim, os lugares com posições estratégicas, que possuam maior infraestrutura, maior eficiência em tempo e custo, e uma maior fluidez no desenvolvimento dos projetos de logística, são disputados para essa nova realidade econômica.

Com efeito, a fusão de vários países para agir em blocos mundiais, a submissão dos megamercados para tal realidade, o destaque de regiões e cidades estratégicas para a ação desse sistema econômico global, os acordos de livre comércio para agir, ainda que em pequena escala, asseguram a utilização dos benefícios dessa nova realidade em torno desse território econômico.

Observa-se ainda que na literatura há indícios de que o território econômico criou um sistema de rede próprio. Assim, houve a ressignificação de tecnologias da informação desenvolvidas por meio das redes de computadores, consolidadas ao longo do século XX. Mas, além disso, existem redes imateriais, como “redes espaciais de produção; as redes de montagens globais; as redes de distribuição globais; as redes financeiras globais; as redes de telecomunicações e a internet, e as redes globais do crime organizado” (VIEIRA EF; VIEIRA MMF, 2003, p.57), que obtêm suporte de outros atores - como a mídia e governos mundiais, e instituições econômicas mundiais.

Essa rede exerce o poder, que difere da tríade até então conhecida, ou seja, um poder não mais focado no “poder político, poder social e poder econômico”, mas um poder dual, pois a

globalização, ao globalizar a riqueza e localizar a pobreza, colocou uma dualidade de poder: o poder de exercer o poder e o poder de se submeter ao poder. Isso significa que o poder global se exerce sobre as pontas do sistema econômico e nelas se configuram os ambientes de submissão. Os investimentos externos e as crises cambiais, que marcam indelevelmente a presente atualidade, mostram essa realidade da forma mais transparente. (VIEIRA EF; VIEIRA MMF, 2003, p.108)

Assim, observa-se que “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Poder que visa a controlar e dominar pessoas e coisas, e que torna ainda mais complexo se identificar com os adventos econômicos globais, que tendem a elevar à grandeza máxima os resultados das atividades econômicas.

Dentro desse poder existe algum limite? Bem, no cotidiano as pessoas mantêm contato continuamente com limites e fronteiras por ser essa limitação uma forma como o cérebro humano entende todas as coisas, pois “toda relação depende de delimitação de um campo” (id, p.164). Dessa forma, o cérebro humano é capaz de estabelecer o território, e Raffestin ancorado em Henri Laborit³⁸ aduz que

“seria útil saber o que subsiste, no homem, desse automatismo na noção de propriedade (grifo nosso), de classe ou de pátria, pois seu funcionamento reflexo, portanto inconsciente, é ignorado ou, mais dramaticamente ainda, considerado como decorrente de princípios fundamentais, até mesmo de princípios éticos ligados à 'natureza humana', enquanto, antes de tudo, ele fez parte da 'natureza' réptil que carregamos sempre em nós”. (RAFFESTIN, 1993, p.164) (nosso grifo)

Observa-se que mesmo em meio ao magistério sobre o território, Raffestin reserva um momento, ainda que breve, para indagar sobre as questões da vida humana. Afinal, o que está por detrás de todas as construções econômicas, sociais e políticas é o homem. É ele quem produz, consegue sentir todos os movimentos de controle, dominação e dar sentido a essas situações. Ainda que continue a pensar fixamente nessa situação de controle e dominação, haverá um momento em que a crise irá se instalar, e esse momento é importante para reflexão e a retomada para o novo controle.

Resgatando a discussão de redes do mercado global para essa reflexão, pode-se destacar que a economia global desenvolveu situações paradoxais. Ao mesmo tempo em que as redes exigem vínculos extremos com seus atores e instituições, há uma abertura para competição na economia global. Segundo Vieira (2003, p.57), tanto há a boa competição que melhora os produtos para os fornecedores, quanto existe a competição perniciosa, que, na corrida por melhores lugares, colam produtos de péssima qualidade no mercado (VIEIRA EF; VIEIRA

³⁸ Henri Laborit (1914-1995), cirurgião e filósofo, que dedicou boa parte de sua vida estudando o comportamento animal e humano.

MMF, 2003, p.57). Logo, pergunta-se até que ponto esse comportamento é saudável? O lucro a qualquer custo é algo que merece estar presente nas relações sociais? Por que razão justificam-se as práticas não éticas no cenário econômico?

São essas indagações que permitem Raffestin, teórico materialista do território, dialogar com a ética econômica atual. Afinal, o mundo não é só o capitalismo economicista, existem virtudes como generosidade, confiança, espírito público e bem-estar social, que necessitam ser valorizadas para a continuidade do próprio sistema. Ora, se forem consumidos todos os recursos naturais da terra sem a preocupação de sua recomposição, o que seria do sistema capitalista e da vida humana na terra?

Nesses questionamentos é que se consegue fazer as reflexões sobre ética em Raffestin. O autor deseja saber o que se passa na mente humana no que diz respeito ao desejo de propriedade, às classes e à vontade de pertencimento, em meio aos princípios morais ligados diretamente a sua natureza terrena. Sentimentos que muitas vezes são esquecidos, dadas as reações automáticas às quais estão submetidos no dia-a-dia.

5.2 MILTON SANTOS E SUA CONCEPÇÃO DE ÉTICA E ECONOMIA

A economia global em questão, na concepção miltoniana, tem em seu cerne “uma fábrica de perversidades”. Com ela vieram o aumento do desemprego, dos postos de trabalhos existentes, os salários que tendem a baixar e concomitantemente a instalação da pobreza. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes; enfermidades até então erradicadas da humanidade retornam juntamente com outras novas. A mortalidade infantil permanece, “males morais e espirituais, como egoísmo, o cinismo e a corrupção” estão presentes no cotidiano da humanidade. (SANTOS, 2001, p.19).

Tais fatores surgem com as “verticalidades”, formadas por pontos distantes uns dos outros, porém ligados por processos sociais. Situação que pode ser compreendida como o conjunto de recursos colocado à disposição do capital, que pode ser fornecido a determinadas nações ou até mesmo a empresas, a fim de contribuir para o engrandecimento próprio, que resultará ainda mais no fortalecimento da “globalização perversa”. Ou seja,

na prática os governos se limitam a atender os interesses das empresas multinacionais, concedendo-lhes benefícios que as tornem competitivas no mercado internacional. Nos novos espaços econômicos da região do Cone Sul, por exemplo, mercado de 200 milhões de consumidores, as renúncias fiscais, a mão-de-obra de baixo custo, a desoneração em custo de infraestrutura e a desconcentração de sindical são fortes atrativos para os investimentos multinacionais de escala. (VIEIRA EF; VIEIRA MMF, 2003, p.25)

Essas verticalidades para Milton Santos (2005, p.260) são entrópicas, porque criam benefícios próprios, ademais exclusivistas e tendem a corroer a coesão horizontal. Vetores de modernização fazem com que a globalização, no que concerne à democracia do mercado econômico, destrua os empregos, o modo de vida e a transição gradual de valores. Com isso, traz consigo problemas como a pobreza, privações, fome, mortalidade e tantos outros males que a humanidade precisa enfrentar. Ao final revela-se uma face perversa do capitalismo fundado no interesse próprio.

Para Joseph Stiglitz (2007, p.63) as políticas de gestão da globalização, que estabelecem privilégios para os países industriais mais avançados, são regras que “promovem interesses próprios”. Não existe um conjunto de normas que promovam o bem-estar dos habitantes dos países mais pobres do mundo.

No cotidiano, a literatura aponta que o meio ambiente tem sido atacado violentamente. Danifica-se rotineiramente a camada de ozônio, poluindo-se o ar e os rios, destruindo as florestas, esvaindo-se os recursos minerais, e levando à extinção animais e vegetação, o que coloca em risco a sobrevivência da humanidade no planeta terra. Apesar da luta de grupos ambientais, que resultou na criação de alguns tratados internacionais, destacando-se o Protocolo de Montreal, em que a ação conjunta dos países reduziu em boa parte a poluição planetária, ainda há muito que se fazer.

Em relação à saúde, essa “de uma forma ou de outra tem sido uma presença importante na vida de um número grande de pessoas.” (SEN e KLINKSBERG, 2010, p.31). O problema da saúde é algo que, de acordo com a literatura especializada, precisa ser colocado em discussão, para além do acesso aos seus serviços. É uma questão de justiça e equidade social.

Estudos demonstram que o índice de mortalidade de cidadãos adultos afro-americanos, nos Estados Unidos da América, tem superado o percentual de mortalidade infantil em Bangladesh, dada a violência, a falta de educação, e a dificuldade de acesso à saúde e demais serviços públicos.

A falta de ética no ambiente econômico tem sido a questão central dos negócios em que, com base no autointeresse, as políticas econômicas exploram o lucro a qualquer custo. As grandes nações conhecidas como G8 vendem 87% do total das armas fabricadas em seus mercados internos. Somente os Estados Unidos chegaram a vender para todo o mundo 50% de sua produção, e desse percentual 68% foram destinados a países em desenvolvimento, para serem usadas com fins “sangrentos - e efeitos devastadores sobre a economia, a política e a sociedade”. (SEN e KLINKSBERG, 2010, p.31)

Se não bastasse, em 2009, estima-se que o PIB dos Estados Unidos da América caiu cerca de 2,8%, e a taxa de desemprego disparou em julho daquele ano, ocorrendo 14 milhões de desempregados no norte da América; se contados os empregados em tempo parcial, esse número superaria a casa dos 30 milhões de pessoas. Tudo pela queda da bolsa de valores de Wall Street. “A crise que começou como financeira, transformou-se em macroeconômica e agora é humanitária” (id). O problema foi tão grave que, segundo o Banco Mundial, a população que passava fome, em decorrência desse problema passou para 1 bilhão de pessoas. Os pobres cresceram aos milhões. Estima-se que 400 mil crianças a mais do que o normal tenham morrido por causa da crise da maior potência econômica mundial. (id. p.355)

A insegurança urbana na América Latina atingiu números preocupantes, superados apenas pela África. Para a Organização Pan-Americana da Saúde, a criminalidade está na fase epidêmica, o “que não pode ser encarado pelas vias normais, as quais já demonstram sua insuficiência”. (SEN e KLINKSBERG, 2010,

p.259). Os países com criminalidade, onde os índices estão acima do epidêmico como El Salvador, Venezuela e Brasil, superam o percentual de oito homicídios por cada 100 mil habitantes. E, pouco abaixo, vêm a Costa Rica, Cuba, Peru, Argentina, Chile, Uruguai e algumas das ilhas da região.

Já no oriente, a Índia com sua impressionante demografia, considerada a mais favorável do mundo por Jim O'Neill (2012, p.80), com um sistema jurídico confiável e empresas que se expandem globalmente, é, entre os BRICS³⁹, quem tem o mais baixo índice de ambiente de crescimento, e não consegue garantir sequer a educação básica à população. Sua pobreza extrema, com a renda média de U\$2,70 dólares por dia, algo em torno de R\$178,00 (cento e setenta oito reais) por mês, tem preservado um estado de desespero a muitas famílias. Sua população em 2011 já era de 1,2 bilhões e pode chegar a 1,7 bilhões até 2050.

Quanto ao Brasil, Jim O'Neill (2012, p.57-66), abordando sobre o BRICS, ressalta que a nação saiu de uma crise hiperinflacionária permanente no século XX, que deixava perdido o país em meio à América Latina. Isso fez com que alterasse sua forma política de democracia para a ditadura militar. Era o país que tinha a maior ponte e a maior hidrelétrica do mundo, contudo chegou ao fundo do poço, em 1997, quando 8.092 pessoas foram assassinadas em São Paulo. Se não bastasse, a corrupção e a ineficiência do Estado que são endêmicas, resultaram para a população muita privação de necessidades básicas. Cenário econômico que se modificou com o advento do governo de 1994, e que se consolidou em 2008, quando em meio à crise financeira global, era garantido que ele estaria no olho do furacão, o que não aconteceu; ao contrário mostrou sua vivacidade. Entretanto, existem desafios sociais que precisam ser tratados para melhorar a qualidade de vida da população.

Milton Santos, porém, também trata das uniões horizontais, que diferentes das verticalidades, valorizam as ações não da economia global, mas do fomento da economia local. São ações humanas éticas que permitem libertar o homem da “globalização perversa” e restaurar no homem a sua dignidade. Mas por que tratar de ética na economia em meio à contemporaneidade?

³⁹ BRICS – A formação de um grupo de países que juntos mantêm acordos de colaboração mútua, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e (*South Africa*) África do Sul.

A tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, isto é, da crise. (SANTOS, 2001, p.35)

Se não bastasse, o autor ainda aduz: “aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamentos da crise real – econômica, social, política, moral – que caracteriza o nosso tempo” (id, p.36). Assim, a economia, ciência social que estuda a produção, o mercado, o lucro e a riqueza tem seus pilares fundados nos valores éticos que são indissociáveis dessa ciência. Essa economia deveria estar voltada para o ser humano, a fim de conter a fome coletiva, promover a liberdade, a defesa de direitos políticos, a cultura, o exercício da justiça e também a preservação ambiental. Fator que coaduna com as colocações de Milton Santos (2001, p.20), quando aduz que “podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana”. Mas como fazer isso?

Um exemplo disso é a maneira como produtores rurais se reúnem para defender os seus interesses, o que lhe permitiu passar de um consumo puramente econômico, necessário às respectivas produções, a um consumo político localmente definido e que também distingue as regiões brasileiras umas das outras. (SANTOS, 2005, p.260)

Logo, a valorização das bases territoriais locais e regionais, seja no sentido social, cultural, antropológico e principalmente econômico, consubstanciaria o retorno para o território justo, e uma globalização mais humana, quando apropriar-se-ia das próprias redes técnicas da “globalização perversa” para construção de novas horizontalidades, a fim de libertar o homem da “maldição da globalização perversa que estamos vivendo e nos aproxime de construir uma outra globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade” (SANTOS, 2005, p.260).

À luz dessas considerações é que se verificam as concepções éticas da economia em Milton Santos. Deve-se, porém, ressaltar que a “abordagem ética da ação humana não tem a pretensão de substituir (ou destruir) o *status quo* em teoria econômica.” (GIANETTI, 2010, p.63). Busca-se trazer uma reflexão importante da realidade social que tem se esvaído em meio ao sistema econômico atual.

5.3 O DIÁLOGO DE ADAM SMITH E AMARTYA SEN NOS ESTUDOS TERRITORIAIS

O território econômico, que adquiriu uma importância por meio da globalização da economia, tem demonstrado sua territorialização nos espaços mundialmente produtivos, desterritorializando a economia nacional/local. Seus atores hegemônicos apropriam-se da rede informacional, inclusive das tecnologias e conhecimentos cibernéticos, a fim de elevar em muito o capitalismo economicista, que se organiza em redes por todo o mundo. Organismos internacionais controlam o setor financeiro, e o comércio internacional passa a ser uma nova realidade, a que as pessoas se submetem. E isso vai revelando o lado perverso de injustiça e desigualdades, o que faz questionar se o capitalismo fora de fato pensado dessa forma em seus primórdios.

Para tanto, a fim de solver essa indagação, é importante reportar aos pensamentos de Adam Smith em pleno século XVIII, quando escreveu primeiramente a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e logo após a *Riqueza das Nações* (RN), importante marco histórico para a humanidade. O poder de condensar valores, que até então estavam soltos e eram discutidos isoladamente, foi algo relevante para a concepção da economia para a vida social.

Ao lançar a TSM, em 1752, o autor tratou de conceber o que se pode denominar de “*processo simpatético*” - baseado na solidariedade ou no senso de conveniência, que parte do movimento de se colocar em seu imaginário no lugar do outro, seja em relação a sua dor, a sua alegria e até a outros sentimentos. Nesse exercício o agente se torna autoconsciente das ações, pois exerce a moralidade e o autocontrole, certo de que ao mesmo tempo em que observa certamente também está sendo observado, revelando-se como o espectador imparcial.

Essa autorregulação dos sentimentos humanos é capaz de manter a sociedade em harmonia, antes mesmo da necessidade da intervenção do Estado. Pois o amor, a gratidão, a amizade, a caridade, dentre outras virtudes, fazem parte

do cotidiano e estão presentes na vida de cada ser humano, o que não vai contra a essência da autopreservação⁴⁰.

A autopreservação ou o autointeresse também estão ligados à área econômica, sendo fonte de necessidade do homem. Contudo, por meio do processo simpático feito pelo espectador imparcial, não poderia esse ser o fim de todos os negócios, isso deveria ser equilibrado, para que se revelasse a justiça. Em suma, virtude fundada na desigualdade, regra que asseguraria a oportunidade para todos, face ao “*processo simpático*” vivenciado por cada pessoa, ao avaliar a dor do outro antes de executar sua ação.

Nessa linha, a RN, tratado econômico que sugere um segmento autônomo do saber econômico, necessita ser lido e interpretado em conjunto com a TSM, é um escrito pensado para os pobres e revela como uma nação poderia alçar riquezas. Mostrou ser relevante em sua época, ao contestar vigorosamente o sistema mercantilista e a liberdade natural, considerando a não intervenção perniciosa do Estado nos assuntos econômicos, como acontecia naquela ocasião.

Essa liberdade natural, abordada pela obra como a “mão invisível” é uma metáfora que deve ser interpretada segundo o contexto de sua época, o que pode ser percebido, como sendo “o funcionamento elegante do mercado, como mecanismo de coordenação das decisões individuais” (CERQUEIRA, 2004, p.424). Todavia sem esse contexto histórico há aqueles que manipulam a regra e entendem que Smith tenha liberado o mercado e rompido com seus valores éticos. Isso não se sustenta, quando se interpreta a sétima parte da TSM, pois a melhor riqueza deve ser para todos e não para um. Ademais, a economia não é o centro da felicidade humana.

Diante disso, a liberdade smithiana consiste num mercado econômico livre e com a mínima intervenção do Estado, resultando em benefícios coletivos. Dessa forma, o homem livre das interferências maléficas do Estado em seu empreendimento, poderia investir seu capital em empresas, o que aumentaria o trabalho e sua qualificação, a mão-de-obra, e concomitantemente promoveria o aumento da renda, que consiste no funcionamento usual do mercado.

⁴⁰ Esse autointeresse deve ser dosado para não se tornar um perigoso sentimento.

É importante registrar que a literatura aponta que, em meio ao século XIX, Cliffe Leslie e Santley Jevons fazem análises isoladas da RN e rompem com os ensinamentos de Smith. O estudo resultou na apresentação de um economista contraditório, apresentando uma teoria moral e que, segundo Diva Pinho (2011, p.45), cria o “capitalismo selvagem, que amplia a competição desenfreada de todos contra todos em busca da maximização e ganhos”. Análise individual de assuntos como o livre comércio, o “*laissez-faire*” e o interesse individual respaldam, pois, o comportamento econômico perverso, que destrói o bem-estar da coletividade em detrimento de um só grupo.

Já na atualidade, passados mais de 200 anos do advento das obras de Adam Smith, e da marginalização de seus escritos, tem-se um mercado econômico primado pelo distanciamento crescente entre economia e ética (SEN, 1999, p.23). Observe a inteligência de Amartya Sen em versar sobre o distanciamento e não sobre uma dissociação. Tudo para preservar a essência da economia que fora criada a partir de um ordenamento moral.

Essa constatação é feita por uma das autoridades desses dias, o economista indiano Amartya Sen, laureado com o Premio Nobel em Economia em 1998, por contribuir com a economia do bem-estar social.

Na concepção do autor, as novas abordagens da economia (positiva, engenharia, utilitarista) apesar de serem produtivas não foram proveitosas, contudo elas se tornariam mais eficientes se fossem conduzidas dentro do padrão ético. Ademais, muitos economistas para justificar o autointeresse, separaram a economia do bem-estar das demais categorias e fizeram várias interferências nas demais áreas. E assim, essa classe foi empobrecendo e ponto de não mais atender aos propósitos pelos quais ela fora criada, além de enfraquecer todo o sistema econômico de uma forma geral.

Mas, por que tratar de ética na economia em meio ao século XXI?

A metodologia da assim chamada “economia positiva” teve como efeito não apenas o abono da análise normativa na ciência econômica, mas fez também com que se passasse a ignorar uma gama de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano observável e que, do ponto de vista dos economistas que investigam tal comportamento, são antes de mais nada questões de fato em vez de juízos normativos [...] Que tipo de

sistemas de valor fizeram o capitalismo obter sucesso? Que papel desempenharam algumas virtudes simples como honestidade, veracidade, honrar promessas e cumprir contratos? São questões antigas. Nós precisamos de uma abertura para tais questões para entender melhor alguns problemas econômicos atuais. (SEN, 1987 *apud* GIANNETTI, 2007, p.62)

Do texto citado, percebe-se uma preocupação intensa do autor em reaproximar a economia da ética para entender alguns problemas no presente tempo, os quais maculam situações rotineiras como honrar compromissos, fazer cumprir as obrigações e demais atividades simples no cotidiano das pessoas.

Com efeito, a economia na concepção do economista premiado, é entendida como uma ciência social que estuda a produção, o mercado, o lucro e a riqueza. Seus pilares estão fundados nos valores éticos que são indissociáveis dessa ciência, e voltados para o ser humano. Seu objetivo é conter a fome coletiva, promover a liberdade, a defesa de direitos políticos, a cultura, o exercício da justiça e também a preservação ambiental.

Observe-se que a ética, como a moral, é capaz de melhorar a economia do bem-estar, que está ligada à justiça e à liberdade. Logo, no que diz respeito à justiça, essa consiste em não idealizar instituições plenamente perfeitas, e sim priorizar as pessoas em primeiro lugar, respeitando a vida, a liberdade, a capacidade social e a própria economia, bem como o tratamento igualitário e liberto. Isso, no intuito de que todos possam argumentar racionalmente por meio de um debate racional, visando a uma justiça premente, objetiva, eficaz e capaz de combater de forma prática várias injustiças contra o homem.

Em se tratando da liberdade, essa correlaciona-se com o desenvolvimento. Diferentemente da que fora pensada por Smith, ela vai para além da não intervenção do Estado e do crescimento econômico, com índices que medem o desenvolvido, criados no decorrer da ciência econômica. Consiste na acessibilidade da população à educação, à saúde, na participação de discussões públicas relevantes para a promoção do bem comum, a fim de minorar a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social, a negligência dos serviços públicos, a intolerância de Estados repressivos.

Amartya Sen, em meio ao presente tempo ciente da transformação nociva da economia ética pensada por Smith, amplia os conceitos construídos no século XVIII e vai muito além. Pois no decorrer da história o homem não só tem fome e sede de pão e água, mas acima de tudo, de liberdade, justiça, e várias outras necessidades básicas que lhe foram tiradas pela economia clássica/utilitarista.

De toda forma, Amartya Sen não se preocupa em apresentar novas fórmulas, mas se ocupa em descrever situações que podem ser úteis para o desenvolvimento econômico ético e produtivo. A reaproximação da ética com a economia trará benefícios a todos e não só a uma classe de pessoas como vem acontecendo na atualidade.

Mas qual a necessidade de se resgatar a ética e economia em Adam Smith e Amartya Sen para propor um diálogo com os estudos territoriais? Ora, para subsidiar teoricamente os estudiosos na gestão integrada do território, “pois grandes transformações na concepção do espaço, estratégias globais e articulações dos grandes blocos econômicos definem uma nova geoestratégica espacial, um novo poder global” (Vieira, 2003, p.13) surgem novos desafios para os gestores desse espaço que alçou uma proeminência em relação às demais áreas, bem como nas reformulações a partir dos anos oitenta do século passado.

O território na visão ruffiniana é primado pelas relações de poder. E quanto maior o poder das nações, das empresas multinacionais e maior for sua área de atuação e sua atuação em bloco, maior também é a responsabilidade do gestor do território. É preciso estar atento às novas percepções, comportamentos e visões estratégicas que visam a buscar a ética, a justiça, a liberdade do homem na privação da fome; e acesso à saúde, à educação, à política, ao trabalho. O mundo econômico não é, pois, só o capital economicista, mas é feito também das pessoas que necessariamente precisam estar em primeiro lugar, pois a ética e bem comum são o vínculo desses fatores.

Assim ao gestor do território é concedida a capacidade de fazer novas leituras dos problemas sociais existentes na contemporaneidade, nesse cenário global-local, cuja característica fundamental é a velocidade da inovação, que condiciona os hábitos por meio de estratégias milimetricamente pensadas. Esse

gestor deve estar atento a tais estratégias, certo de que possui consigo a interdisciplinaridade e que, em meio ao propósito do capital, pode também atender os reclames do bem comum, por meio da educação, da informação e do retorno do território econômico para o território ético, justo, liberto de práticas abusivas que oprimem não só os corpos, mas a alma da população.

Mas por que isso deve ser observado?

Temos [a humanidade] brinquedos sofisticados, reluzentes e perigosos nas mãos, mas carecemos ainda de maturidade ética – da capacidade adequada de escolha e julgamentos moral – para tirar deles o melhor proveito ou, até mesmo, para impedir que terminem nos destruindo (GIANNETTI, 2007, p.60)

De toda sorte, esse trabalho surge em meio aos reclames de Milton Santos que postula sua terceira visão, ou seja uma outra globalização - os detentores do capital exerceriam o seu poder, todavia, por meio do “*processo simpático*”⁴¹, não existiria mais a opressão dos demais atores, o que resultaria numa sociedade solidária. A globalização econômica por meio de suas tecnologias de comunicação planetária traz consigo, portanto, não só o poder de opressão como aduz Milton Santos, mas também o de libertação. Afinal, é capaz de melhorar substancialmente a capacidade produtiva do ser humano, como é o caso da educação, assistência à saúde, postos de trabalhos, acesso ao judiciário, atualização profissional e tantos outros benefícios proporcionados por meio das redes de comunicação tecnológicas planetárias, que estão à disposição da população mundial.

De toda sorte, muito poderia ser dito nesta pesquisa sobre como minorar as dores das pessoas no mundo atual. Contudo, o simples fato de informar ao gestor do território que economia e ética são fatores indissociáveis, e que a ética exerce uma importante tarefa no funcionamento normal da sociedade, o que por si só já ajudaria na promoção de uma vida mais justa e no bem-estar das pessoas, já seria o suficiente. É nesse movimento de desconstrução e construção do pensamento que o gestor do território com outra mentalidade será capaz de fazer novas leituras conceituais, em que valores antigos são destruídos para que surjam novos valores em velho mundo.

⁴¹ A simpatia ou processo simpático foi criado por Adam Smith. Trata-se do movimento feito pelo espectador imparcial existente em cada ser humano, que se coloca no lugar do outro e sente sua alegria dor e demais emoções. Esse expectador imparcial consegue se autorregular pois sabe que, ao mesmo tempo que observa, também é observado.

Por ora, o importante é deixar registrado que a questão é complexa, os pensamentos smithiano e seniano são muito mais amplos do que aqui se apresentam. Contudo, o recorte feito para atender ao propósito desse trabalho, é o que se pôde até aqui abordar. Dessa forma, não possui essa pesquisa o intento de esgotar o assunto, o que se busca é apenas trazer a lume a realidade ética que foi esquecida na trajetória da história pela economia convencional, e desse modo apresentar outro olhar sobre a questão.

6 CONCLUSÃO

Esse trabalho ocupou-se em buscar resposta para, qual seria a conexão entre o pensamento de Adam Smith e Amartya Sen em relação à ética e economia, e sua ligação com os estudos territoriais.

Antes, foi importante deixar alguns pontos sublinhados. O conceito do território alçou-se, na década de oitenta do século passado, a outro sentido que não mais se limita ao estudo de terras contíguas. Na visão de teóricos, como Raffestin, essa concepção foi renovada e pode ser inclusive aplicada ao campo econômico. Assim possui maior destaque quando comparada com as categorias culturais, políticas e direitos (individuais e coletivos), dada a nova ordem da economia mundial.

De toda sorte o território econômico, que adquiriu importância por meio da globalização da economia, tem demonstrado sua territorialização nos espaços mundialmente produtivos e se desterritorializado na economia nacional/local. Seus atores hegemônicos apropriam-se da rede informacional, inclusive das tecnologias e conhecimentos cibernéticos, a fim de elevar em muito o capitalismo economicista, que se organiza em redes por todo o mundo. Organismos internacionais controlam o setor financeiro e o comércio internacional passa a ser uma nova realidade, quando as pessoas se submetem a ele por meio do exercício do poder.

Nesse sentido, Milton Santos, outro teórico do assunto, observa que os conceitos de tempo, espaço e território numa visão econômica, revelam a face perversa da globalização que, no interesse do lucro a qualquer custo, se consubstancia no aumento do desemprego, na destruição dos postos de trabalhos, na redução dos salários, na instalação de problemas de fundo moral na vida das pessoas, na permanência da mortalidade infantil e no surgimento de novas enfermidades conjuntamente com o reaparecimento das que já tinham sido erradicadas.

Dentre os problemas de ordem moral a que refere o autor, tem-se a corrupção, que como mostra Jim O'Neill (2012), está presente no Brasil e em várias

outros nações. Ademais, países que agem em Blocos, como caso do G-8, vendem 87% de todas as armas fabricadas internamente para nações em desenvolvimento, com fins de fomentar a guerra e a luta armada de certas políticas, como revelam os estudos de Amartya Sen e Klinksberg (2010).

Os mesmos estudos apontam que a insegurança urbana na América Latina atingiu números preocupantes, abaixo apenas de países como a África. Em algumas nações a pobreza e a baixa educação é tão extrema que, em lugares como a Índia, as pessoas sobrevivem com uma renda R\$178,00 (cento e setenta oito reais) mês.

Se não bastasse, a literatura aponta que a mortalidade de adultos negros nos Estados Unidos da América tem superado o índice de mortalidade infantil em Bangladesh. Esses fatores resultam na violência, na falta de educação e de acesso à saúde, bem como a demais serviços públicos.

No que diz respeito ao meio ambiente, esse é destruído rotineiramente. A exploração dos recursos naturais, a poluição de rios e ar, a extinção de animais e vegetação colocam em risco a sobrevivência da humanidade no planeta terra.

São essas e outras situações que demonstram a relevância do território econômico, que o fazem ser proeminente em relação às demais categorias.

Diante dessas situações indaga-se, se de fato, foi esse sistema capitalista que Adam Smith arquitetou no século XVIII. E, se realmente existe alguma relação de economia com a ética. Resposta que reside nas obras *a Teoria dos Sentimentos Morais* e *a Riqueza das Nações*, que muitos leram isoladamente, mas que devem ser estudadas em conjunto, pois ambas se completam e revelam que os conceitos de ética e economia estão intimamente ligados e não coadunam com o atual sistema econômico.

Para entender isso é necessário ter em mente a filosofia smithina concernente ao “*processo simpatético*” ou “*processo simpático*”, ou seja, o movimento de colocar-se no lugar do outro para sentir antecipadamente suas emoções. Esse, por sua vez, consiste na contemplação feita pelo espectador imparcial, que sabendo de antemão a dor que provocaria no outro quando de suas ações errantes, se policia para não lhe causar dano, o que mostra também o sentido

da autorregulação dos interesses, situação que gera uma maior harmonia na sociedade. Essa autorregulação não vai contra o sistema de produção, circulação e consumo de bens, ou seja, a economia; ao contrário impulsiona o agente a investir em negócios próprios, o que resultará em benefícios para a coletividade. Assim, tais negócios não deveriam receber a intervenção do Estado (dado o contexto histórico da época), objetivando não prejudicar essa relação. Ao contrário, é preciso seguir de forma livre a fim de que a virtude da justiça torne-se conhecida por meio da liberdade de oportunidades. Em meio a tudo isso, a ética seria o liame de todas essas coisas.

Diante de tudo isso, não poderia a ética ser esquecida, ou seja, o juízo moral. Essa perpassa por todas as relações até aqui mencionadas, quando o espectador imparcial é capaz de se autorregular. A ética smithiana é a essência de toda a estrutura econômica, sem a qual não existe o sistema; não se trata de um mero adorno ou uma fantasia, é um órgão vital para a sobrevivência do processo.

Assim, desde o advento de tais obras, organizou-se o sistema econômico ético. Com seus valores, conceitos e estruturas, Smith buscou constituir a riqueza, a liberdade natural da economia, a valorização do trabalho, a estrutura da justiça e tantos outros arranjos que foram importantes para a economia de então. Até hoje, a vigência de seu pensamento e de seus escritos ainda continua vívida, tanto que Hunt (1982, p.60) afirma que ele se distingue de todos os economistas que o antecederam, não só por sua formação acadêmica, e vastidão de seus conhecimentos, mas porque influenciou o pensamento econômico moderno.

Ante essa situação, a economia e ética estão intrinsecamente relacionadas, o que faz nascer de forma subjacente valores como justiça e liberdade, os quais tiveram seus sentidos ampliados no presente tempo, segundo a visão do economista e ganhador do Prêmio Nobel em economia Amartya Sen.

Para o laureado economista da atualidade, a economia é algo um pouco mais amplo. Sen entende que se trata de uma ciência social que estuda a produção, o lucro e a riqueza, que devem ser pautados por valores éticos e voltada para o ser humano. Logo, ela tem seus fundamentos na contenção da fome coletiva, na

produção de alimentos, na liberdade, na defesa de direitos políticos, na promoção da cultura, no exercício da justiça, e também na proteção do meio ambiente.

De toda sorte, a conexão entre o pensamento de Adam Smith e Amartya Sen, em relação à ética e economia consiste em um discurso em que esses dois elementos se retroalimentam na promoção do bem de todos, culminando numa sociedade economicamente ética, liberta e justa, que atenda o homem em suas necessidades básicas e que o coloque com sua dignidade no centro do debate contínuo, visando à promoção do bem comum.

Esses conceitos e valores, uma vez resgatados, possuem ligação direta com os estudos territoriais, haja vista subsidiarem teoricamente os estudiosos na gestão integrada do território, face às transformações ocorridas com o advento da globalização da economia, que transformou as categorias de espaço-tempo e fez com que conglomerados empresariais e nações atuassem em conjunto para a obtenção de um elevado lucro, em meio ao mercado mundial.

Em decorrência disso, surgiram novos e complexos desafios para os gestores desse lugar econômico, os quais carecem de um referencial teórico para balizar as ações do presente tempo em meio às relações de poder existentes no território econômico.

Pois quanto maior o poder exercido por esses conglomerados, e maior for sua área de atuação em meio ao mercado mundial, maior também será a responsabilidade do gestor do território, o que deve estar subsidiado por informações econômicas e ciente de que a ética, justiça e a liberdade são indissociáveis e primordiais ao combate à privação de fome, à falta de acesso a saúde, à educação, à política e ao trabalho. O gestor deverá estar certo de que o mundo econômico não é só o capital economicista, mas é feito também das pessoas que necessariamente precisam estar em primeiro lugar, pois a ética e o bem comum são o vínculo desses fatores.

Dessa feita, o gestor do território, munido de todo um arcabouço teórico, torna-se capaz de fazer novas leituras dos problemas sociais existentes na contemporaneidade no cenário global-local, cuja característica fundamental é a

velocidade da inovação, que condiciona os hábitos por meio de estratégias pensadas pelas grandes corporações.

Isso posto, a gestão integrada do território traz consigo a essência da interdisciplinaridade e, em meio ao propósito do capital, pode também atender os reclames do bem comum, fazendo-o por meio da educação, da informação e do retorno do território econômico para o território ético, justo e liberto de práticas abusivas que oprimem não só o corpo, mas a alma da população.

Na contemporaneidade, à humanidade tornou-se acessível uma gama de elementos proporcionados pela era tecnicista, os quais são capazes de até mesmo destruir a vida terrena. Contudo os usuários carecem de habilidade moral no trato desses instrumentos e até mesmo de maturidade para extrair melhor proveito dos mesmos, como já apregoava Gianneti.

De toda sorte, esse trabalho surge em meio aos reclames de Milton Santos que postula sua terceira visão, ou seja, uma outra globalização – em que os detentores do capital exerceriam o seu poder, todavia, por meio do “*processo simpático*”⁴², não existiria mais a opressão dos demais atores, o que resultaria numa sociedade solidária. A globalização econômica, por meio de suas tecnologias de comunicação planetária, traz consigo, portanto, não só o poder de opressão como aduz Milton Santos, mas também o de libertação. Afinal, é capaz de melhorar substancialmente a capacidade produtiva do ser humano, como é o caso da educação, da assistência à saúde, dos postos de trabalhos, do acesso ao judiciário, da atualização profissional e de tantos outros benefícios proporcionados por meio das redes de comunicação tecnológicas planetárias, que estão à disposição da população mundial.

Com efeito, muito poderia ser dito nesta pesquisa para minorar as dores das pessoas no mundo atual. Contudo, o simples fato de instrumentalizar o gestor do território de que ética e economia são fatores indissociáveis já é o suficiente para o presente trabalho. Pois a ética exerce uma importante tarefa no funcionamento

⁴² A simpatia ou processo simpático foi criado por Adam Smith. Trata-se do movimento feito pelo espectador imparcial existente em cada ser humano, que se coloca no lugar do outro e sente sua alegria dor e demais emoções. Esse expectador imparcial consegue se autorregular pois sabe que, ao mesmo tempo que observa, também é observado.

normal da sociedade, o que já ajudaria na promoção de uma vida mais justa e no bem-estar das pessoas. É neste movimento de desconstrução e construção que o pensamento do gestor do território é capaz de fazer novas leituras conceituais, quando velhos valores são destruídos para que surjam novos valores em velho mundo.

Ante ao exposto, reitera-se a complexidade da questão, visto que os pensamentos de Adam Smtih e Amartya Sen são mais abundantes do que apresentado nesta pesquisa. O enfoque dado visou a atender o objetivo da mesma, que não é exaustiva. O que se aspira é apenas trazer a lume a realidade ética que foi esquecida na trajetória da história pela economia convencional, e demonstrar que sua conciliação pode trazer benefícios para o presente tempo, além de apresentar outro olhar sobre o território econômico.

REFERÊNCIAS

Adam Smith e o seu tempo: Conferência no bicentenário de “A Riqueza das Nações”. Núcleo Editorial da UERJ (1978). Rio de Janeiro. Brasil.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahat, 2010.

BRAGA, Pereira Henrique. **A riqueza na riqueza das nações**, disponível em http://www.secep.com.br/arquivos/A_riqueza_na_Riqueza_das_Nacoes.pdf, cessado em 20/12/2013.

BROWN, Vivienne. ‘Mere inventions of the imagination’: a survey of recent literature on Adam Smith. 1997. **Economics and philosophy**, v13(2): 281-312

BROWN, Vivienne. ‘Mere inventions of the imagination’: a survey of recent literature on Adam Smith. 1997. **Economics and philosophy**, v13(2): 281-312

BULHÕES, Octavio Gouvêa de. O significado de A riqueza das nações para o desenvolvimento da ciência econômica. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v.31(1), p.5-11, 1977.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. A natureza do espaço para Milton Santos. **Revista Geografica**. n.6, p.155-165, 2008.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araujo da Gama. A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v.36, n.4, p.667-697, 2006.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araujo da Gama. Adam Smith e o seu contexto: o iluminismo escocês. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas-SP, v. 15, n.1(26), p.1-28, jan/jun., 2006.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araujo da Gama. Para Ler Adam Smith: Novas abordagens. **Revista Síntese de Filosofia**. Belo Horizonte, v. 32, n.103, p.181-202, 2005.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araujo da Gama. Sobre a filosofia moral de Adam Smith. **Revista Síntese de Filosofia**. Belo Horizonte, v.35, n.111, p.57-86, 2008.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo Araujo da Gama. Trabalho e troca: Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol 24, n.3, (95), jul-set, p.422-441, 2004.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3ed., Florianópolis, EDUSC: 2007.

Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: O território como categoria de diálogo interdisciplinar. Maria Teresa Franco Ribeiro e Carlos Roberto Sanchez Milani. Organizadores. EDUFBA, 2009, disponível digitalmente em <http://books.scielo.org/id/37t>

CORREA JR, Carlos Barbosa Correa. **As liberdades instrumentais de Amartya Sen e os novos indicadores de desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Administração) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORREA-MACANA, Esmeralda, Comim, Flávio. **Mudança climática e desenvolvimento humano: uma análise baseada na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen Economía, Sociedad y Territorio** [On-line] 2013, XIII (Septiembre-Diciembre) : [Data de consulta: 24 / febrero / 2014] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11127581010>> ISSN 1405-8421

FERNANDES, Dalvani. **Território e territorialidade: algumas contribuições de Raffestin**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, V. II, n. 4, p. 59-68, jul/dez, 2009.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DUPUY, J.P. **Introduction aux sciences sociales: logique des phénomènes collectifs**, Paris: Ellipses, 1992

DUPUY, J.P. **Le Sacrifice e L' Énvie: Le Libéralisme aux Prises da la Justice**. Paris: Calmann Lévy, 1992

Economia e território. Clélio Campolita Diniz e Mauro Bores Lemos. Organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EVANGELISTA, Hélio de Araujo. Geografias moderna e pós moderna. **Revista Geographia**, v.1, n.1, p.121-137, 1999.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas**. 2. ed. – São Paulo : Atlas, 2007.

FERNANDES, Andréa Campos Gomes. **Ação econômica e ordem social na economia política clássica**. 1994. Dissertação apresentada a PUC-São Paulo sendo premiada pelo 19º Prêmio BNDES de Economia.

FERNANDES, Dalvani. Território e territorialidade: Algumas contribuições de Raffestin, **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. II, n 4, jul/dez 2009, p. 59-68,

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positiva; 2009.

FRANCO, Gustavo H.B. **As leis secretas da economia**. Rio de Janeiro: Zaar. 2012

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. Saraiva, São Paulo: 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. Ed.USP. São Paulo: 1987

GALVÃO, A.R.G. *et al.* **O Território e a Territorialidade: contribuições de Claude Raffestin** In Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) Leituras do conceito de território e de processos espaciais (pp.33-46), São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GANEM, Ângela. Economia e Filosofia: Tensão e Solução na Obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 4 (88), outubro-dezembro/2002.

GIANNETTI, Eduardo. **Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUARIGLIA, Osvaldo, VIDIELLA, Graciela. **Breviário de ética**. 1ed. Buenos Aires: Edhasa, 2011.

HABERMANS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. Vol. I Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAESBAERT e BRUCE, Rogério e Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Revista Geographia**. V 4, n 7, 2002.

HOUSAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNT, E.K., **História do pensamento econômico**. Campus, Rio de Janeiro: 1982. IPEA/INPES: 1990.

I Seminário de Crítica da Economia Política: questões contemporâneas, Março, 2012. Teófilo Otoni-MG. Anais do I Seminário, 2012, disponível em <http://www.secep.com.br/artigos/>, acessado em 20/12/2013.

Intedisplinariedade em ciência, tecnologia & inovação. Arlindo Philippi Jr e Antônio J. Silva Neto. Organizadores. 1 ed., Barueri-SP: Manole, 2011

KANG, Thomas H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Revista de Economia Política**. São Paulo, V. 31, n.3(123), p.352-369, julh-set, 2011.

LAMOUNIER, Júlio Flávio Bacha. **A divisão do trabalho em Adam Smith e o processo de especialização do conhecimento no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História da ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LOKS, Pompilio. **Liberdade e Justiça em Amartya Sen**. Anais do 2º Simpósio sobre Democracia e Desigualdades. Brasília, 2014. disponível em http://www.sndd2014.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=4149, acessado em 01/06/2014

LUDKE, Menga e ANDRE, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

Manual de economia. Amaury Patrick Gremaud ... [et al]. Organização Diva Benavídes Pinho, Marco Antônio S. Vasconcelos e Rudinei Toneto Jr. – 6 ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

MARCONI Eva Maria e LAKATOS Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 2ª edição, São Paulo, Atlas: 1992.

MARGALIT, Avishai. **La Sociedad decente**. Paidós, Barcelona: 2010

MARTIN, Robert. **Para entender a lingüística: epistemologia elementar de uma disciplina**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

MASTAFA, Solange Puntel. **Para ler a filosofia de Deleuze e Guattari**. Alínea, Campinas, 2009.

MATTOS, Laura Valladão de, As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações, **Revista de Economia Política**, v.27, n.1, p.108-129, jan/mar.2007.

Métodos de pesquisa de Sócrates a Max e Popper. Leônidas Hegenberg, Antônio Herinques de Araújo Junior e Flavio E. N. Hegenberg. Organizadores. São Paulo: Atlas, 2012.

MONDANESE, I.A.Z. **O Anti – Édipo: O capitalismo e a Esquizofrenia e o território na perspectiva das máquinas desejantes**. IN: Leituras do conceito de Território e de processos espaciais. SAQUET. M. A; SOUZA, E.B.C. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NATÁLIO, Carlos. 2013. **“Territorialização / desterritorialização: movimentos cinematográficos.”** In *Atas do II Encontro Anual da AIM*, editado por Tiago Baptista e Adriana Martins, 199-211. Lisboa: AIM. ISBN 978-989-98215-0-7. disponível em <http://aim.org.pt/atas/pdfs-Atas-IIEncontroAnualAIM/Atas-IIEncontroAnualAIM-18.pdf> acessado em 02/02/2014

NEILL, Jim O´. **O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICs e além deles**. São Paulo: Globo, 2012.

PONCHIROLLI, Osmar. **Ética e responsabilidade social empresarial**. 1 ed. 4 reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática: 1993.

RAPHAEL, David D. e MACFIE, Alec L. **“Introduction”**. In: SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, pp. 1-52.

REED, Lawrence W. **Aula ministrada na sede da Foundation for Economic Education (FEE)**, onde é presidente oficial em Irvington-on-Hudson, New York,

Atlanta e Georgia, no verão de 2011. disponível digitalmente no sítio eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=J85N9zozYz8>

SALLES, Carlos Alcides. **A ética em Smith e nos neoclássicos e suas implicações na ética em negócios**. São Paulo, EAESP/FGV/NPP, 2000. 139 fls. Relatório de Pesquisa

SANCHES, Almir Teubl. **A teoria da justiça de Adam Smith: a confusão histórica entre justiça distributiva e caridade**. 2013. Tese (Doutorado em filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANCHO, Jesús Conill. **Horizontes de economia ética**. 2 ed. Madrid, Tecnos, 2006.

SANTOS, Antônio Tiago Araújo, BIANCHI, Ana Maria. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições, **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 37, n.37, p.635-662, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª Ed. 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e território. **Revista Geographia**. Ano 1, n.1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. São Paulo: RECORD, 6 ed. 2001.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL, Ano 6, n. 16, junho, 2005. disponível digitalmente em <http://start.iminent.com/?appld=C38BC2E8-1604-40B7-AC43-6E02DD9D88BA&ref=toolbox&q=o+retorno+do+territorio>, acessado em 15/01/2013

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Raul Cristóvão dos. **Alguns mitos sobre a Riqueza das nações**. São Paulo, IPE/USP, 2005. 23p. Programa de seminários acadêmicos de 6 feira. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/>

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Revista Geographia**, UERJ, Ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio, SILVA, Sueli Santos, MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geographia**, UERJ, Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42

SAQUET e SOUZA, Marcos Aurélio e Edson Belo Clemente. **Leituras do conceito de território e processos espaciais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SAQUET. **Abordagem e concepções de território**. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. N. especial 2011, p.1-16.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo, Cia das Letras: 1999.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**. São Paulo, Cia das Letras: 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras: 2010.

SEN, Amartya. **A idéia de justiça**. São Paulo, Cia das Letras: 2011.

SENNETT, Richard. **El respeto: sobre la dignidad del hombre en mundo de desigualdad**. Anagrama. Barcelona, 2003.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário jurídico**. Rio de Janeiro: FORENSE, 27 ed., 2006.

SMITH, Adam. **Investigación sobre la Natureza y Causas de la Riqueza de las Naciones (volume I e II)**. Barcelona, Oikos-tau: 1988.

SMITH, Adam. **The Wealth of Nations** (Volume I e II). Londres, Penguin: 1999.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações** (Volumes I e II). Lisboa, Calouste Gulbenkiab: 2010.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** (volumes I e II). Curitiba, Juruá: 2011.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações** (volume I e II). São Paulo, Martins Fontes: 2012.

SMITH, Adam. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo, Martins Fontes: 2012.

STIGLITZ, Joseph. **A globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TERRA, Ademir. Evolução Histórica da Categoria Geográfica Território e sua atual multiplicidade interpretativa. **Caderno Prudentino de Geografia**. São Paulo, v 1, nº 31, p. 17-31, 2009.

Território: Globalização e fragmentação. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira. Organizadores. 5 ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2006

TOLIPAN, Ricardo e Mendonça Lima. **A ironia na história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1990.

TRIBE, Keith. 1999. Adam Smith: critical theorist? **Journal of economic literature**, v 37(2): 609-632.

VIEIRA, Eurípedes Falcão, VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **Espaços econômicos: geoestratégias, poder e gestão do território**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

WERLE. Denílson Luiz. A idéia de justiça e a prática da democracia. *Crítica Cebrap*, v.1, n.92, p.153-161, São Paulo, 2012. disponível em *Novos Estudos - CEBRAP*

Ficha catalográfica elaborada pelo próprio autor

Coelho, Helberty Vinícios.

Ética e economia na filosofia de Adam Smith e Amartya Sen: um diálogo possível aplicado nos estudos territoriais./ Helberty Vinícios Coelho. -- 2014.

114 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

Orientador: Rosângelo Rodrigues de Miranda

1.Economia. 2. Ética. 3. Adam Smith. 4. Amartya Sen. 5. Território. I. Miranda, Rosângelo Rodrigues. II. Universidade Vale do Rio Doce

Título.